



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CLAUDIANA DOS SANTOS

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-LEITOR EM PROJETOS DE LEITURA:  
RESSIGNIFICAÇÕES A PARTIR DE INSTÂNCIAS IDEOLÓGICAS**

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2018

CLAUDIANA DOS SANTOS

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-LEITOR EM PROJETOS DE LEITURA:  
RESSIGNIFICAÇÕES A PARTIR DE INSTÂNCIAS IDEOLÓGICAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos linguísticos.

Linha de pesquisa: Linguagem: identidade e práticas sociais.

Orientador: Prof. Dr. Wilton James Bernardo dos Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Claudiana dos  
S237c      A constituição do sujeito-leitor em projetos de leitura :  
ressignificações a partir de instâncias ideológicas / Claudiana dos  
Santos ; orientador Wilton James Bernardo dos Santos.– São  
Cristóvão, SE, 2018.  
119 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2018.

1. Análise do discurso. 2. Leitores – Reação crítica. 3.  
Incentivo à leitura. 4. Ideologia. I. Santos, Wilton James Bernardo  
dos, orient. II. Título.

CDU 81'42

CLAUDIANA DOS SANTOS

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-LEITOR EM PROJETOS DE LEITURA:  
RESSIGNIFICAÇÕES A PARTIR DE INSTÂNCIAS IDEOLÓGICAS.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa: Linguagem: identidade e práticas sociais.

Orientador: Prof. Dr. Wilton James Bernardo dos Santos

**Banca Examinadora**

**Márcia Regina Curado Pereira Mariano**

Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo  
Universidade Federal de Sergipe

**Sônia Pinto de Albuquerque Melo**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe  
Instituto Federal de Sergipe

**Wilton James Bernardo Santos**

Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal de Sergipe  
Orientador

**Aprovada em:**

São Cristóvão -SE, 22 de fevereiro de 2018

Dedico esta produção primeiramente a Deus, pelo dom da vida e quero também dedicar este trabalho a minha mãe, Maria José dos Santos, pelo apoio e incentivo em todas circunstâncias de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

No decorrer de dois anos de estudos, muitos acontecimentos engendram a história de um sujeito, assim aconteceu comigo! Em meio a tantas lutas, enalteço e agradeço ao meu Deus por conceder-me a oportunidade de ingressar no mestrado e concluir esta etapa da pesquisa.

Minha família, minha base, muito obrigada pelo companheirismo, incentivo constante e pelo encorajamento!

Quero deixar um agradecimento especial à minha amiga Marciely, pelo incentivo e por mostrar que tudo é possível quando temos bom ânimo para buscar nossos objetivos.

Muito obrigada, ao meu orientador Wilton James, por acreditar que seria possível desenvolver este trabalho mediante a luta diária entre dedicação aos estudos e ao emprego. Obrigada pelas orientações, sugestões e observações que foram moldando este trabalho e, conseqüentemente, refinando o meu perfil de pesquisadora.

Sou grata a todos os docentes que “injetaram” uma carga de conhecimento e aprendizado na minha bagagem acadêmica, desde o primeiro ao último dia de aula, só tenho a agradecer pelas ricas discussões e abordagens que me instigaram a enriquecer ainda mais este trabalho.

Não poderia deixar de mencionar as minhas companheiras de mestrado, Edilene e Aldilene. Queridas, obrigada pelo companheirismo, disciplina e competência ao lidarem com as diversas situações da vida acadêmica.

Agradeço aos meus amigos de trabalho, por compreenderem a minha correria, pelas palavras de incentivo, isso foi de grande valia para a conclusão deste trabalho!

Queridos amigos de turmas do mestrado, sempre otimistas e altruístas, meu muito obrigada!

Durante cada trajeto de Lagarto à UFS, fui agraciada com o companheirismo das mestrandas Ana Júlia, Lourdinha e Telma Amélia, companheiras de viagem e de trabalho. As conversas, os anseios, as risadas, as descobertas, os avanços, a gratidão... Tudo ficará eternizado em minhas memórias!

Sou grata aos obstáculos que apareceram no meio do caminho, pois eles me fortaleceram e deles extraí forças para chegar nesta etapa.

Fico extremamente agradecida às professoras Maria Emília Rodat, Márcia Regina Mariano e Sônia Albuquerque pelos apontamentos e contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

Sinto-me maravilhada em descrever esses agradecimentos, alcançando a concretização de mais uma etapa de sucesso na trajetória acadêmica.

## **LISTA DE SIGLAS**

AD - Análise de Discurso

AD<sup>1</sup> - Análise de Discurso 1

AD<sup>2</sup> - Análise de Discurso 2

AD<sup>3</sup> - Análise de Discurso 3

AAD - Análise Automática do Discurso

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

FD - Formação Discursiva

MEC - Ministério da Educação

PNL - Programa Nacional do Livro

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLL - Programa Nacional do Livro e Leitura

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PROLER - Programa Nacional do Incentivo à Leitura

PRLB - Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil

QDGB - Quadro de Documentação da Gramatização Brasileira

QRA - Quadro de Referências para Análise

SEF - Secretaria do Ensino Fundamental

SD - Sequência Discursiva

SNEL- Sindicato Nacional de Editores de Livros

UNESCO -Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1- Arquivo de leitura .....	41
Fig. 2- A leitura para o “sucesso” .....	45
Fig. 3-Edital do Prêmio .....	45
Fig. 4-Escolha de livros na estante da Livraria da Vila- SP .....	46
Fig. 5-Representantes da Editora Carochinha .....	46
Fig. 6-A pintura 'Louise Tiffany, lendo', do pintor Louis Comfort Tiffany .....	47
Fig. 7-Bibliotáxi .....	48
Fig.8-Recomendação nº 44.....	48
Fig. 9-Cartilha 12 dicas para seu filho a gostar (muito) de ler .....	49
Fig 10-Os livros como base para o crescimento profissional.....	54
Fig. 11-O reconhecimento do leitor no Prêmio Vivaleitura .....	59
Fig. 12-O valor do trabalho de leitura .....	62
Fig. 13-Embarque na leitura .....	71
Fig. 14-A leitura para o preso .....	75
Fig. 15-Dicas da cartilha.....	85



## RESUMO

Os estudos sobre a leitura no Brasil se desenvolvem sob diferentes perspectivas, por isso, esta pesquisa tem por objetivo compreender a produção de sentidos acerca da constituição do sujeito-leitor e da memória social de leitura a partir de materialidades textuais/discursivas que apontam para o funcionamento das formações discursivas e, conseqüentemente, do interdiscurso. Para realizar essa abordagem, selecionamos projetos de leitura, reportagens e documentos que circulam em instâncias ideológicas do espaço econômico, jurídico, religioso e do ensino. Com o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa realizamos o estudo discursivo da forma sujeito-leitor. O referencial teórico é subsidiado por Michel Pêcheux (1995;1997; 2015); Eni P. Orlandi (2003; 2007; 2008; 2015); Maria do Rosário V. Gregolin (2006); S. Possenti (2003); José H. Nunes (1992; 2003), Helena H. Brandão (2012) e Eduardo Guimarães (1996; 2013). O percurso de análise é construído sob as seguintes categorias: discurso, forma-sujeito, ideologia, interdiscurso, formação discursiva, condições de produção, *corpus*, arquivo e recorte. Quanto à abordagem, a pesquisa apresenta um viés qualitativo e para a composição do *corpus* empírico adotamos a pesquisa documental. No tocante aos resultados obtidos, o método identificou que na instância do econômico, os sentidos retomam o modo de funcionamento do sujeito do capitalismo, visto que há premiações e reconhecimentos financeiros pelo trabalho de leitura. Na instância do jurídico, o sujeito-leitor é constituído a partir de um modelo que retoma a memória de punição, o saber que provém da submissão às normas. Na instância do religioso, há o apagamento da construção do percurso de leitura e um trabalho de disciplinarização do sujeito-leitor. Na instância do ensino, especificamente nos objetivos do PNLL, identificamos os sentidos de um “discurso oficial” que garante o liberalismo da leitura, visando a formação de uma sociedade leitora. Em todas as instâncias, há o funcionamento de formações discursivas que retomam a prática pedagógica. Os sentidos operam na disseminação de uma cultura que valoriza e incentiva a leitura, desconstruindo o imaginário de uma sociedade que “não gosta de ler”. Sendo assim, a constituição do sujeito-leitor ocorre na dispersão dos diferentes tipos de leitura.

**Palavras-chave:** Projetos de leitura. Sujeito-leitor. Formação discursiva. Instâncias ideológicas.

## ABSTRACT

The studies about reading in Brazil are developed under different perspectives, so this research aims to understand the production of meanings about the constitution of the reader and the social memory of reading from textual / discursive materialities that point to the functioning of discursive formations and, consequently, interdiscourse. In order to achieve this goal, we selected reading projects, reports and documents that circulate in ideological instances of economic, juridic, religious and educational space. With the theoretical-methodological background of French Line Discourse Analysis we conducted the discursive study of the subject-reader object. The theoretical framework is subsidized by Michel Pêcheux (1995;1997; 2015), Eni P. Orlandi (2003;2007; 2008; 2015), Maria do Rosário V. Gregolin (2006), S. Possenti (2003), José H. Nunes (1992;2003), Helena H. Brandão (2012) and Eduardo Guimarães (1996, 2013). The course of this analysis is constructed under the following categories: discourse, subject-form, ideology, interdiscourse, discursive formation, production conditions, *corpus*, file and clipping. Regarding the approach, the research presents a qualitative bias and for the composition of the empirical *corpus* we adopted documentary research. Taking into consideration the outcome of this study, the method identified that the economic instance takes back the sense of the mode of functioning of the subject of capitalism, since there are prizes and financial recognitions for the work of reading. In the juridical instance, the subject-reader is constituted from a model that recalls the memory of punishment, the knowledge that comes from submission to rules. In the religious instance, there is the erasure of the construction of the reading path and a work of disciplinarization of the subject-reader. In the educational instance, specifically in the objectives of PNLL, we identify the meanings of an "official discourse" that guarantees the liberalism of reading, aiming at the formation of a reading society. In all instances there is the functioning of discursive formations that take up the pedagogical practice. The senses operate in the dissemination of a culture that values and encourages reading, forcing the erasure of a historical memory in which the Brazilian "does not like to read." Thus, the constitution of the reader-subject occurs in the dispersion of the different types of reading.

**Keywords:** Reading projects. Subject-reader. Discursive formation. Ideological Instances

*“Os sentidos são, pois, partes de um processo. Realizam-se num contexto, mas não se limitam a ele. Têm historicidade, têm um passado e se projetam num futuro.”*

*(Eni Pulcinelli Orlandi)*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I-A FORMULAÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO</b> .....	17
1.1 Delimitando o percurso teórico .....	17
1.2 O Discurso na AD .....	20
1.3 Formação discursiva e Interdiscurso .....	21
1.4 Ideologia .....	24
1.5 Forma-sujeito.....	25
1.6 Abordagem discursiva acerca da leitura.....	26
1.7 Reflexões sobre a formação do leitor brasileiro, na atualidade .....	31
<b>CAPÍTULO II-PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA ELABORAÇÃO DO CORPUS</b> .....	34
2.1 Trajeto metodológico.....	34
2.2 A construção do <i>corpus</i> .....	36
2.3 Unidade discursiva-Recorte.....	38
2.4 O sujeito-leitor compreendido a partir da historicidade dos arquivos.....	39
2.5 Das condições de produção .....	41
2.6 Descrição das materialidades linguísticas que compõem o <i>corpus</i> .....	44
<b>CAPÍTULO III-O SUJEITO-LEITOR NAS INSTÂNCIAS IDEOLÓGICAS DO ESPAÇO ECONÔMICO, JURÍDICO, RELIGIOSO E DO ENSINO</b> .....	51
3.1 Leitura para o “sucesso”: efeitos de sentido do discurso capitalista .....	51
3.2 O discurso do reconhecimento no Prêmio Vivaleitura.....	58
3.3 “Vaquinhas e Clubes de leitura”: sentidos dos setores econômicos.....	63
3.4 Tratamentos biblioterapêuticos: o poder “curativo” da leitura.....	67
3.5 O incentivo à leitura dentro do táxi: propaganda e prestígio social .....	69
3.6 As relações de poder na constituição do sujeito-leitor presidiário .....	72
3.6.1 Efeitos do discurso jurídico na prática da leitura: punição e liberdade .....	75
3.7 As relações de força no ministério do leitor .....	78
3.8 A historicidade do sujeito-leitor no discurso oficial.....	82
3.9 O " gosto" pela leitura .....	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	95
<b>ANEXOS</b> .....	100

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa compreende o funcionamento da forma sujeito-leitor e da memória social de leitura a partir de discursos que atravessam e constituem diferentes projetos de leitura. Propomos uma abordagem discursiva na compreensão da forma sujeito-leitor.

O interesse pelo estudo da forma sujeito-leitor, na atualidade, foi motivado pelo Projeto de iniciação à docência Leitura e Autoria: o jornal em sala de aula, desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe, em 2013-2014. As questões norteadoras desta pesquisa são as seguintes: como ocorre o funcionamento da discursividade acerca da constituição do sujeito-leitor, na atualidade? Em meio à diversidade de práticas de leituras, quais são os recursos mais utilizados para legitimar essa prática? Quais são os efeitos de sentido acerca do sujeito-leitor e da leitura, nas diferentes instâncias ideológicas? Como se dá a constituição do sujeito-leitor a partir das diferentes condições de produção?

Elegemos esta temática porque identificamos que há uma forte tradição em se discutir a problemática da leitura com enfoque na instância do ensino, por isso, o objetivo geral deste trabalho é investigar o funcionamento da forma sujeito-leitor e dos sentidos acerca da leitura a partir de projetos de leitura, reportagens e documentos que circulam nas instâncias ideológicas do econômico, jurídico, religioso e ensino.

Os objetivos específicos compreendem o funcionamento das condições de produção e, conseqüentemente, como os sentidos acerca da leitura são atravessados por diferentes formações discursivas; investigamos o entrecruzamento de discursos acerca da leitura e o funcionamento das formações ideológicas; analisamos como o Plano Nacional do Livro e Leitura propaga as políticas públicas de incentivo à leitura e abordamos a forma histórica do leitor brasileiro, com base em estudos empreendidos por José Horta Nunes (2003).

O estudante de Letras, especificamente o de Letras Vernáculas, conta em sua matriz curricular com a disciplina que introduz a Análise de Discurso (AD), no ensino de língua. Esse contato foi fundamental para realizarmos a escolha da abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa.

O discurso é o objeto de estudo desta pesquisa, por isso, a análise compreende a constituição do sujeito-leitor em diferentes condições de produção, tais como: o sujeito-leitor no projeto (A remição da pena pela leitura), desenvolvido em presídios; projetos de leitura (Cometa Leitura e LivreRia) promovidos por empresas; ministério do leitor (igreja); clínicas

que receitam livros (Biblioterapia) e táxis que se “transformam” em bibliotecas, com o projeto (Bibliotáxi). Tendo por base as condições de produção do discurso que fomentam a democratização do acesso ao livro e à leitura, bem como o fomento e valorização institucional da leitura, foi possível deslocar a problemática da leitura do enfoque estritamente escolar, rumo a instituições que atribuem ao sujeito-leitor e a seu trabalho de leitura diferentes efeitos de sentido. Destacamos que o *corpus* desta pesquisa abrange uma diversidade de materialidades linguísticas acerca da leitura.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro refere-se ao percurso teórico, o segundo retrata a metodologia de pesquisa e o terceiro apresenta o percurso analítico. Para elucidar a organização deste trabalho, explicitamos de forma sucinta o que decorrerá em cada capítulo.

No capítulo I, a pesquisa buscou subsídio teórico na Análise de Discurso de linha francesa. Elegemos o estudo do funcionamento do discurso a partir das obras de Michel Pêcheux, *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2015) e *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995), dessa última, exploramos os conceitos de discurso, sentido e ideologia. Ampliamos o arcabouço teórico a partir das seguintes obras de Eni Orlandi: *Princípios e Procedimentos* (2015); *A leitura e os leitores* (2003); *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (2007); *Discurso e Leitura* (2008). A partir dessas obras, mobilizamos os conceitos de sujeito, discurso, paráfrase, polissemia e condições de produção do discurso.

A fim de elucidarmos as categorias de formação discursiva, memória discursiva e interdiscurso, trouxemos a contribuição teórica de Maria do Rosário Gregolin, a partir da obra *Foucault e Pêcheux na análise de discurso: diálogos e duelos* (2006). Há, também, contribuições da *Introdução à Análise de Discurso* de Helena Brandão (2012) e do texto *Questões para analista do discurso* de Sírrio Possenti (2009).

Agregamos ao aporte teórico o estudo desenvolvido por Eduardo Guimarães e Orlandi, em *Língua e Cidadania: o português no Brasil* (1996), para explicitar alguns aspectos da redemocratização. Sobre o cenário histórico das políticas públicas que fomentam o acesso ao livro, trouxemos uma breve reflexão de Felipe Lindoso, com base na obra *O Brasil pode ser um país de leitores?* (2004). Da obra *Pontos de vista: formação do leitor* (1999), extraímos algumas contribuições de Leme Britto e Edmir Perrotti acerca da importância da leitura na sociedade brasileira.

No tocante à formação histórica do leitor brasileiro, tivemos o subsídio da dissertação de mestrado *A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários* (1992), de

José Horta Nunes. A abordagem realizada em *Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro, na atualidade* (NUNES, 2003) foi um “divisor de águas” para definir os objetivos específicos desta pesquisa, tendo em vista que, a partir das noções de instâncias ideológicas do espaço econômico, político e jurídico, realizamos as análises das materialidades linguísticas apresentadas no capítulo analítico.

O capítulo II é direcionado aos recursos metodológicos usados na composição deste trabalho. Realizamos um percurso teórico-metodológico em consonância com os pressupostos teóricos da AD. Para organizar e classificar as materialidades linguísticas, buscamos o Modelo Clássico de Exposição de Estudos-MCEE (BERNARDO -SANTOS, 2016). Realizamos as análises dos textos selecionados no espaço cibernético, considerando a relevância das partes periféricas dos textos. A seletividade das referências bibliográficas foi mais um dos procedimentos sistemáticos para a elaboração do dispositivo teórico. Com isso, foi possível organizar os fichamentos dos textos das obras supracitadas, conforme apresentaremos no desenvolvimento desta pesquisa.

A base metodológica foi alicerçada a partir da mobilização das noções de arquivo, *corpus*, condições de produção, paráfrase, polissemia e recorte. Esses conceitos foram decisivos para as análises das sequências discursivas (SD). A partir das leituras acerca da metodologia da pesquisa em linguística e do trabalho científico, consideramos a relevância da pesquisa documental na construção do *corpus*, com leituras também da *Metodologia do trabalho científico* de Antônio Joaquim Severino (2000).

No capítulo III, referenciamos as análises do *corpus*. Realizamos o estudo da forma sujeito-leitor e da memória social de leitura, em conformidade com as instâncias ideológicas do espaço econômico, jurídico, religioso e do ensino. Ressaltamos que o gesto metodológico não requer o estudo de um *corpus* fechado e predeterminado, logo, as designações das instâncias ideológicas apontam para os novos procedimentos da AD, considerando a interdiscursividade, entrecruzamentos, redes de memória e a desestabilização das formações discursivas. Em decorrência dos procedimentos analíticos, identificamos relações de poder e de saber que atravessam e formam esse sujeito-leitor, por isso, o método considerou as contribuições teóricas de Michel Foucault, especificamente da obra *Vigiar e Punir* (1999).

Na análise da instância ideológica do espaço econômico, o método identificou que os discursos acerca do incentivo à leitura e da forma sujeito-leitor são re(inscritos) numa memória social que remete às formas de organização do espaço econômico. No fio intradiscursivo, o trabalho de leitura é significado a partir de práticas administrativas e de controle predominantes nos setores econômicos. Nessa instância, selecionamos os projetos Cometa Leitura e LivreRia.

Considerando a interdiscursividade, também realizamos a análise do Edital do Prêmio Vivaleitura (2016). Em seguida, analisamos a reportagem “Editoras apostam em clubes de leitura e até em vaquinhas após o fim das compras do governo”, publicada no blog do Jornal Folha de São Paulo. Ainda nessa instância, compreendemos o funcionamento dos discursos acerca da leitura e da constituição do sujeito-leitor com o projeto Bibliotáxi e a reportagem “Como funciona a biblioterapia: uma tentativa de cura pela leitura”, publicada no jornal Nexô.

Para compreendermos a constituição do sujeito-leitor e da memória de leitura no espaço do jurídico, selecionamos a Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Junto a essa recomendação, realizamos a análise da reportagem “A remição da pena pela leitura”, publicada no *site* Jus Brasil. A partir dessas peças<sup>1</sup>, analisamos como a leitura é balizada por uma memória punitiva que institui a leitura como uma forma de pagamento da pena e como um instrumento de ressocialização. Na instância do religioso, abordamos a forma sujeito-leitor no contexto da igreja católica, para isso, selecionamos o texto “O serviço do leitor na liturgia”, na página virtual da Pastoral litúrgica, na qual analisamos a construção de um sujeito-leitor que é afetado pelo poder disciplinar da igreja.

Na instância do ensino, selecionamos o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Para iniciar o gesto de interpretação nessa instância, realizamos a análise discursiva dos objetivos e metas desse Plano, verificando como os discursos acerca da democratização do acesso ao livro e à leitura constroem sentidos de que a formação de leitores se dá através do liberalismo da leitura e identificamos sentidos que desconstroem a memória negativa de uma sociedade que não “gosta de ler”. Na análise da cartilha: “Doze dicas para ajudar seu filho a gostar (muito) de ler”, identificamos sentidos de que “ler é um prazer e não um castigo”, a formação desse sujeito-leitor decorre de um percurso disciplinar, construindo rotinas de leituras que servem para “divertir” e produzir conhecimentos.

No tocante aos resultados, o dispositivo teórico em funcionamento com o dispositivo analítico identificou que a constituição do sujeito-leitor acontece na dispersão dos diferentes tipos de leituras. No projeto de “Remição da pena pela leitura e na Biblioterapia”, a legitimação do leitor acontece pelas leituras literárias, enquanto no projeto Cometa Leitura, as leituras técnicas são valorizadas, com motivações financeiras. No Bibliotáxi e no projeto LibreRia, opera a memória de liberalismo da leitura, mobilizando os sentidos que “despertam o gosto pela

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Adotamos a nomenclatura “peça” para designar os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, como parte de um todo que tem existência própria.



leitura”, por si só. Na instância do ensino, através das metas e objetivos do PNLL, identificamos a difusão de um discurso oficial que democratiza e fomenta a prática da leitura, promulgando o livre acesso a todos os tipos de leitura. Na Cartilha “Doze dicas para ensinar seu filho a gostar (muito) de ler, os sentidos retomam o “discurso oficial”, dividindo com a “família” a responsabilidade de se formar uma sociedade leitora. Em cada um dos projetos, o discurso de reconhecimento do leitor mobilizou diferentes efeitos de sentido.

Operacionalizando os pressupostos teóricos desenvolvidos por Pêcheux, entendemos que o gesto analítico nos direcionou para a compreensão dos diferentes efeitos de sentidos provenientes da interpelação dos sujeitos pela ideologia. As demarcações das regularidades discursivas são resultantes de um estudo que considera a história, o sujeito e a ideologia como uma “tríade” para o estudo do discurso.

## CAPÍTULO I-A FORMULAÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO

Neste capítulo, realizaremos uma reflexão teórica acerca de alguns domínios conceituais preponderantes na Análise de Discurso de linha francesa (AD). Apresentaremos as noções de discurso, forma-sujeito, interdiscurso, formação discursiva e ideologia. Fundamentados nessas noções, construiremos um dispositivo teórico que dará sustentação ao percurso analítico desta pesquisa.

Ao dar início aos estudos teóricos acerca da AD, deparamo-nos com uma grande quantidade de fontes bibliográficas, as quais apresentam os percursos e as filiações teóricas constitutivas do domínio de estudos, nessa área. Estudaremos as relações estabelecidas nesse campo teórico, considerando que as abordagens discursivas na AD se desenvolvem sob óticas diferenciadas, reintroduzindo a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem.

Adentraremos nesse campo de estudo para compreendermos o funcionamento do discurso em relação com a língua e a ideologia, os aspectos exteriores à linguagem. Entendemos, assim, que a linguagem não é transparente (ORLANDI, 2015, p.51). Tendo em vista que o arcabouço teórico é vasto, buscaremos subsídio nas obras de: Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Maria do Rosário Gregolin, Helena Brandão, S. Possenti, José Horta Nunes e Eduardo Guimarães. O foco desta pesquisa não é ser parte de um percurso de estudos que se debruçam a estudar fatos isolados, pelo contrário, seguimos em uma perspectiva linguístico-histórica, sob uma ótica de que o fato linguístico se constitui como parte social da linguagem. O sujeito é inscrito materialmente na língua, dessa forma, não há como apagar o eixo da língua junto ao sujeito e à história.

### 1.1 Delimitando o percurso teórico

A Análise de Discurso de linha francesa é um dos mais profícuos campos de estudo das ciências humanas, uma disciplina que floresce na França, por volta de 1960 e, por articular diferentes áreas como o Materialismo Histórico, Linguística e a Psicanálise, também foi intitulada de disciplina de entremeios<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Segundo Orlandi (1998), em sua obra *Interpretação: Autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico*, a AD é uma disciplina de entremeio, não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente.

Inicialmente, foi denominada pelo próprio Pêcheux como Análise Automática do Discurso (AAD-69). Depois de seu advento na França, registrou-se uma fase de mudanças, renovações e deslocamentos. Sobre essa questão, diz Orlandi:

[...] A epistemologia que interessa à análise de discurso não se alinha no paradigma da epistemologia positivista, mas no da histórica e, em relação a esta, no da descontinuidade, suprimindo, com efeito, a separação entre objeto/sujeito, exterioridade/interioridade, concreto/abstrato, origem/filiação, evolução/produção etc. É desse modo que a concepção de fato de linguagem, na análise de discurso, traz para a reflexão a questão da historicidade (ORLANDI, 1998, p.36).

Nessa perspectiva, a língua é compreendida no processo histórico-social, o linguístico e o histórico se fundamentam na análise de discurso como duas engrenagens que dão potencialidade aos diferentes efeitos de sentido que emergem das materialidades linguísticas.

Paul Henry (1997, pp.13-38), em *Os Fundamentos teóricos da Análise Automática de Discurso*, explica que “Michel Pêcheux pretendia fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo”. O autor supracitado afirma também que Pêcheux referenciou a necessidade de “apropriação” do instrumento pela teoria, como também desenvolveu uma análise precisa sobre o que é um instrumento científico.

Pêcheux elaborou um estudo consistente acerca das práticas científicas e destacou a relevância das diferentes fases da ciência, bem como os papéis diferenciados das ferramentas e instrumentos científicos, assim:

1- *Toda ciência*, escreve Herbert-Pêcheux, é produzida por uma mutação conceitual num campo ideológico em relação ao qual esta ciência produz uma ruptura através de um movimento que tanto lhe permite o conhecimento dos trâmites anteriores quanto lhe dá garantia de sua própria cientificidade. Ele acrescenta que, num certo sentido, toda ciência, é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe. Logo, o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção. Além do mais, tal objeto não pode se destacar, através do jogo de um questionamento aleatório, da natureza que progressivamente o delimitaria tornando visível suas características.

2- Em cada ciência, dois momentos devem ser distinguidos. Primeiramente, o momento da transformação produtora do seu objeto, que é denominado por um trabalho de elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com que esta ciência rompe. Em segundo, o momento da “reprodução metódica” deste objeto, o qual é de natureza conceitual e experimental (HENRY, 1997, p.16).

Ao estudar a AD, entendemos que os esforços de Pêcheux se voltaram para problemas como as ligações entre o objeto de análise, da teoria do discurso e o objeto da linguística. A fim de explicitar os momentos fundadores de uma ciência, Pêcheux apresenta também, o processo de reinvenção dos instrumentos e das ferramentas, enquanto objetos científicos. Segundo Paul

Henry (1997, p.34), “Pêcheux se colocou entre o que podemos chamar de ‘sujeito da linguagem’ e ‘sujeito da ideologia’. Isto teve um peso sobre sua obra”. Com esse avanço acerca dos instrumentos científicos e com a AAD, Pêcheux abriu espaço para a busca de questões. Em 1983, ele apresentou um novo quadro teórico, como resultado do avanço de seus estudos. Realizaremos, então, uma abordagem das três épocas da AD, conforme Pêcheux (1997)<sup>3</sup>.

A primeira época consiste na Análise de Discurso 1 (AD<sup>1</sup>) – designando a exploração metodológica da noção de maquinaria discursiva. AD<sup>1</sup> é um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas (o mais frequentemente pela vizinhança de uma palavra-chave que remete a um tema) num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas.

Pêcheux (1997), no segundo período de seu deslocamento teórico (AD<sup>2</sup>), abordou a noção de formação discursiva -FD, a qual atingia a maquinaria discursiva, mas o sujeito do discurso ainda era concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD. Nesse momento, introduz-se a noção de interdiscurso, todavia, o exterior ainda permanece intacto, pois o fechamento da maquinaria ainda é conservado.

Para Pêcheux, na Análise de Discurso 3 (AD<sup>3</sup>), surgem novos apontamentos, desconstroem-se as maquinarias discursivas e irrompe um novo ponto de vista sobre o instrumento científico. Desconstrói-se o procedimento da AD por etapas, com ordens fixas. A abordagem é direcionada ao estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, dos pontos de vista e lugares enunciativos no fio intradiscursivo. Ao alcançar essa terceira etapa, a Análise de Discurso abrange diferentes dimensões do estudo linguístico, possibilitando uma abertura na forma de se compreender o funcionamento do discurso, a interpretação e entrecruzamentos textuais. É a partir daí que se abre um leque de questionamentos e de novos procedimentos para compreendermos o processo de uma análise de discurso. Pêcheux rompeu com a noção de língua enquanto sistema ou estrutura. Para ele, a língua é a materialidade do discurso que traz a ideologia em si, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela própria ideologia. É norteador pela relação da língua com a história e os sujeitos falantes. Para Pêcheux, a classe social, a interpelação cultural, o sócio histórico do sujeito, em suma, as condições de produção do discurso são determinantes do sentido.

---

<sup>3</sup> In: GADET & HAK (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani [et al.]. 3ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, pp.311-318.

A partir dessas reflexões acerca dos pressupostos teóricos da AD, consideramos que o estudo do discurso pautado pelas condições de produção foi um primado que ressaltou os estudos linguísticos em uma linha tênue com a história, a ideologia e o sujeito. A noção de texto enquanto instrumento científico considera seus diferentes contextos de produção, em sua relação com o interdiscurso. O texto é compreendido como um objeto histórico e nesse objeto linguístico-histórico, o discurso se manifesta materialmente. Sabemos que o discurso é o objeto de estudo da AD, por isso, daremos continuidade a essa discussão, no tópico subsequente.

## 1.2 O Discurso na AD

Reservamos esse espaço para tecer algumas considerações sobre a relevância do objeto de estudo da AD, o discurso. Esse percurso teórico conta, inicialmente, com alguns postulados das obras de Pêcheux. Na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento* (2015), Pêcheux realizou um estudo sobre o entrecruzamento do acontecimento/estrutura com o da tensão entre a descrição e interpretação na AD. Ao tratar da descrição do real da língua, Pêcheux (2015, p.29) nos diz que “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Põe em questão a desestabilização das propriedades lógicas dos enunciados, assim, o analista do discurso precisa atuar lá onde as evidências lógico-práticas coexistem.

Dessa perspectiva, as proposições lógicas só existem na medida em que se observa também uma série de equívocos na coordenação dessa homogeneidade lógica. O real da língua (estrutura) é atravessado por falhas, equívocos, opacidades. O acontecimento, no domínio do enunciado, inscreve a relação entre memória/esquecimento e produz a possibilidade do deslocamento.

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ler explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 2015, p.53).

Esse é o lugar de atuação da AD, marcando a possibilidade de uma estrutura e de um acontecimento, das redes de memória, das formações discursivas e dos efeitos de sentido que se interpõem entre a descrição e a interpretação. A AD não concebe a linguagem sob um viés restrito, apenas como instrumento de comunicação. Diferentemente de outras concepções da linguagem, nesse campo de estudo a linguagem é entendida como um trabalho simbólico; o sujeito que enuncia é determinado pelas formações discursivas, nas quais está inscrito. Para

Orlandi (2008b, p.63), “o discurso é definido em sua materialidade simbólica é ‘efeito de sentidos entre locutores’, trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para significar”.

O discurso é atravessado por uma memória do dizer e, ao estudar o discurso, é necessário considerar a sua relação com a língua e a história enquanto prática de linguagem. Para AD, o dizer de todo sujeito é determinado por outros dizeres, conseqüentemente, todo discurso é afetado pelo interdiscurso.

Para Gregolin (1995, p.20), “o discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente”. Ressaltamos, assim, a relevância do aporte teórico da AD no estudo do discurso e do sujeito-leitor, sobretudo, ao que se refere ao conceito de discurso, como efeito de sentidos entre locutores. Tratar do discurso, na perspectiva da AD, é compreender a não transparência da linguagem e dos sentidos; há um jogo ideológico que sustenta os diferentes sentidos entre os locutores. Dessa maneira, compreendemos o discurso com base na relação existente entre língua, ideologia e história.

Para compreender o funcionamento discursivo, ressaltamos, também, a relevância dos estudos sobre o interdiscurso e formação discursiva. A seguir, apresentaremos algumas noções acerca dessas categorias, elucidando como Pêcheux explorou esses conceitos.

### **1.3 Formação discursiva e Interdiscurso**

Ao considerar a relevância dos estudos desenvolvidos por Pêcheux, na obra *Semântica e Discurso* (1995), realizamos uma abordagem sobre as noções de formação discursiva e Interdiscurso. Essas categorias ocupam um lugar importante neste trabalho, pois, através delas, mobilizamos o estudo da constituição do sujeito-leitor em projetos de leitura e observamos o funcionamento das formações ideológicas, na relação com a linguagem e o mundo.

Na obra supracitada, dentre tantas questões teóricas abordadas, preocupamo-nos em observar como Pêcheux aborda o caráter material do sentido, dessa forma, o sentido material de uma palavra não é resultado de uma relação transparente com a literalidade do significante, o que é representado por um determinado significante pode ter sentidos diferentes daquilo que está posto.

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. O que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1995, p.160).

Essa relação entre o sentido e a formação discursiva é preponderante na compreensão do funcionamento ideológico e do sujeito. A primeira tese elaborada por Pêcheux (1995, p.162) reconhece que a formação discursiva é “o lugar da constituição do sentido (sua matriz, por assim dizer)”. Dessa forma, numa mesma formação discursiva, as palavras, proposições ou expressões podem ser dotadas de sentidos semelhantes como também podem mudar de sentido, ao passar de uma formação discursiva a outra.

A segunda tese elucida que toda a formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com o dominante das formações discursivas”. Nesse momento, Pêcheux (1995) adentra o estudo do interdiscurso. Esse todo complexo é o interdiscurso, caracterizado por uma objetividade material que reside no fato de que algo fala “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1995, p.162).

O interdiscurso é formado por dois elementos: “pré-construído”<sup>4</sup> e “articulação”. Segundo Possenti (2009, pp.255-256), “só estão disponíveis, para cada FD, os pré-construídos cujo sentido é evidente para essa FD”, ou seja, a interpelação dos indivíduos em sujeitos decorre de um complexo de formações ideológicas, do interdiscurso. Ao analisar as propriedades discursivas da forma-sujeito, Pêcheux (1995, p.163) declara que “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”. Ele considera que a noção de ideologia é essencial para o desenvolvimento do conceito de FD, levando-nos à compreensão da interpelação ideológica.

---

<sup>4</sup> Diremos, então, que o pré-construído” corresponde ao “sempre já- aí” da interpelação ideológica que fornece, impõe a realidade e seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”), ao passo que a articulação constitui o sujeito com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (PÊCHEUX, 1995, p.164).

Segundo Brandão (2012, p.46-47), essa interpelação consiste em fazer com que cada indivíduo tenha a impressão de que é “senhor” de sua própria vontade e seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social.

Depois de apresentar essas reflexões teóricas acerca dessas categorias, ressaltamos que a noção de formação discursiva é decisiva na Análise de Discurso e preponderante para as análises realizadas nesta pesquisa, visto que é uma categoria que permite compreender o processo de produção dos sentidos, considerando a interpelação do sujeito pela ideologia. Não adotamos a noção de FD como uma categoria que funciona de forma homogênea e automática. De acordo com Orlandi (2015, p.42) “as formações discursivas são constituídas pela contradição e são heterogêneas nelas mesmas”, ou seja, não temos como classificar os discursos, eles atravessam diferentes formações discursivas e apontam para diferentes regiões de sentido. O estudo consiste nas regularidades discursivas que apontam para diferentes formações discursivas e para o interdiscurso.

A heterogeneidade é uma característica própria das formações discursivas, a esse respeito Courtine (1982, *apud* BRANDÃO, 2012) destaca que a FD é uma unidade dividida cujo princípio constitutivo é a contradição. Dessa forma, a AD explora, na materialidade linguística, as marcas das contradições ideológicas. Como também estabelece critérios para analisar a dispersão do sujeito, a partir do processo discursivo, só assim é possível observar as regularidades discursivas. Destarte, operar com essa noção nos direciona à análise de dizeres que estão na memória discursiva e nos dizeres em circulação, conseqüentemente, adentramos a região do interdiscurso. Segundo Orlandi:

O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória (ORLANDI, 2015, p.41).

Logo, tratar da leitura, em diferentes instâncias discursivas, mobiliza uma memória discursiva na qual o sujeito-leitor é atravessado por formações discursivas que o constitui em diferentes lugares e, portanto, esse sujeito ocupa diferentes posições. Para Orlandi (2015), a noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos.

É justamente o estudo dessa questão que nos propomos a analisar, como se dá a produção de sentidos acerca da constituição do sujeito-leitor em materialidades textuais/discursivas que apontam o funcionamento das formações discursivas e,



consequentemente do interdiscurso. Tendo em vista que o funcionamento do interdiscurso e da formação discursiva são pautados pela ideologia, reservamos o próximo tópico para tratarmos desta questão.

#### 1.4 Ideologia

Dedicamos esta seção ao estudo teórico da ideologia. Para Gregolin (1995, p.17), “a ideologia é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade”. Como existem várias classes, há várias ideologias permanentemente em confronto na sociedade. Primeiramente, compreendemos que, para estudar o sujeito do discurso, é indispensável considerar o funcionamento da ideologia.

Na obra *Ideologias e Aparelhos Ideológicos do Estado*<sup>5</sup> (1980), Althusser desenvolveu algumas reflexões teóricas acerca da estrutura e funcionamento da ideologia. Ele explorou duas teses acerca do funcionamento da ideologia, nas quais ele trata da forma imaginária e da materialidade da ideologia. Na primeira tese, a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência, enquanto, na segunda tese, a ideologia tem uma existência material e, portanto, existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Ele formula duas teses conjuntas, nas quais só existe prática através e sob uma ideologia; só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos.

Pêcheux fez a retomada de algumas noções introduzidas por Althusser, especificamente no que concerne ao funcionamento da ideologia e, decorrente disso, ressignificou algumas concepções desse funcionamento. Pêcheux expandiu o estudo sobre a ideologia, o modo como o sujeito é interpelado pela ideologia e abordou o funcionamento das formações ideológicas na interpelação dos indivíduos em sujeitos. Ele esclareceu também os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, articulada com a problemática das condições ideológicas de reprodução, transformação das relações de produção e, sobretudo, da posição de que as ideologias não são feitas de “ideias”, mas de práticas.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1995, p.160).

---

<sup>5</sup> É referenciada, nesta seção, como uma forma de destacar o subsídio teórico usado por Pêcheux, no processo de compreensão do funcionamento da linguagem e da ideologia.

Assim como Althusser, Pêcheux também formulou duas teses, aquele criou duas teses para explicar a ideologia, esse formulou as teses para explicar o caráter material do sentido. A primeira tese defende que o sentido de uma palavra é determinado pelas posições ideológicas nas quais elas são produzidas/reproduzidas. A segunda tese refere-se ao todo complexo das formações discursivas”, ao qual Pêcheux denominou de interdiscurso. De acordo com Orlandi (2015), Pêcheux elaborou a teoria materialista do discurso para trabalhar o efeito de evidência dos sujeitos e a dos sentidos.

A ideologia dissimula sua existência no interior de seu próprio funcionamento, através da “evidência e transparência” dos sentidos. Para Orlandi (2015, p.46), “a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história, para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido e a impressão do sujeito ser a origem do que diz”. É sabido que o trabalho ideológico não se constitui isoladamente, mas abrange a língua e a história.

Partindo dessa noção de ideologia, também mobilizaremos a noção de forma-sujeito, tendo em vista que no funcionamento do discurso há o processo que estabelece a relação entre sujeito-ideologia-história. A seguir, apresentaremos algumas reflexões teóricas acerca da forma-sujeito.

### 1.5 Forma-sujeito

Em nosso estudo, a noção de sujeito é uma categoria decisiva para compreendermos as diferentes posições nas quais se constituem os sujeitos leitores, por esse motivo, reservamos esse espaço para tecer alguns comentários teóricos acerca dessa noção.

Neste estudo, realizamos a compreensão de um sujeito que, ao mesmo tempo, é livre e submisso. Não reduzimos o estudo do sujeito a respeito da questão da subjetividade, consideramos, principalmente, a dimensão histórica, a forma-sujeito histórica, destacando a importância da historicidade.

A forma-sujeito religioso, característica da Idade Média, representou uma forma-sujeito diferente da moderna forma-sujeito jurídico. Com a transformação das relações sociais, o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade (C. HAROCHE, 1987 *apud* ORLANDI, 2015, p.48).

Com a “ilusão” de que o sujeito se tornou o “proprietário” de seu dizer, surge também a noção de evidência dos sentidos, com a impressão do sujeito ser a origem do dizer. É nessa relação que se fundamenta o trabalho da ideologia, operando com a subordinação e contradição

dos dizeres, dos sentidos e dos discursos, o sujeito é traçado por sentidos que o filiam a certa formação discursiva, que o domina. A partir da AD, buscamos modos de compreender o funcionamento da forma sujeito-leitor que resulta do jogo de interpelação entre a ideologia e a ilusão de ser origem do dizer. Esse sujeito é constituído no processo entre o simbólico, o histórico e o ideológico.

Com esse dispositivo teórico, aprofundamos os estudos sobre a memória de leitura que opera através das diferentes posições ocupadas pelos sujeitos. A incompletude e a ilusão de transparência da linguagem são noções preponderantes na compreensão da forma sujeito-leitor, na atualidade. Conforme Orlandi (2015, p.44), “esse sujeito tem a ilusão de ser a origem do dizer, ele não é o centro do dizer, mas um sujeito interpelado pela ideologia”.

Após apresentar as categorias de análise que subsidiaram o dispositivo teórico desta pesquisa, reservamos o próximo tópico para tratar da leitura sob uma perspectiva discursiva, não objetivamos, com isso, realizar um trabalho exaustivo de teorias que tratam de modelos de leitura, pelo contrário, através das leituras realizadas, tivemos a necessidade de reservar um espaço para expiar as posições teóricas acerca da leitura, na perspectiva da AD.

## **1.6 Abordagem discursiva acerca da leitura**

O fato de a AD tomar uma unidade de análise maior do que a frase fez com que o estudo do "texto" passasse a ocupar lugar central nos estudos linguísticos. Sendo assim, é possível analisar a materialidade textual sob um viés que ultrapassa a superficialidade linguística.

Através da Análise de Discurso emergem diferentes formas de realizar a análise do funcionamento da linguagem. Diante disso, Orlandi (2008, p.40) explica que para a AD, “o sistema é um sistema signifiante capaz de falhas, que para cumprir seu desígnio de significar é afetado pelo real da história”, logo, o sujeito é afetado pelo inconsciente e pela ideologia.

A partir dessa reflexão, consideramos que, no âmbito da educação brasileira, o espaço para discussões acerca da melhoria do ensino de leitura abrange projetos que possibilitam a democratização do acesso ao livro e à leitura. Por meio dessas discussões, houve um dimensionamento no quantitativo de acervos disponibilizados em bibliotecas públicas e nas propostas de realização de projetos de leitura. A leitura é compreendida, nos domínios da AD, como uma prática social que mobiliza o interdiscurso.

A leitura, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade. Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos “formações imaginárias” em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário” (ORLANDI, 2008, p. 9).

Considerando a concepção de leitura abordada por Orlandi, em primeira instância, o leitor é um sujeito histórico, não se concebe o ato de leitura como algo “pronto”, deve-se considerar a história da leitura do leitor e a história da leitura do texto. Na AD, o objeto, a unidade de análise é o discurso. Os sentidos atribuídos a um texto decorrem de dois tipos de leitura: a parafrástica e a leitura polissêmica. De acordo com Orlandi (2008, p.36), “a leitura parafrástica se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) de um sentido que se supõe ser o texto (dado pelo autor), enquanto a leitura polissêmica se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto.”

A concepção de leitura na AD é determinada pela relação entre o simbólico e o ideológico, constituindo as condições de produção da leitura. Mediante essa relação entre paráfrase e polissemia, as posições históricas determinam os sentidos do texto através das relações com outros textos. “O (s) sentido (s) de um texto está (ão) determinado (s) pela posição que ocupam aqueles que o produzem (os que o emitem e o leem)” (ORLANDI, 2008a, p.12).

De acordo com a AD, entendemos o texto como uma unidade de análise. Não realizamos um estudo exaustivo do texto, considerando a sua linearidade, o texto é uma unidade linguística, um dispositivo para análise do funcionamento do discurso e de suas condições históricas de produção.

O texto é, para o analista de discurso, o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. É o material bruto. Mas é também espaço signifiante. E não é das questões menos interessantes a de procurar saber como se põe um discurso em texto (ORLANDI, 1995, p.6).

É a partir da dispersão dos textos que temos acesso ao discurso, o texto é compreendido enquanto um objeto simbólico que aponta para as diferentes posições discursivas dos sujeitos. Para fundamentar o estudo da forma sujeito-leitor, apresentamos algumas considerações acerca da história do sujeito-leitor, com base nos estudos realizados por Orlandi, em sua obra *Discurso e Leitura* (2008). A autora faz uma reflexão acerca das condições de produção da leitura, considerando a história da leitura do leitor e história da leitura do texto. Nesse percurso, ela apresenta algumas considerações acerca da prática da leitura não-escolar. A autora problematiza

a forma como a escola considera a formação do leitor, quando não leva em consideração o conhecimento que o aluno já tem e que atesta o fato de que ele é sujeito-leitor de outras formas de linguagem, em espaços que ultrapassam a sala de aula.

Das noções discutidas nessa obra, resgatamos as noções de que o sujeito-leitor se apresenta como esse sujeito capaz de livre determinação de sentidos, ao mesmo tempo em que é um sujeito submetido às regras das instituições, retomando questões que envolvem a constituição histórica do leitor.

Para compreendermos as formulações de sentidos, trazemos a esta seção algumas considerações acerca da paráfrase e polissemia. É a partir desse jogo de idas e vindas que se formula a rede de sentidos acerca da forma sujeito-leitor em diferentes lugares sociais. As categorias parafrásticas e polissêmicas mobilizam os sentidos diante das diferentes condições de produção dos discursos sobre a importância da leitura. E o jogo entre a paráfrase e a polissemia denota o confronto entre o simbólico e o político.

Podemos agora, compreendendo a relação da paráfrase com a polissemia, dizer que, entre o mesmo e o diferente, o analista se propõe a compreender como o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados. Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eternaliza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações e poder (ORLANDI, 2008a, p.38).

Os sentidos resultam do efeito da língua na materialidade histórica, tangenciados pelo modo de funcionamento dos processos parafrásticos e polissêmicos. Ainda tratando da relevância da leitura, na perspectiva da AD, realizamos algumas reflexões sobre a forma histórica do leitor brasileiro, conforme os estudos desenvolvidos por José Horta Nunes.

Nunes (2003) estuda os aspectos da forma histórica do leitor brasileiro, na atualidade. Para estudar essa forma histórica, ele baseou o seu estudo em dois pontos de reflexão: a história do sujeito leitor e a história dos leitores. Nunes (2003, p.25) atesta a existência de “diversos modos de ler, diversas teorias da leitura, assim como há instituições que promovem certas práticas de leitura”. Ele considerou que a constituição histórica do leitor brasileiro ocorre sob uma clivagem que a distingue da do leitor europeu.

No estudo sobre os *Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade*, Nunes (2003) desenvolveu uma pesquisa dentro de um contexto específico, o contexto escolar. Ele abordou as relações entre o discurso escolar e outros discursos que intervêm nele, a partir das condições imediatas, eu-aqui-agora e condições mais amplas, vistas na produção histórica. Tendo em vista as diferentes práticas de leitura que circulam na escola, ele observou os

discursos exteriores que adentram o ensino da leitura nas escolas. Dessa forma, apreendeu o estudo de instâncias ideológicas.

A abordagem de Nunes considera a existência de três instâncias ideológicas: jurídico, econômico e político. Para analisar as condições de leitura na atualidade, ele desenvolveu a pesquisa de campo abordando, inicialmente, a instância jurídica. Realizou uma abordagem acerca do sujeito do direito no Brasil, em sua forma histórica. No tocante à instância do jurídico, ele descreveu os desdobramentos desse sujeito, no contexto da escola e, conseqüentemente analisou como a regra jurídica é estudada em relação à regularização da leitura na escola.

Nunes subsidiou a sua pesquisa nos moldes dos estudos elaborados por Pêcheux (1981), quando analisou as diferenças entre o direito continental europeu e o direito anglo-saxão. Nunes (2003) tomou como ponto de partida a regra gramatical e a regra jurídica, ao observar as diferentes leituras no imaginário escolar. Na instância do jurídico, analisou como os processos avaliativos (exercícios e provas) designam uma prática discursiva que leva os alunos a buscarem sentidos sedimentados. Os resultados dessas análises mostraram que não existe o leitor que se visa, este é moldado pela instituição em que se insere.

Outra questão discutida por Nunes concerne ao modo como a forma sujeito-leitor, na atualidade, tem a ver com o agenciamento dos setores econômicos em geral, com uma prática de administração da leitura, de organização do trabalho de leitura. O trabalho de leitura é compreendido na relação com o comércio e a própria dinâmica do sistema capitalista. O livro e a leitura são considerados como algo que se pode vender, trocar, emprestar, guardar ou acumular. De acordo com o autor supracitado, a circulação desses sentidos permeia o imaginário escolar e o modo de funcionamento das bibliotecas.

Ainda ao abordar a leitura em consonância com a instância econômica, ele discorre acerca da forma como as condições tecnológicas modificam as relações dos leitores com os textos, e elas vêm sendo introduzidas em diversos domínios do saber. Para Nunes (2003, p.39), “as técnicas de leitura são consideradas no âmbito da formatação, do layout, do design, da estética e da funcionalidade, tendo em vista um leitor pragmático, que lê cada vez mais rapidamente”. Essas condições de leitura reclamam um perfil de leitor e modos de leitura pautados pelo aspecto econômico. Sobre essa questão, diz Nunes:

O leitor é localizado em nossos dias em meio a palavras de ordem que marcam as relações de produção do modo capitalista: “produtividade”, “rendimento”, “organização”, “competência”, “eficiência”, “rapidez”. Estes termos, que metaforizam o campo da leitura no espaço econômico, são gestos que orientam para as práticas de administração de empresas, de gerenciamento das forças produtivas. Queremos dizer com isso que há um modo de leitura que é introduzido juntamente

com estas formas de organização do econômico, o qual aparece, de uma forma ou de outra na escola, nos meios de comunicação, no cotidiano (NUNES, 2003, p.36).

A construção desse sujeito-leitor sofre a interferência de sentidos que retomam formações ideológicas do sujeito do capitalismo. Esse deslocamento é resultado dos processos polissêmicos que organizam o discurso enquanto prática. Outra condição de leitura descrita por Nunes corresponde à produção da “marca comercial”, atrelada ao discurso da propaganda, com circulação livre, pública e abrangente. Para o autor, o discurso de acesso fácil é fortalecido através da publicidade, fazendo transparecer um espaço de liberdade de linguagem, e, consequentemente de leitura desinteressada.

No espaço político, Nunes compreendeu a prática da leitura sob dois aspectos: no primeiro considera a leitura enquanto uma espécie do discursivo, ela se configura como uma forma do político, é produção de sentidos em certas direções por sujeitos e para sujeitos. O segundo focaliza as formas dominantes do político e sua relação com práticas de leitura.

Todo discurso faz emergir um campo de questões, um domínio discursivo, assim como um espaço de virtualidade de leitura. Por conseguinte, a distribuição dos textos organiza a formação de espaços de leitura em uma conjuntura dada: no meio escolar, na imprensa, no cotidiano. Este é um primeiro nível da política de leitura, determinante do que pode e deve ser lido em certas circunstâncias. Ao mesmo tempo, todo discurso traz também a possibilidade de uma mudança de uma reestruturação nas redes de filiação histórica, os sentidos lidos sempre podem ser outros. É aí que intervêm, o trabalho de interpretação, de tratamento dos textos e a teorias de leitura. (NUNES, 2003, p.41).

Em meio a tantas práticas de leitura, há referências ao “liberalismo na leitura”. O sujeito-leitor é construído através de práticas de leitura que permitem ler tudo, ler o que quiser, com fácil acesso aos textos. O leitor é designado como um “leitor heróico”, pois tem liberdade para construir seu percurso de leitura, sem limitações de censura ou de condições financeiras. Conforme Nunes (2003, pp.42-43), “Fica apagado com isso o trabalho de leitura (PÊCHEUX, 1982), bem como a política de distribuição e tratamento dos textos, ao passo que se confere ao sujeito a tarefa de construir ‘livremente’ sua história de leitura.”

Nesses termos, os resultados da pesquisa que Nunes desenvolveu no contexto escolar demonstraram os diferentes tipos de apagamentos que o liberalismo da leitura instituiu. Além disso, seu estudo concluiu que o primeiro apagamento consiste no nível da estrutura institucional, no percurso entre governo e leitura, o leitor se constitui a partir de leituras que não condizem com a sua história de leitor, enquanto o outro apagamento diz respeito à representação dos leitores, fazer com que o leitor construa a sua própria história de leitura. Por último, há um apagamento ao nível da ideologia que reduz o espaço da leitura ao domínio do

literário e do científico, de modo a evitar outros sentidos para a leitura, outras possibilidades de filiação para o sujeito-leitor.

Ao estudar a formação do discurso do sujeito-leitor e como resultado da aplicação da pesquisa, Nunes concluiu que existem os seguintes perfis de leitores: o leitor é visto como uma posição vazia, a instituição o determina; o leitor é visto a partir de uma trajetória acumulativa de leituras e com um discurso liberal que apaga as condições de produção da leitura; o leitor não explora a sua história de leitura. É preciso considerar, sobretudo, a memória de leitura na qual o leitor se constitui.

Nesse trajeto de estudos acerca da leitura, reconhecemos a importância dos estudos empreendidos por José Horta Nunes, principalmente no que concerne à abordagem discursiva acerca da leitura, pois investigou a memória social de leitura, na atualidade, a partir do atravessamento de formações ideológicas que perpassam o funcionamento das práticas de leitura, no contexto escolar.

Até o momento, tratamos do sujeito-leitor e da memória de leitura consoante a perspectiva da AD. No próximo tópico, apresentaremos algumas concepções de leitura e do sujeito-leitor sob um viés histórico, com pontos de vistas que caracterizam um exterior específico.

### **1.7 Reflexões sobre a formação do leitor brasileiro, na atualidade**

Com o quadro de redemocratização brasileira surgiu um novo cenário para se pensar o ensino de língua portuguesa, primeiramente destacamos, de acordo com Guimarães e Orlandi (1996), que o processo de expansão dos estudos de língua portuguesa se dá em dois momentos: o primeiro consiste na elaboração de um parâmetro de escrita no Brasil, enquanto o segundo refere-se aos estudos da língua escrita, baseados nos modelos clássicos vigentes no século XX. Com isso, foi promovida a gramatização brasileira do Português.

A gramatização brasileira do Português é, também, um modo de constituir o português como língua única e nacional. Como sabemos, as nossas escolas chegam a ensinar, ou ensinavam até bem pouco tempo, que no Brasil só se fala uma língua. Ou seja, não era só que a lei estabelecesse o português como língua nacional, e nem certo momento estabelecesse uma nomenclatura oficial brasileira. Mais que isso, o ensino apagava todas as línguas indígenas (quase duzentas) e as línguas dos imigrantes. E neste movimento ela se aproxima da busca de uma unidade de língua escrita com Portugal, mesmo hoje, em ações ligadas à política linguística de muitos estudiosos de língua portuguesa em particular ou da linguagem em geral, no Brasil (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p.137).



O sujeito é submetido à língua escrita através do reconhecimento dos instrumentos linguísticos, principalmente por um gesto de significação política. A língua escrita é elevada a uma posição de dominação e resistência. Temos então, um quadro histórico acerca dos estudos do português no Brasil. Há, portanto, a necessidade de considerarmos nesse quadro histórico, a funcionalidade dos instrumentos linguísticos, ressaltando a relevância da língua escrita e suas performances políticas.

Após referenciarmos o panorama do processo de gramatização do português, consideramos a relevância de descrever alguns posicionamentos de Felipe Lindoso (2004) acerca da formação de leitores no Brasil. Ao tratarmos da relevância do livro e da leitura no desenvolvimento das nações, encontramos, na obra *O Brasil pode ser um país de leitores?* (2004), a contextualização do processo histórico que delegou ao livro e à leitura os fundamentos de materialidades constitutivas da cultura brasileira. Para Lindoso (2004, p.11), na formação da política cultural, foi necessário levar em consideração a valorização da leitura por meios que viabilizassem o mercado. Dessa forma, “seria importante propiciar uma cultura não-elitista que incorporasse a classe média no processo de leitura, pois era a classe média que constituía a base do mercado de massa”.

A política educacional foi considerada um fator de extrema relevância na criação de mercado, visto que a renda tem efeitos mais diretos sobre a motivação da leitura. Segundo a abordagem de Lindoso, a motivação para o lazer que a leitura requer, mantém relação intrínseca com a situação econômica das nações. Outro destaque consiste em considerar o hábito da leitura fundamentado em três pilares: educação, renda e tempo disponível. Ao tratar do livro enquanto um bem cultural, ele prevê a participação de todos os envolvidos na produção, distribuição e consumo de bens culturais na administração das instituições culturais, a fim de criar estratégias de permanência dessas políticas, independente de impactos causados na mudança de governo.

Segundo Lindoso (2004, p.141), “o MEC é o maior comprador de livros do país e, certamente, uma das maiores agências de aquisição de livros do mundo”, essa aquisição se dá por meio do Programa Nacional do Livro Didático(PNLD), formulado em 1985. Os estudos históricos apreendidos por Lindoso, acerca do fomento ao livro, destacam que durante o período imperial e o da Primeira República, a única preocupação governamental com o livro era de controle, que se manifestou na censura.

Com base no que foi exposto, verificamos que o tratamento histórico dado ao livro consistiu em um objeto de consumo, pertencente ao mercado editorial. Devido a isso, também se desenvolve um perfil bem variado dos leitores brasileiros, pois, como dito anteriormente, a renda tem efeitos diretos na motivação da leitura.

Para aprofundar essa discussão acerca do incentivo à leitura, numa perspectiva histórica, Britto (1999, p.102) diz: “saber ler é uma necessidade objetiva do sujeito moderno”. Ele considera a posição de leitor enquanto uma categoria, assim como ocorre com o lugar social de um consumidor, motorista, eleitor, passageiro; são posições que demarcam a existência de uma cidadania. Para o autor, existe a descrição de diferentes comportamentos e direitos em cada uma dessas situações, não sendo diferente com a categoria de leitor.

Ao tratar do leitor e da leitura em diferentes contextos, Britto (1999, p.104) afirma que “a aproximação de leitura e prazer é uma das imagens mais frequentes tanto em campanhas de promoção de leitura quanto em sugestões de métodos de ensino da leitura”. O autor destaca a realização da leitura enquanto uma prática que exige esforço e concentração intensos, a ponto de se tornar cansativa ou feita por obrigação, decorrente de motivos profissionais, religiosos, cotidianos ou outros. Ainda na concepção desse autor, a escrita e a leitura são instrumentos fundamentais de poder e, nesse sentido, sempre estiveram, e ainda são articuladas aos processos sociais de produção de conhecimento e apropriação dos bens econômicos.

Acerca da questão do acesso ao livro e à leitura, Perrotti (1999, p.34) esclarece que “a formação de uma sociedade leitora envolve as instituições como a escola, bibliotecas, editoras e livrarias e, conseqüentemente, abrange uma reflexão aprofundada sobre a natureza dessas instituições, o sentido de suas orientações e de suas práticas”.

Ao tempo que destaca a atuação das instituições promotoras da leitura, também ressalta que é preciso saber se o objetivo é formar consumidores da escrita, meros usuários do código verbal, ou seres capazes de imprimir suas marcas aos textos que leem. Para Perrotti (1999), os programas de incentivo à leitura e acesso ao livro, precisam atuar em uma ordem histórico-cultural e contar com a mediação das relações domésticas.

Diante das diferentes concepções acerca da formação de leitores, na atualidade, observamos, através das concepções dos autores mencionados anteriormente, como se delineia o percurso histórico do leitor brasileiro. Após a realização do percurso teórico que abrangeu os estudos da AD e algumas abordagens acerca da formação de leitores no Brasil, conseguimos elaborar um dispositivo teórico que subsidiou os procedimentos metodológicos e analíticos desta pesquisa. Sendo assim, no próximo capítulo, apresentaremos o gesto metodológico que norteará a compreensão da discursividade acerca da memória de leitura e da constituição dos sujeito-leitor, em diferentes condições de produção.

## **CAPÍTULO II-PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA ELABORAÇÃO DO CORPUS**

O aporte teórico-metodológico desta pesquisa está fundamentado na Análise de Discurso de Linha Francesa. Em decorrência disso, na primeira etapa deste percurso, descreveremos os procedimentos metodológicos no interior da AD. Para isso, mobilizaremos as seguintes categorias de análise: *corpus*, recorte, arquivo e condições de produção.

Para Fonseca (2002, p.16), *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Ressaltamos que na AD o objeto de pesquisa não é predeterminado, o percurso metodológico é definido pela própria análise.

Quanto à abordagem, a pesquisa apresenta um viés qualitativo. Quanto à natureza, se caracteriza como uma pesquisa básica, pois objetiva mobilizar compreensões sobre o modo como o sujeito-leitor é constituído a partir de diferentes projetos de leitura e como o leitor se constitui em espaços que ultrapassam a instância do ensino. É uma temática abrangente e subsidiada pela AD, porém não requer uma aplicação prática prevista. Entendemos que a abordagem não pretende manter o controle dos sentidos, pois os sujeitos e sentidos são compreendidos na dispersão.

### **2.1 Trajeto metodológico**

O método selecionou textos que permitissem o exame da construção do sujeito-leitor. Primeiramente, focamos em projetos de leitura e, no decorrer das buscas, no espaço cibernético, conseguimos selecionar materialidades linguísticas que circulam em *sites* de igrejas, editoras, portal de vendas empresariais, do Ministério da Cultura e de jornais eletrônicos, consequentemente, adotamos os procedimentos de uma pesquisa documental.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa foi elaborada através da descrição e compreensão das peças selecionadas. Com base em teóricos da AD, especificamente, Pêcheux e Orlandi, montamos um dispositivo teórico que deu sustentação às análises realizadas.

Os procedimentos na construção do *corpus* estão alinhavados com o Modelo Clássico de Exposição de Estudos (MCEE)- cuja autoria é de Bernardo-Santos (2016). O MCEE faz referência a uma proposta de estudo que pretende avançar cronologicamente nos estudos sobre os instrumentos linguísticos no Brasil (gramáticas e dicionários impressos e digitais) filiados às políticas públicas de redemocratização. Seguindo a perspectiva teórica desse modelo, consideramos os projetos de leitura enquanto instrumentos linguísticos inscritos nas instâncias ideológicas do discurso. Esse modelo aborda o funcionamento da textualidade escrita, visto que opera com a categoria região/território e ressalta o estudo da textualidade na relação com a exterioridade.

Segundo Bernardo-Santos (2014, p.11), “diante de um texto, seja qual for sua dimensão, devemos reconhecer em sua materialidade relações de sentidos deslizando entre regiões e em cada uma delas temos posições/vozes específicas em construção”. Nessa direção, traçamos as regiões periféricas e centrais dos textos, trazendo para análise aspectos que estão nas microrregiões do texto.

Para a AD, o texto é um objeto linguístico-histórico que se desenvolve de múltiplas formas, nesse sentido, articulamos o estudo da constituição do sujeito-leitor com o MCEE, por considerarmos que a metodologia empregada nesse modelo corresponde aos objetivos de compreensão da historicidade dos arquivos através do Quadro de Documentação da Gramatização Brasileira (QDGB) e do Quadro de Referências para Análise- (QRA). Para Bernardo-Santos (2016), o QDGB faz a classificação dos instrumentos linguísticos em acadêmicos, profissionalizantes, religiosos, escolares, turísticos etc. Enquanto isso, o QRA orienta um percurso teórico considerando as especificidades dos instrumentos linguísticos por intermédio das seguintes dimensões: documental, histórica, discursiva e a do ensino.

Nesta seção, registramos o conceito dicionarizado do termo leitor, de acordo com os dicionários Michaelis<sup>6</sup>, Aurélio<sup>7</sup> e o dicionário de Charaudeau e Maingueneau (2016)<sup>8</sup>, como

---

<sup>6</sup>No dicionário Michaelis[online]. Disponível em<[http://michaelis.uol.com.br/busca? r=0&f=0&t=0&palavra=leitor](http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=leitor)>. Que ou aquele que lê, habitualmente, alguma publicação periódica (livro, jornal, revista etc.); que ou aquele que, em editoras, companhias teatrais etc., lê e avalia os originais enviados pelos autores e emite parecer a respeito de seu conteúdo e da viabilidade comercial de sua publicação ou encenação; diz-se de ou membro da Igreja católica cuja função consiste em fazer a leitura dos textos da Sagrada Escritura.

<sup>7</sup>No dicionário Aurélio [online]. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/leitor>>. Registram-se as seguintes acepções para a palavra leitor: Pessoa que lê um livro, um jornal, revista etc.; aquele que faz profissão de ler em voz alta diante de outras pessoas. Colaborador que lê os manuscritos enviados a um editor; Professor de nacionalidade estrangeira, encarregado, numa universidade, de exercícios práticos sobre a língua do seu país de origem. Aparelho que permite reproduzir sons registrados ou informações codificadas e registradas em suporte magnético ou eletrônico; Máquina ou dispositivo que permite a introdução de dados num computador a partir de um disco, de uma banda magnética, de uma fita de papel perfurado, etc. Aquele que recebeu a segunda das quatro ordens menores da hierarquia eclesiástica.

<sup>8</sup>De acordo com o dicionário *Análise de Discurso* ( CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D., 2016) , no quadro da teoria da literatura, “leitor” é utilizado como conceito que funde a análise, em particular, das condições de recepção de uma obra, na medida em que ela se inscreve no horizonte de expectativa de um leitorado (...) a partir do leitor surgem as avaliações de uma obra; Em análise de discurso, o lugar do leitor

uma maneira de expor o uso corrente da palavra leitor. Salientamos que tais acepções remetem aos sentidos instaurados nas práticas sociais e, concomitantemente, apontamos a relevância de ressignificação do estudo das diferentes posições desse sujeito-leitor, na atualidade, através dos resultados obtidos no capítulo analítico.

Na seção metodológica, enquanto a primeira etapa da pesquisa abrangeu a descrição dos dispositivos teóricos, a segunda etapa referiu-se à descrição das materialidades linguísticas, observando a textualização dos sentidos com base nas condições de produção. Abordamos a forma sujeito-leitor com base nas instâncias ideológicas do discurso, assim como preconiza Nunes (2003).

A análise de discurso é uma disciplina que não apresenta uma fórmula metodológica, visto que, ao se deparar com os elementos constitutivos do dispositivo teórico, já se encontram os primeiros procedimentos metodológicos. Orlandi (2015) destaca que na AD o percurso metodológico se constitui por etapas, sendo assim, cabe ao primeiro gesto de interpretação construir o *corpus*, em seguida, detectar a passagem da superfície linguística (texto) para o objeto discursivo. Para a autora, o objeto discursivo resulta do acesso do analista ao processo discursivo, conseqüentemente, é possível compreender esses processos, através do jogo ideológico que atravessa a constituição dos sujeitos e de seus diferentes efeitos de sentido.

Diante da proposta de estudarmos a constituição do sujeito-leitor em diferentes materialidades, também analisamos as condições determinantes do discurso, as particularidades daquela produção e os efeitos de sentido que se estabelecem entre a teoria e o objeto de análise. Em cada instância ideológica, observamos o funcionamento das regiões do discurso. Desse modo, para explicitarmos como se deu o percurso metodológico, apresentaremos no próximo tópico como se deu a construção do *corpus*.

## 2.2 A construção do *corpus*

Parafraseando Orlandi (2015), diremos que uma das primeiras questões a considerarmos nesta etapa da pesquisa, diz respeito à constituição do *corpus*. A delimitação do *corpus* foi pautada pelos seguintes critérios: teoria, objetivos de análise e temática. Os objetos empíricos são projetos de leitura analisados a partir das instâncias ideológicas do espaço econômico,

---

remete a uma problemática similar: considera-se, de fato, que as características linguísticas de um gênero discursivo sejam dependentes de suas condições de produção, mas também das de sua recepção.(...) Fora dessas teorias da recepção, “leitor” é um termo pouco utilizado como tal nas análises linguísticas, em que é, além disso, frequentemente suplantado pelo termo “ouvinte”. Designa um coenunciador, entretanto, virtual, uma vez que se encontra em uma situação de interação diferenciada, sendo o diálogo do leitor com o escrevente mais da ordem do existencial ou do informativo do que do linguístico-comunicativo. O leitor (ou destinatário) constitui, como enunciador-origem, um lugar enunciativo que é construído linguisticamente em cada forma discursiva, e que não é a simples tradução linguística direta da identidade dos destinatários efetivos(...).

jurídico, religioso e ensino. As sequências discursivas (SD) selecionadas para as análises fazem parte de projetos como Remição da pena pela leitura (presídio), Cometa Leitura e Bibliotáxi (empresas), Biblioterapia (clínicas), Liturgia Diária (Igreja), Prêmio Vivaleitura e a Cartilha: doze dicas para o seu filho gostar (muito) de ler (Plataformas relacionadas à instância do ensino). Todos com vistas ao fomento das práticas de leitura e, conseqüentemente à construção de uma forma sujeito-leitor, em suas diferentes posições discursivas e lugares sociais.

Os primeiros procedimentos de organização do *corpus* direcionaram o percurso analítico com base em cinco instâncias ideológicas (econômico, jurídico, religioso, ensino e midiática). Em seguida, o gesto metodológico reorganizou o *corpus* nas instâncias ideológicas do econômico, jurídico, religioso e ensino. O método redirecionou a leitura discursiva dos projetos Bibliotáxi e da Biblioterapia para a instância do econômico, não apagando as relações de sentido com as outras instâncias. Esse deslocamento fez com que compreendêssemos a instância midiática enquanto um suporte que atravessa o contexto imediato de todas as materialidades, tendo em vista que as condições de produção, no espaço virtual, são fundantes de sentidos que só significam enquanto tal porque estão em circulação nesse suporte específico. A seletividade das imagens, dos *slogans* que divulgam os projetos de leituras, o endereço eletrônico das reportagens e das plataformas fazem parte de um funcionamento discursivo em circulação nas condições de produção específicas do espaço virtual.

Neste trabalho, as análises apontaram para a construção de um sujeito-leitor que, interligado às diferentes instâncias ideológicas, é-nos revelado pela língua, ultrapassando os limites do sentido explícito e, ao mesmo tempo, compreendido de diferentes formas, a partir da ilusão de transparência da linguagem. A construção e organização do *corpus* são baseadas em diferentes gestos de interpretação, conseqüentemente, surgem diferentes efeitos de sentido na relação que se estabelece entre a linguagem, a ideologia e a história.

Segundo Mittmann (2007, p.154), “a teorização determina o procedimento metodológico, e ambos levam à constituição do *corpus*, o que significa dizer que o *corpus* não está dado”. Nesta pesquisa, o *corpus* se constitui a partir do gesto do analista ao buscar, ler, selecionar, relacionar e recortar.

E assim, relacionando formulação e enunciado, recorte e arquivo, vamos costurando os retalhos de nosso *corpus*, num ir e vir da linha, retrazando caminhos feitos, assim, de retalhos. Retrançando as paráfrases do processo discursivo, ressonâncias de uma mesma posição de sujeito, ressonâncias de uma mesma Formação Discursiva, ressonâncias de outras Formações Discursivas que estão em relação de aliança com esta. Retrançando as dissonâncias entre posições de sujeito numa mesma Formação Discursiva, retrazando o percurso dessa dissonância pela relação com o Interdiscurso. Redescobrimos e produzindo, constantemente, efeitos de sentido, deslizamentos,

metáforas. Quer dizer, de uma regularidade plácida, parafrástica, passamos à polissemia das irregularidades. A regularidade que fica é a da descoberta do novo, associado a uma memória (MITTMANN, 2007, p.154).

A composição do que denominamos *corpus* decorre desse trajeto de idas e vindas, não há uma passagem natural da dispersão do arquivo à seleção dos textos que formam o *corpus* empírico. Essa passagem advém das postulações teóricas que determinam os deslocamentos necessários para que o analista elabore os recortes discursivos que atravessam dada FD. Identificamos, em meio à infinidade de discursos passíveis de análise, materialidades linguísticas difundidas no espaço virtual, que por si só, já sinalizam recortes no processo de representações do sujeito-leitor e da importância da leitura. A questão da constituição do *corpus* é determinante para esta pesquisa, pois se trata de partir de um conjunto fechado e parcial, para analisar um fenômeno mais vasto que essa amostra.

Observamos o texto e suas especificidades, as partes periféricas e centrais que ressaltam a não transparência da linguagem. Consideramos as condições de produção do discurso e, por intermédio das SD, conseguimos identificar as relações de semelhanças, oposição, apagamento e sobreposição entre saberes e enunciados.

Assim, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos (ORLANDI, 2015, p.61).

A constituição do *corpus* engloba a organização do arquivo de leitura e o modo como o discurso é textualizado. Para tanto, o trabalho de análise fundamenta-se em processos de segmentação e recorte das sequências discursivas, dessa forma, na próxima seção elucidaremos como a noção de recorte foi aplicada no decorrer das análises.

### **2.3 Unidade discursiva-Recorte**

No que concerne à seleção e organização do *corpus*, adotamos uma noção comumente utilizada: recorte. Conforme Orlandi (1984, p.14), “o recorte é um fragmento da situação discursiva”. Ao operacionalizar essa noção, buscamos ressaltar a incompletude e característica fragmentária da linguagem. Com isso, entendemos que o tempo e espaço da linguagem não são estanques no processo discursivo, tem relação com outras condições de produção do discurso,

consequentemente, o sentido não está preso à materialidade textual, ele decorre do processo discursivo que se instaura nos efeitos de sentido entre os locutores.

Nesta pesquisa, a unidade discursiva (recorte) mostrou como as formações discursivas atravessam os discursos em diferentes momentos do percurso histórico e, consequentemente, identificamos diferentes efeitos de sentido na compreensão da forma sujeito-leitor. Junto à noção de recorte, recorreremos também ao estudo das relações de reescrituração, apresentadas como dispositivo de análise por Eduardo Guimarães. Conforme Guimarães (2009, p.53), “uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração)”. Ou seja, o gesto analítico considerou que a repetição e as regularidades discursivas encontradas na superfície textual retomam diferentes sentidos e mobilizam os processos polissêmicos, levando em consideração as diferentes condições de produção das SD. Dessa forma, é possível descrever e compreender o funcionamento discursivo.

A noção de recorte foi fundamental para construirmos o *corpus*. O recorte nas materialidades linguísticas se deu a partir da organização e seleção das sequências discursivas.

O nível de formulação refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal”. Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe completo de relações” de um sistema de formação (COURTINE, 1981 *apud* BRANDÃO, 2012, p.52).

Desse modo, as sequências discursivas resultam em recortes de recortes, unidades discursivas que retomam sentidos no próprio fio intradiscursivo e apontam para diferentes posições dos sujeitos. Além disso, acionam a relação das formações discursivas com a ideologia. Para Orlandi (1984), o princípio segundo o qual se efetua o recorte varia segundo os tipos de discurso, por isso, o percurso metodológico elaborou um arquivo de leitura que possibilitou o estudo da forma sujeito-leitor em diferentes instâncias ideológicas. Diante do exposto, apresentaremos algumas considerações acerca de como a noção de arquivo operou neste trabalho.

## **2.4 O sujeito-leitor compreendido a partir da historicidade dos arquivos**

Pêcheux (1994, p.57) define arquivo como "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão". Neste trabalho, a prática de leitura de arquivo sustenta a constituição do *corpus* a partir da temporalidade e historicidade dos processos discursivos.



Um discurso remete a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens. Compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem (NUNES, 2005, p.5).

Fundamentados nos estudos de Nunes (2005), entendemos que o arquivo não se reduz a um conjunto de dados dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz a constituição dos sentidos, portanto, não se reduz à univocidade da interpretação. O tratamento dado aos textos não os restringe ao contexto imediato das produções.

Segundo os estudos propostos por Pêcheux, o arquivo pode ser entendido na relação com a análise enquanto um conjunto de documentos que remeteriam a diversos acontecimentos históricos. No presente trabalho, a constituição do arquivo se deu a partir de buscas em diversas fontes eletrônicas<sup>9</sup>, logo, a construção do arquivo não é linear, por isso, consideramos a dimensão e heterogeneidade do arquivo, no ambiente digital.

Ressaltamos que, durante o processo de composição do arquivo de leitura, traçamos os seguintes procedimentos:

Na primeira etapa, o analista, no contato com o texto, procura ver nele sua discursividade e incidindo um primeiro lance de análise — de natureza linguístico enunciativa — constrói um objeto discursivo em que já está considerado o esquecimento número 2 (da instância da enunciação), desfazendo assim a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira. Desnaturaliza-se a relação palavra-coisa. Nesse momento da análise é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não-dizer etc. Esta etapa prepara o analista para que ele comece a vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão (ORLANDI, 2015, p.63).

Subsidiados pela AD, consideramos a leitura de arquivo como um dispositivo de análise. A leitura de arquivo relacionada ao dispositivo teórico favoreceu a identificação e análise de sentidos que são atravessados por contradições, paradoxos, silenciamentos, rupturas, apagamentos e incompletude. Dessa maneira, o sujeito-leitor é compreendido a partir da historicidade dos arquivos e dos gestos de leitura que demarcam diferenças e contradições. A construção do *corpus* se deu a partir da leitura de arquivos, os quais nos remetem a discursos dispersos no tempo e às diferentes posições ocupadas pelos sujeitos leitores.

---

<sup>9</sup> Cf. *sites* pesquisados, nas referências bibliográficas desta pesquisa.

Realizamos a leitura do arquivo considerando a relação língua/discursividade, sob o pressuposto de que os sentidos não estão prontos e acabados. Para elucidar as materialidades linguísticas que compõem o arquivo de leitura, apresentamos, a seguir, os materiais de análise que constroem o sujeito-leitor com base em diferentes instâncias ideológicas:

INSTÂNCIAS	LOCAL DE PESQUISA	TÍTULOS
<b>ECONÔMICO</b>	PORTAL VENDA MAIS	“Conheça empresas que investem na leitura como ferramenta de vendas”.
	PORTAL PRÊMIO VIVALEITURA	Edital do Prêmio Vivaleitura
	BLOG DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	“Editoras apostam em clubes de leitura e até em vaquinhas após o fim das compras do governo”.
	JORNAL NEXO	“ Como funciona a biblioterapia: uma tentativa de cura pela leitura”
	EDITORIA SARAIVA	Bibliotáxi
<b>JURÍDICO</b>	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Recomendação nº 44 , de 26 de novembro de 2013
	PORTAL JUS BRASIL	A remição da pena pela leitura
<b>RELIGIOSO</b>	SITE PASTORAL LITÚRGICA SÃO JOAQUIM	O serviço do leitor na liturgia
<b>ENSINO</b>	MINISTÉRIO DA CULTURA	Caderno do PNLL
	GUIA DA EDUCAÇÃO EM FAMÍLIA	Cartilha: Doze dicas para ensinar seu filho a gostar(muito ) de ler

Fig. 1: Arquivo de leitura (Fonte: própria autoria)

A compreensão da forma sujeito-leitor nos direcionou a diferentes gestos de leitura, conforme as condições de produção dos discursos. Acerca dessa questão, teceremos algumas reflexões no tópico subsequente.

## 2.5 Das condições de produção

Na Análise de Discurso, estudamos a constituição do sujeito através de sua relação com a ideologia, o social e a história. As condições de produção do discurso incluem a situação discursiva, especificamente no que se refere ao contexto imediato e ao contexto sócio histórico.

A fim de elucidarmos as circunstâncias que dão existência às práticas de leitura, deslocamos o nosso objeto de estudo para compreender a funcionalidade de projetos de leitura ou práticas fomentadoras de leitura em diferentes instâncias discursivas. A construção desse sujeito-leitor é oriunda de uma gama de discurso que “valoriza” todas as formas de leitura.

Ao acessar o *site* do Instituto Pró-Livro, visualizamos um percurso de implementação de programas cujo objetivo é a formação de leitores. O Instituto Pró-Livro<sup>10</sup> foi criado em outubro de 2006, como resultado de estudos e conversação entre representantes do governo e entidades do livro, e constitui-se como uma resposta institucional à preocupação de especialistas de diferentes segmentos – públicos e privados – das áreas da educação, cultura e de produção e distribuição do livro. Ainda nesse território do ensino, tivemos acesso à 2ª versão da Base Nacional Comum Curricular, documento que sistematiza os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização e traz a instauração de novos eixos de leitura. Além disso, identificamos edições da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (PRLB), em suas diferentes edições. A PRLB tem a finalidade de orientar políticas públicas do livro e da leitura e melhorar os indicadores de leitura do brasileiro.

Acerca desse cenário de investimentos em políticas públicas de incentivo à leitura, COPES (2007) evidencia que nos anos de 1970 houve uma série de incentivos à formação de leitores, por intermédio do Instituto Nacional do Livro (INL). Enquanto isso, na década de 1990, foi instituído o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). Criado pelo Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992, o PROLER pretende cada vez mais ser uma rede de referência em valorização social da leitura e da escrita, presente em todo país, com qualidade, diversidade e inovação. Segundo Copes (2007, p.43), o PROLER tem por objetivo “coordenar, disseminar, articular, ouvir as propostas e as ideias para a dinamização de experiências na área da leitura, realizadas nas diversas regiões do País.”

No site do Ministério da Educação(MEC), encontramos o registro do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)<sup>11</sup>, desenvolvido desde 1997, com o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura, por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Em 2001, o (MEC) e a Secretaria do Ensino Fundamental (SEF) criaram o Programa “Literatura em Minha Casa”, com o objetivo de integrar nas práticas de leitura, a escola e a família. Além dessas políticas, temos o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD, voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira.

---

<sup>10</sup>Disponível em<<http://prolivro.org.br/home/pro-livro/quem-somos.>>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

<sup>11</sup>Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2017

Mediante esse panorama, tivemos acesso ao Plano Nacional do Livro e Leitura (2006) que se configura como um produto do compromisso do governo federal em construir políticas públicas para garantir que a sociedade tenha acesso aos bens culturais. Nos princípios norteadores do Plano, encontramos alguns pressupostos apresentados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), necessários para a existência expressiva de leitores em um país.

- a) o livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
  - b) devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura;
  - c) deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade. Os fatores quantitativos são:
  - d) deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
  - e) o preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.
- (CADERNO DO PNLL, 2014, p.15 -16)

A leitura e o livro são vistos no PNLL não apenas em uma dimensão educacional, mas também em uma perspectiva cultural, reconhecida em três dimensões: a cultura como valor simbólico, a cultura como direito de cidadania e a cultura como economia.

Para a AD, a história é um dispositivo que permite observar os processos de constituição dos sentidos. É sob esse posicionamento que trazemos a relevância da categoria das condições de produção de discurso, com a finalidade de compreender e analisar a constituição do sujeito-leitor, assim como, estabelecer uma rede de sentidos que constroem esse sujeito afetado por diferentes formações ideológicas, pelo interdiscurso. Segundo Brandão (2012, p.44), foi Pêcheux quem tentou fazer a primeira definição empírica da noção de Condições de Produção de discurso. Assim, o estudo apreendido por ele considera as relações existentes entre o lugar social e as diferentes posições discursivas ocupadas pelos sujeitos.

Tendo em vista as diferentes condições de produção dos discursos, não consideramos a análise sob um viés estritamente cronológico, preocupamo-nos em observar o funcionamento discursivo, a produção de sentidos, no interior de uma dada FD e, como os sentidos não ficam atrelados a apenas uma FD, realizamos a identificação do entrecruzamento discursivo, observando a interdiscursividade. Analisamos os discursos conforme as redes de memória e do trajeto social. Diante desse posicionamento, o interdiscurso funciona como “lugar” do outro.

O gesto metodológico focalizou as imagens enquanto constitutivas de diferentes sentidos, no processo discursivo. No próximo tópico, apresentaremos a descrição do contexto

imediatamente das peças constitutivas do arquivo de leitura, ao tempo que já anteciparemos algumas análises das imagens que compõem os objetos empíricos.

## **2.6 Descrição das materialidades linguísticas que compõem o *corpus*.**

Para Pierre Levy (1999), o ciberespaço contempla formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas propõem e a pesquisa na internet proporciona um espaço de leituras possíveis, e nesse espaço, o sujeito se constrói, leitor e autor. E acrescenta:

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LEVY, 1999, p.21).

O ciberespaço foi o suporte que propiciou a seleção das peças que compõem o *corpus* desta pesquisa. Primeiramente, na barra de pesquisa do Google, identificamos os textos que tratam da relevância da leitura, todavia, essa temática remetia a muitos campos de interpretação, por isso, redefinimos o nosso gesto de seleção através da escolha de materialidades linguísticas que abordassem a constituição do sujeito-leitor em espaços da sociedade que ultrapassam os lugares tradicionais de leitura, a exemplo da biblioteca e da sala de aula.

No espaço virtual, identificamos projetos de leitura fomentados por instituições governamentais e não governamentais. Partimos do pressuposto teórico que define a interpretação da leitura não como um gesto individualizado, mas sim, como uma prática de ressignificação de sentidos.

Em AD, a metodologia de análise não consiste em uma leitura horizontal, ou seja, em extensão do início ao fim do texto, tentando decifrar ou traduzir o que se diz, uma vez que todo discurso é incompleto, por isso, elegemos um dispositivo analítico que possibilitou a compreensão dos sentidos que formam o *corpus* empírico e atravessam o *corpus* discursivo.

A primeira peça do arquivo de leitura foi recortada do Portal “Gestão em Vendas no Brasil”. Nesse portal, selecionamos os projetos de leitura desenvolvidos na empresa Planet e Cometa Leitura.

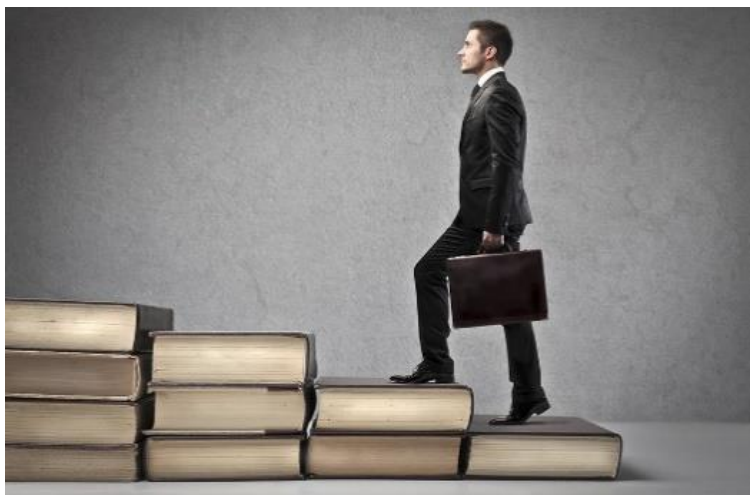


Fig. 2: A leitura para o “sucesso” (Fonte: Portal Venda Mais)

O projeto Cometa Leitura, desenvolvido pelo Grupo Cometa, uma rede de concessionárias espalhadas por cinco estados brasileiros, disponibiliza um acervo com mais ou menos quatro mil livros, cerca de 300 por biblioteca, com leituras técnicas e ficcionais. Conforme os efeitos de sentido que circulam na fig. 2, os livros servem de suporte, uma base para chegar ao lugar mais alto. Além disso, formam uma série de degraus que direcionam o “executivo” - representado pelas vestimentas formais e pela mala que carrega nas mãos- ao “topo”, lugar de destaque. No capítulo analítico, analisaremos como os sentidos acerca do sucesso através da leitura são construídos e investigaremos as relações de poder-saber em cada posição discursiva. Como dispositivo de análise, temos as noções de paráfrase e polissemia, para compreendermos como o sujeito-leitor é construído na formação discursiva da Empresa.

A seguir, apresentaremos mais um dos arquivos de leitura desta pesquisa, o Edital do Prêmio Vivaleitura:

**EDITAL**

**8º Prêmio VIVALEITURA**

**REGULAMENTO**

A União, por intermédio do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna público o processo seletivo referente à 8ª Edição do “Prêmio VIVALEITURA”, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, no Decreto nº 7.599, de 1º de setembro de 2011, na Portaria Interministerial MEC/MinC nº 04, de 22 de outubro de 2014, na Portaria nº 29, de 21 de maio de 2009 e tendo em vista os princípios enunciados no Art. 215 da Constituição Federal, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no presente Edital.

**1. O QUE É O PRÊMIO VIVALEITURA.**

1. O Prêmio VIVALEITURA foi criado em 2006, como desdobramento do Ano Ibero-americano da Leitura. Ele é uma ação conjunta do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação e integra o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL, de acordo com o Decreto nº 7.599, de 1º de setembro de 2011, conforme artigo 11: “O Prêmio Viva Leitura integra o PNLL e tem como objetivo estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam a leitura”.

2. O Prêmio VIVALEITURA tem por objetivo estimular, fomentar e reconhecer as boas práticas de leitura provenientes de todo o país em quatro categorias, a saber: Biblioteca Viva, Escola promotora de leitura, Territórios da leitura e Cidadão promotor de leitura.

3. O presente edital é fundamentado pela Portaria Interministerial MEC/MinC nº 4 de 22 de outubro de 2014, que dispõe sobre o funcionamento da premiação.

4. O 8º Prêmio VIVALEITURA é uma realização do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação contando com a parceria da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, no âmbito do Recurso de Cooperação Técnica MEC/OEI e apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

5. O Comitê Gestor do Prêmio VIVALEITURA é composto por representantes do MinC, MEC, PNLL, OEI, CONSED e UNDIME nomeados pela Portaria nº 05, de 21, de janeiro de 2016.

6. O Prêmio VIVALEITURA tem caráter exclusivamente cultural e não se vincula a nenhuma modalidade de sorteio ou a qualquer exigência de pagamento pelos concorrentes, tampouco está condicionado à aquisição ou ao uso de quaisquer bens, direitos ou serviços.

7. Os recursos financeiros disponíveis para o Edital estão previstos no orçamento do Ministério da Cultura – MinC, no montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), sob a Funcional Programática “2027.20ZF.0001.0786.N.000N - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira: Fomento a Ações e projetos Culturais na área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas” e na Cooperação Técnica MEC/OEI no montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Fig. 3: Edital do Prêmio (Fonte: Prêmio Vivaleitura)

O segundo texto que compõe o *corpus* de pesquisa é o edital do Prêmio Vivaleitura (2016). Na plataforma do Prêmio Vivaleitura, encontramos sentidos que retomam a importância da leitura e do reconhecimento do trabalho de leitura. Com isso, selecionamos os enunciados que divulgam a valorização da prática da leitura. Recortamos o enunciado de divulgação do 8º prêmio. Ainda nessa plataforma, selecionamos o enunciado de divulgação do edital de 2011. Em ambos, compreendemos como os sentidos de reconhecimento e valorização da leitura operam nessas condições de produção do discurso. O método direcionou a análise do edital desse Prêmio, especificamente no que se refere aos eixos temáticos que são descritos na página virtual, como veremos no capítulo analítico.

Ainda na instância do econômico, selecionamos também o texto “Editoras apostam em clubes de leitura e até em vaquinhas após o fim das compras do governo”. Texto publicado no blog do Jornal Folha de São Paulo, em 23 de janeiro de 2017. Para analisar o discurso de incentivo à leitura, recortamos algumas imagens e SD que retratam o serviço das editoras, relacionado às vendas e divulgação de materiais de leitura. Como o *corpus* se constitui a partir de diferentes materialidades linguísticas, analisamos o funcionamento discursivo de termos como: clubes de leitura, “vaquinha” e apostas.



Fig. 4: Escolha de livros na estante da Livraria da Vila- SP (Fonte: Folhapress)



Fig. 5: Representantes da Editora Carochinha (Fonte: Folhapress)



Nas regiões/territórios da reportagem, identificamos como o discurso capitalista atravessa a constituição do sujeito-leitor. Com base nas imagens, há uma interdiscursividade que constrói o sujeito-leitor afetado por sentidos que atravessam a instância do ensino. No processo de divulgação das ações de promoção da leitura, as agências investem em espaços que permitam ao leitor fazer as suas “escolhas” de leitura. Na fig.4, a imagem da criança tentando alcançar o livro atesta as diferentes estratégias utilizadas pelas editoras para garantir o sucesso nas vendas. A imagem do casal, com sorriso no rosto, reforça os sentidos positivos acerca dos investimentos em leitura.

Além desse material supracitado, no processo de busca das materialidades, selecionamos a reportagem “Como funciona a biblioterapia: uma tentativa de cura pela leitura”, publicada no jornal Nexo. Analisamos a constituição desse sujeito-leitor no contexto imediato em que a leitura se dá em clínicas ou hospitais, como uma alternativa de cura.



Fig. 6: A pintura 'Louise Tiffany, lendo', do pintor Louis Comfort Tiffany (Fonte: Jornal Nexo)

Com base no funcionamento da Biblioterapia, analisamos como a leitura é significada na formação discursiva da medicina. Observamos as construções de sentidos que caracterizam a leitura enquanto um instrumento de saber e de cura, mobilizando a significação de leitura/medicamento. A última peça da instância do econômico foi o *folder* que trata do funcionamento do projeto Bibliotáxi.





Fig. 7: Biblotáxi (Fonte: Blog da biblioteca)

Com essa materialidade linguística, conseguimos analisar como as práticas de leitura são afetadas por sentidos que envolvem a produção do saber em ambientes não formais, como é o caso do táxi. Analisamos como as palavras significam diferentemente, a depender das formações discursivas a que elas estão vinculadas. Investigamos como se dá a construção discursiva desse sujeito-leitor que é afetado pelo modo de funcionamento da propaganda e do comércio.

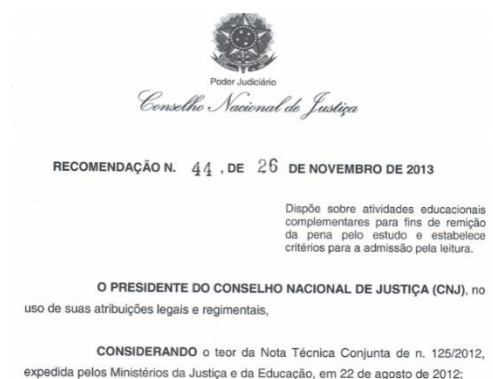


Fig. 8: Recomendação nº 44 (Fonte: Conselho Nacional de Justiça)

As análises abrangem as diferentes instâncias ideológicas, com isso, apresentamos também a descrição dos procedimentos metodológicos na instância do jurídico. Consideramos a análise dessa Recomendação<sup>12</sup>, por se tratar de um discurso jurídico que oficializa a existência

---

<sup>12</sup> A Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, propõe a instituição de projetos específicos de incentivo à remição da pena pela leitura, nos presídios estaduais e federais. Ela procura estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá prazo de 21( vinte e um) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critérios legais de

de projetos de leitura, com foco na remição da pena através da leitura. Outra peça constitutiva do *corpus* empírico é o artigo de opinião “A remição da pena pela leitura”<sup>13</sup>, com base na Lei de Execução Penal e os seus impactos na sociedade. O dispositivo analítico identificou o atravessamento de discurso da instância do jurídico e da instância religiosa. No projeto “A remição da pena pela leitura”, o sujeito-leitor é afetado por relações de poder, pelo discurso de punição e disciplina, por isso, a análise do *corpus* foi pautada por algumas contribuições teóricas de Foucault, tendo em vista que na obra *Vigiar e punir* (1999), temos uma base teórica para discutir o funcionamento do discurso jurídico.

O exame da forma sujeito-leitor na instância do religioso foi realizado através dos efeitos de sentido que circulam no texto “O serviço do leitor na liturgia”, publicado na *home page* da pastoral litúrgica-São Joaquim do Cambucí- São Paulo. O método apresentou a construção do sujeito-leitor (posições) a partir das diferentes condições de produção dos discursos. Na seção do ministério do leitor, analisamos como se dá a construção desse sujeito, quais são as posições que retomam outras formações discursivas, afetando a constituição desse sujeito que aparece/desliza na instância do religioso.

Na instância do ensino, investigamos como o sujeito-leitor é afetado por formações discursivas que retomam o discurso dos documentos oficiais, a exemplo do PNLL. Analisamos o entrecruzamento de discursos que retomam o funcionamento das práticas pedagógicas. Selecionamos o Caderno do PNLL como um documento que referencia o discurso das políticas públicas de incentivo à leitura. A Cartilha 12 dicas para seu filho gostar (muito) de ler é a última peça pertencente ao *corpus* desta pesquisa.



Fig. 9: Cartilha 12 dicas para seu filho a gostar (muito) de ler (Fonte: cartilha\_folder\_troca\_livros)

avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional (CNJ, 2013, p.4).

<sup>13</sup>Disponível em <<https://antoniopires.jusbrasil.com.br/artigos/121940663/a-remicao-da-pena>> Acesso em: 15 de janeiro de 2017

O método selecionou esta cartilha porque a composição linguística “Doze dicas para ensinar seu filho a gostar (muito) de ler” aparece descentralizando a preocupação com a escrita. Verificamos que na formação discursiva do ensino há uma recorrente preocupação em formar escritores e a formação de leitores é parte de um discurso que já está naturalizado. Dessa cartilha, selecionamos seis sequências discursivas que foram analisadas em consonância com o funcionamento dos processos parafrásticos e polissêmicos. Nesse lugar discursivo, o incentivo e fomento à leitura resulta de parcerias com empresas privadas. O gesto metodológico recorreu aos processos parafrásticos para compreender a construção de um discurso que elabora dicas para despertar o “gosto” pela leitura, desde a infância. Através desses processos, identificamos sentidos “cristalizados” acerca da importância de fomentar e incentivar a formação de uma sociedade leitora, que pratica a leitura por prazer, apagando a memória discursiva de imposição e obrigatoriedade dessa prática.

Com a descrição das materialidades linguísticas que compõem o *corpus* empírico, o procedimento metodológico, pautado nas categorias de análise da AD, identificou que a base estruturante de cada projeto referencia diferentes modos de reconhecimento do trabalho de leitura. Na próxima seção, realizaremos as análises discursivas acerca da constituição do sujeito-leitor e da memória de leitura, em conformidade com o dispositivo teórico que subsidiou esta pesquisa.

### **CAPÍTULO III-O SUJEITO-LEITOR NAS INSTÂNCIAS IDEOLÓGICAS DO ESPAÇO ECONÔMICO, JURÍDICO, RELIGIOSO E DO ENSINO**

Após apresentar o percurso teórico e metodológico, seguimos para a descrição, análise e usos linguísticos. Isso não quer dizer que exista a separação das partes do trabalho teórico-metodológico com o analítico. Quando adotamos a metodologia da AD, firmamos um diálogo entre a teoria, metodologia e a análise. Destacamos, conforme Orlandi (2015, p.61), que a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: “selecionar o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas”. O estudo não se detém a analisar fatos linguísticos, restringindo-os à linearidade dos acontecimentos linguísticos, pretendemos identificar como ocorrem as regularidades discursivas, com base em processos parafrásticos e polissêmicos. Ressaltamos assim, a posição de um sujeito que se encontra na dispersão. Ao analisar a forma sujeito-leitor, também compreenderemos como se dá o entrecruzamento de discursos a partir das diferentes formações discursivas.

#### **3.1 Leitura para o “sucesso”: efeitos de sentido do discurso capitalista**

Dentre as diferentes instâncias ideológicas do discurso, começamos o capítulo analítico com a compreensão do sujeito-leitor na instância do econômico. Isso não nos permite classificar/engessar a posição sujeito, pois diz respeito a um procedimento metodológico na análise do arquivo de leitura. Com base no referencial teórico da AD e de outros teóricos afins, conseguimos realizar as seguintes análises:

**SD (1): “Buscamos histórias de empresas de diversos tamanhos e segmentos que buscam diferentes maneiras de incentivar a leitura entre seus colaboradores”.**

Quanto à demarcação dos lugares sociais e discursivos, verificamos a delimitação de um espaço de incentivo à leitura, na (SD (1)), que ultrapassa a esfera pública. Identificamos que a posição desse sujeito é demarcada pela esfera privada, é um portal que divulga as ações de empresas. As propostas de implementação de projetos de leitura por parte das empresas Cometa Leitura e Planet Comunicação decorrem de uma postura empreendedora, uma lógica de mercado, própria da formação discursiva do capitalismo. A leitura é significada enquanto uma ferramenta de venda por parte dos empresários, em contrapartida, é possível avançar no incentivo à leitura e elevar o índice de leitores atuantes no Brasil. Essa seria a análise em um contexto imediato das produções de condições do discurso.

Na plataforma<sup>14</sup> que descreve os serviços desenvolvidos pelo Grupo Cometa, identificamos uma aba que trata sobre a responsabilidade social, na qual a empresa nos apresenta uma série de projetos desenvolvidos: Cometa Educação, Cometa Redação, Cometa Frutificar, Cometa Leitura, Cometa Inclusão Digital, Cine Cometa e Cometa Solidariedade. Tais projetos retomam as formações discursivas do ensino e do religioso. O método conseguiu articular o estudo do projeto Cometa Leitura com o LivreRia, por tratarem da leitura na empresa, dessa maneira, observamos as relações de força que se estabelecem na constituição dos discursos acerca da leitura, nessas condições de produção.

O incentivo à leitura é parte de um discurso que se relaciona com a esfera das políticas públicas, a exemplo do PNLL, consequentemente, as diretrizes para uma política pública voltada à leitura invade a formação social da empresa. O sujeito que se posiciona nesse lugar busca história de grandes e pequenas empresas que propõem “diferentes maneiras de incentivar a leitura”, nos espaços dedicados às atividades laborais. A leitura enquanto prática social é estimulada em diferentes instâncias sociais.

Vejamos a seção que representa o trabalho de incentivo à leitura por parte da agência de publicidade, Planet Comunicação. Intitulada de “LIBRERIA”, essa publicação descreve a história de uma empresa localizada no Estado do Pará, que adotou o projeto de incentivo à leitura.

SD (2): “Se minha equipe **escreve bem, tem poder** de tomada de decisão, **tem cultura** e educação”.

Identificamos que no projeto LibreRia o colaborador tem acesso aos livros e, consequentemente, o trabalho de leitura é positivo para a empresa, pois, destaca-se o desenvolvimento do serviço prestado pelo colaborador e este tem como benefício a aquisição do saber. Nessa instância, identificamos que o incentivo à leitura aparece atravessado por sentidos que ressignificam a leitura enquanto uma ferramenta que propicia o acesso à educação, à cultura e ao poder de tomada de decisão.

No projeto LibreRia, a leitura é um instrumento que possibilita a ascensão da equipe. É também significada enquanto fonte de conhecimento, crescimento que direciona os colaboradores para o domínio da escrita, significada enquanto fonte de poder. Nesse lugar

---

<sup>14</sup>Disponível em <<http://www.viacometa.com.br/grupocometa/projetosocial>> Acesso em: 10 de maio de 2017

discursivo, a leitura é significada enquanto um mecanismo de disseminação do conhecimento, fonte de saber e de poder.

Ainda no Portal Venda Mais, temos outra publicação que apresenta o projeto “Cometa Leitura: “A leitura que faz bem para a mente e para o bolso”. O projeto Cometa Leitura é pertencente ao grupo empresarial “Cometa”, o qual atualmente conta com treze concessionárias espalhadas pelo Brasil. Na análise do discurso, consideramos os elementos exteriores à materialidade linguística, por isso, dentre os sentidos que atravessam essa instância, entendemos que o próprio nome da empresa já mobiliza os efeitos de sentido do discurso capitalista. Segundo Pêcheux, as palavras mudam seus sentidos a depender da formação discursiva.

Vejamos que nas diferentes formações sociais, especificamente no âmbito da empresa, existem diferentes relações de poder. As relações de poder na legitimação das práticas de leitura e escrita, nesses projetos, geram relações de saber. Entendemos que os sujeitos são interpelados pela ideologia e, desse embate, surgem as diferentes formações discursivas. Na análise do projeto “Cometa leitura”, selecionamos as seguintes sequências discursivas:

SD (3): “Cada colaborador **deve ler pelo menos um livro por mês- 2.400 páginas por ano-** para crescer pessoal e profissionalmente, tendo ainda a chance de ser **bonificado com 14º salário**”.

Os projetos de leitura, no Brasil, surgem como um fomento e valorização à prática da leitura. A organização de projetos de leitura, no âmbito da empresa, revela uma preocupação incessante de formar leitores, semelhantemente aos sentidos que circulam em diferentes programas governamentais. Todavia, no contexto empresarial, o sujeito-leitor ocupa também a posição de colaborador. Nessa conjuntura social, analisamos como se desenrolam as relações de poder-saber, tendo em vista que a adesão ao projeto não é obrigatória, todavia, para que o projeto se torne atrativo ao colaborador, a empresa cria meios de beneficiar, valorizar, incentivar o trabalho de leitura. A linguagem não é transparente, mas conseguimos identificar pelo não-dito que o processo de construção desse sujeito-leitor retoma as práticas pedagógicas.

Na (SD (3)), apreendemos o funcionamento do projeto. Há uma estimativa de que cada colaborador leia, pelo menos, um livro por mês para crescer pessoal e profissionalmente.

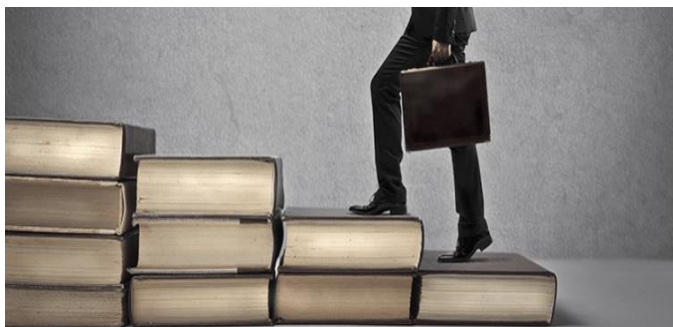


Fig.10:Os livros como base para o crescimento profissional (Fonte: Portal Venda Mais)

Na imagem apresentada, a leitura é responsável por essa “progressão”, tendo em vista que o colaborador consegue chegar ao “topo”, através dos livros, os quais servem de base para o “sucesso”. Enquanto isso, nas relações de poder estabelecidas entre empregado e empregador, há o reconhecimento do trabalho e história de leitura do colaborador através do pagamento de um 14º salário para aqueles que atingem a meta de páginas lidas durante um ano de serviço. Para Foucault (1999, p.31) “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Há, então, uma espécie de “pagamento pelo trabalho de leitura”, o colaborador precisa atingir a meta estabelecida, em contrapartida, é beneficiado com o arcabouço de leituras que são disponibilizadas e, conseqüentemente, ainda tem chances de ganhar um incentivo financeiro. Por outro lado, a empresa capacita os colaboradores, que se tornam qualificados para angariar um maior número de vendas. Há diferentes interesses em jogo e, com isso, vamos observando o funcionamento dos processos polissêmicos.

Apontamos as relações que são vistas no cenário empresarial, todavia, a análise focaliza as posições discursivas. Como o sujeito-leitor é representado e reconhecido. O investimento na leitura passa a ser um diferencial de mercado, na lógica mercantil. O empregador busca qualificar e capacitar os colaboradores com vistas ao alcance de profissionais que tenham maiores chances de aumentar as vendas. Na Empresa Cometa, o investimento em projetos de leitura, a divulgação de módulos e cursos para preparar o colaborador na participação desses projetos, viabiliza uma série de sentidos que afetam o sujeito-leitor.

Há uma sedimentação de sentidos de que o Brasil pode ser um país de leitores. É desse recorte discursivo que aprofundamos as análises. Investir em leitura não é apenas uma necessidade de ordem governamental, além de um direito, investir em leitura é parte da economia, do desenvolvimento socioeconômico de um país, como bem preconiza Felipe Lindoso.

No âmbito da empresa, temos a relação entre empregado e empregador. Não podemos deixar de destacar que há uma estrutura hierárquica de poder, nas organizações. Não

pretendemos nos limitar à análise intratextual, tendo em vista que a análise é balizada pela AD de linha francesa, buscamos compreender como o sujeito-leitor é afetado por sentidos de outras formações discursivas. O colaborador não é apenas mão de obra que precisa cumprir jornada de trabalho. A existência de um projeto de leitura ressignifica a prática educativa e empresarial, logo, a leitura é instituída nesse espaço com o objetivo de ser uma ferramenta de vendas, mas numa mão dupla é também uma ferramenta de produção do saber e de estímulo para a busca do aprendizado. Vejamos que, desse lugar, podemos conceber o processo de incentivo à leitura como um mecanismo de expansão de um direito. Começamos a identificar os diferentes percursos de produção e historicização dos sentidos ao relacionar o funcionamento do projeto de leitura com o próprio mecanismo de organização empresarial.

O poder se estabelece na disponibilização de um espaço para leitura, livros de interesse da organização, cursos e treinamentos sobre o projeto de leitura, incentivos financeiros para aqueles que atingem as metas do programa de leitura, círculos de leitura, aproximação entre os colaboradores, possibilidade de aumentar as vendas e os lucros.

SD (4): “Depois da leitura, cada colaborador **registra seu resumo na intranet** da empresa e os resumos são analisados para garantir que não haverá cópia”.

Os procedimentos de leitura não acontecem isoladamente. Não basta disponibilizar os livros ou apenas emprestá-los, há uma preocupação maior, que está na constatação e verificação de que a leitura foi realizada, efetivamente. Quando se comete a leitura (SD (4)), o colaborador precisa “provar” que leu, assim, é preciso registrar os resumos dos livros lidos na intranet da empresa, para se garantir que não foi feito plágio. Essa é a etapa em que a escrita legitima a prática da leitura.

Na formação discursiva da empresa, constatamos a disciplinarização do trabalho de leitura, visto que é preciso cumprir prazos, metas e planos pré-estabelecidos pelas diretrizes do projeto. À medida que se avança no número de livros lidos, o colaborador comprova a leitura através do registro de um resumo na intranet da empresa. Vejamos que ao disciplinarizar o trabalho de leitura, o colaborador também desenvolve a prática da escrita e do uso das ferramentas tecnológicas. Verificamos que esse sujeito-leitor é constituído pelas regras dos projetos desenvolvidos nas empresas e pelo poder disciplinar que também produz saber.

SD (5): “São realizados encontros chamados de “**Círculo do Livro**”. A participação nos encontros também **conta pontos para a conquista do salário extra**”.



SD (6): “Ao conectar essas ações a empresa consegue garantir altos índices de assiduidade”.

O incentivo à leitura, na empresa, resgata a discursividade operante nos setores econômicos. O colaborador tem a oportunidade de participar de círculos de leitura, treinamentos e programas de leitura. Ao tempo que a empresa organiza os projetos de leitura e oferece bonificações por esse trabalho, o colaborador é beneficiado financeiramente, caso cumpra com as diretrizes do projeto e poderá ter o benefício da aquisição do saber. Para Foucault (1999, p.31) “as relações de poder-saber não devem ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder”. Essas relações são constituídas sob um viés ideológico que retoma sentidos da formação discursiva neoliberal. Partindo dessa relação, o mundo empresarial assegura investimentos na educação, a fim de organizar uma força de trabalho qualificada, apta para os desafios que o mercado oferece. Nessa direção, o sujeito-leitor é afetado por sentidos que retomam a formação discursiva neoliberal, através da mercantilização da leitura, como uma moeda de troca.

Na (SD (5)) temos os encontros chamados de “Círculo do Livro”. A participação nesses encontros é mais uma etapa que deve ser cumprida para o alcance do salário extra. Há uma discursividade que recorre a círculo do livro e clubes de leitura, como maneiras de incentivar a prática da leitura. O discurso do sujeito-leitor é apagado. O que significa é a prática de leituras através de um mecanismo de trocas e lucros. Dentro da empresa, o círculo de leitura funciona como uma diretriz que precisa ser cumprida para receber o bônus salarial.

Há diferentes posições operando nessa instância do econômico. O colaborador comete a leitura para receber o 14º salário, enquanto isso, o empregador investe nesses projetos, conforme a (SD (6)), porque a empresa consegue garantir altos índices de assiduidade. Verificamos que a contradição, o apagamento e a incompletude da linguagem são lugares de confronto. Se, por um lado, no Brasil, há uma série de programas que incentivam a leitura, propagandas que enaltecem a leitura prazerosa, identificamos, através dessa materialidade, a constituição de um espaço econômico e o lugar da leitura sendo administrada, conforme os interesses em jogo. Consequentemente, há um trabalho social da leitura e o sujeito-leitor é atravessado por sentidos que retomam as relações de produção do modo capitalista. Salientamos que nessa conjuntura não se apaga a construção do saber, o pleno exercício da leitura também produz conhecimentos. A leitura é gerenciada no espaço econômico e mobiliza a memória de um leitor pragmático, que lê visando a quantidade, todavia, isso não exclui a possibilidade de se formar um “leitor real”, com a sua “história de leitura”.

A terceira publicação, ainda no portal supracitado, é intitulada como: “5 dicas para você implementar um clube de livro na sua empresa”. Com a propagação dos clubes de leitura, há uma abertura maior no que tange ao incentivo à leitura no ambiente das empresas, dessa forma, o material de análise nos traz cinco dicas acerca de como implementar e incentivar a formação de clube de leituras. Dentre as cinco dicas, selecionamos três delas para dar seguimento às análises.

SD (7): “Peça que cada colaborador traga de casa uma obra que gosta e que eles **troquem** os livros entre si”.

SD (8): “No amigo secreto do fim de ano **estipule que o presente será um livro**”.

SD (9): “Incentive a leitura **premiando os leitores**”.

Na análise das sequências (7), (8) e (9), a leitura é significada como algo que se pode trocar. As condições de produção do discurso são determinantes de sentidos que nos direcionam para o espaço econômico. Dentro desse contexto, no âmbito empresarial, o sujeito-leitor é aquele que lê para garantir benefícios financeiros. Ao identificar enunciados como “presenteie um livro”, “troquem livros”, “os leitores são premiados”, “livros para todos”, identificamos o funcionamento de uma discursividade que traz o imaginário do discurso capitalista.

Observamos o deslizamento de sentidos que acontecem em discursos que circulam em diferentes espaços, com base na observação das repetições, falhas e dos equívocos que nos direcionam ao interdiscurso. A partir dessas sequências discursivas, percebemos a existência de uma série de regularidades no gesto de interpretação desses projetos de leitura. Através de tais análises, identificamos os diferentes efeitos de sentido que emergem da escrita, tendo em vista que a leitura é comprovada por essa via, então, é a escrita que legitima o percurso de leituras.

Enquanto no projeto Remição pela leitura (no tópico subsequente) o “leitor” encontra na leitura de livros clássicos a ferramenta para obtenção da redução da pena, no projeto “Cometa Leitura: a leitura que faz bem para a mente e para o bolso” há uma bonificação para a classe de colaboradores que praticam a leitura. Identificamos as formações discursivas que conduzem as práticas de leituras compensatória e lucrativa.

A abordagem discursiva possibilita-nos descrever esse gesto de interpretação. Ser leitor não é uma tarefa simples, precisa ser reconhecido e beneficiado, é preciso estimular essa prática através de um lugar que dê visibilidade ao leitor. A forma sujeito-leitor é demarcada pela historicidade, aparece em diferentes instâncias ideológicas para corroborar com um discurso

que propaga a leitura como um bem cultural e, por isso, deve ser assegurada, incentivada e fomentada. O discurso de constituição desse sujeito-leitor é direcionado para o viés quantitativo, mensurável e administrável.

Adentramos na análise discursiva, com base nas especificidades das formulações discursivas. Dessa forma, o analista, em seu gesto de interpretação, consegue identificar, através do complexo das formações ideológicas, os diferentes efeitos de sentido referentes ao incentivo à leitura e à formação do leitor. Nesse sentido, apresentaremos outras análises de textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

### 3.2 O discurso do reconhecimento no Prêmio Vivaleitura

Nesta seção, analisamos o edital do prêmio Vivaleitura (2016). O edital do 8º prêmio Vivaleitura (2016) é um documento que normatiza o processo de submissões de projetos de leitura ao prêmio de 100 mil reais. Esse prêmio é resultado das metas do Plano Nacional do Livro e Leitura. O trabalho de leitura é perpassado por formações discursivas que retomam sentidos das instâncias do econômico e do ensino.

Considerando as filiações de sentidos, compreendemos a importância da historicidade dos sentidos. O funcionamento discursivo acerca do incentivo à leitura atravessa a esfera governamental, com um discurso que fomenta o acesso ao livro e à leitura e reforça as relações de força que o discurso pedagógico institui. O edital regulamenta a concessão do prêmio por categorias, ao tempo em que categoriza diferentes perfis de leitores e o trabalho de leitura/constituição do sujeito-leitor acontece nessa dispersão de sentidos.

O Prêmio Vivaleitura tem por objetivo estimular, fomentar e reconhecer as boas práticas de leitura provenientes de todo o país, em quatro categorias, a saber: Biblioteca Viva, Escola promotora de leitura, Territórios da leitura e Cidadão promotor de leitura. Ao realizar a leitura do edital, selecionamos algumas sequências discursivas que referenciam a posição desse sujeito-leitor. Consideramos a relevância das partes periféricas dos textos, a fim de compreendermos os sentidos que atravessam as materialidades constitutivas do *corpus*, conforme descrito no MCEE (BERNARDO-SANTOS, 2016). O recorte das sequências discursivas considerou o enunciado de apresentação desse portal:

SD (10): “Eles **conhecem** o valor da leitura e **foram reconhecidos**”.



Fig. 11: O reconhecimento do leitor no Prêmio Vivaleitura (Fonte: Prêmio Vivaleitura)

Na fig. 11, identificamos sentidos de valoração e reconhecimento do leitor. Vejamos pela configuração de *layout* do enunciado. A primeira parte, evidenciada até mesmo pela diferença no tamanho da fonte, “Eles conhecem o valor” traz a relevância de conhecer o valor, a necessidade de dar visibilidade a essa posição. Há, então, a representação de dois lugares discursivos. O reconhecido e o reconhecedor. De acordo com Pêcheux (1995, p.163), o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. A memória social de leitura constrói o sujeito-leitor com base em formações discursivas em que a produção do saber e a prática da leitura é decorrente do reconhecimento e da compensação, o que retoma também o processo de disciplinarização do saber.

A posição discursiva na (SD (10)), declara que o valor da leitura gera reconhecimento, logo, a leitura é condicionada à memória de valoração, reconhecimento. Retoma um imaginário que é sustentado pelo acesso aos bens culturais, na relação com a escrita e outras formas de produção do saber. Vejamos que a visibilidade do leitor surge da prática da leitura, por isso, no processo de construção da história dos leitores há um funcionamento interdiscursivo.

O Prêmio Vivaleitura está vinculado ao Plano Nacional do Livro e Leitura, assim, há uma filiação de sentidos que nos remete à instância do ensino. O sujeito do discurso representa as ações governamentais em prol do incentivo à leitura e aponta para a direção de que a leitura tem valor, todavia, há também uma ambiguidade e contradição no significado desse “valor”. É nesse lugar de contradição que a ideologia opera.

No contexto imediato, estamos diante de uma plataforma que divulga o prêmio para aqueles que inscrevem os projetos de leitura. Através dos elementos externos à linguagem, considerando o sujeito e a história, o trabalho de compreensão da língua segue rumos diferentes. Operando com as categorias de análise, consideramos um contexto amplo, no qual as condições de produção desse discurso nos direcionam ao objeto discursivo. Esse, por sua vez, decorre daquilo que é “dito” pelo sujeito e que está relacionado a determinada formação ideológica.

Passamos à identificação das posições sujeitos através da discursividade que sustenta o *corpus* empírico, ao tempo em que já iniciamos a etapa de passagem para o *corpus* discursivo. No gesto de análise, observamos que existe o investimento na criação de espaços de leitura (biblioteca, escola, estações, pontos de ônibus, aeroportos, hospitais, presídios) o que já se configura como uma forma dominante do político em sua relação com as práticas de leitura. O incentivo à leitura surge através do financiamento de projetos que atingem as diversas classes sociais, “universalizando” o acesso ao livro e à leitura. O Prêmio Vivaleitura ao delimitar as categorias de premiação, já determina a representação desse sujeito-leitor.

Na (SD (10)) “Eles conhecem o valor da leitura e foram reconhecidos”, identificamos, também, a posição discursiva daqueles que são reconhecidos. Ao adentrar a materialidade linguística do edital que rege o processo de concessão do Prêmio Vivaleitura, tomamos conhecimento das categorias de premiação. A categoria “Biblioteca Viva” envolve a política cultural e amplia a participação da sociedade na execução das políticas públicas. Segundo Lindoso (2004) “a percepção da importância das bibliotecas não surge espontaneamente na população. É um trabalho de décadas de conscientização e de investimento público [...]”. A execução do Prêmio Vivaleitura é uma ação promovida pelo governo, desde 2006, como uma política que garante o direito de todos os cidadãos acessarem o livro e a leitura. Na categoria Escola Promotora de leitura, o estímulo à leitura aparece por meio do pagamento de um prêmio e a escola é um dos lugares sociais de acesso à leitura.

Na categoria “Territórios da leitura”, conforme o próprio edital, concorrem os projetos de leitura desenvolvidos por entidades da sociedade civil, realizados em contextos e espaços diversos (excetuando-se as bibliotecas e escolas). Nessa categoria, o direito à leitura é instituído em parceria com empresas e iniciativas privadas. O discurso governamental atinge a sociedade civil de forma colaborativa, expandindo os territórios de leitura; essa abertura aponta para um conjunto de práticas que decorrem em formações discursivas do neoliberalismo. A categoria “Cidadão Promotor da Leitura” promove a administração da leitura em espaços como a escola, biblioteca, presídios, ponto de ônibus, etc. Temos, então, distintos perfis de leitores e diferentes formações ideológicas operando.

A interpelação do sujeito-leitor ocorre através desse pré-construído, no qual o leitor é reconhecido pela leitura e não pelo prêmio ou pela compensação financeira. O sujeito-leitor é aquele que precisa de um estímulo e de um incentivo para praticar a leitura, mas esse sujeito não é originário desse lugar, ele transita por formações discursivas que abrangem o sujeito do ensino. Ao retomarmos a memória histórica, salientamos a existência de programas como o

PROLER, PNLL, PNLD que reforçam as políticas públicas de acesso e democratização do livro e legitimam as propostas que fomentam ações voltadas para a formação de leitores.

Observamos que além do Prêmio Vivaleitura, há também, regularidades discursivas operando através do Prêmio Professores do Brasil e o Prêmio Instituto Pró-livro Retratos da leitura. Através das condições de produção desses discursos, os processos parafrásticos apontam para a construção de uma memória de incentivo à leitura baseada em programas e investimentos que são financiados por instituições/entidades do mercado editorial.

Destacamos que a existência de diversos projetos de leitura mobiliza novas memórias interpretativas da forma sujeito-leitor, visto que o sujeito tem a “liberdade” de escolher o que ler e como interpretar. Há, então, a demarcação do liberalismo na leitura. Segundo José Horta Nunes (2003, p.43), o liberalismo confere ao sujeito a tarefa de construir “livremente” a sua história de leitura e, neste recorte discursivo, os sentidos constroem um sujeito que é atravessado pela formação discursiva do econômico. Analisemos as sequências discursivas a seguir:

SD (11): “**8º Prêmio Vivaleitura será pago** apenas à pessoa em nome da qual o projeto foi inscrito. O Comitê Gestor não se responsabiliza pela **divisão do prêmio** entre os demais integrantes do grupo e nem por questões relativas a direitos autorais”.

SD (12): “Da premiação: **Serão concedidos prêmios no valor de R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais) a cada um dos quatro vencedores (um em cada categoria)”.

SD (13): “**Os 20 (vinte) finalistas receberão diploma e troféu** Vivaleitura, além de ser contemplados com a Menção Honrosa receberão diploma e medalha”.

O reconhecimento do leitor e o incentivo à leitura são promovidos no entrecruzamento de discursos entre as instâncias do econômico e do ensino. Na (SD (12)), é concedido o pagamento no valor monetário de 25.000,00 a cada um dos vencedores. Na (SD (13)), temos o total de vinte finalistas. A disputa por uma vaga, a competitividade, ganhar o prêmio e receber diploma e medalha retomam sentidos que operam na formação discursiva do espaço econômico e, portanto, no modo de funcionamento do discurso capitalista. Esse sujeito-leitor é interpelado, também, por formações discursivas que atravessam as práticas de ensino. Ao realizar essa análise, consideramos as partes periféricas que compõem as materialidades. Assim, ao analisar as abas existentes na página virtual do Prêmio Vivaleitura, selecionamos a seção das edições anteriores desse prêmio e conseguimos fazer um estudo desses enunciados que abrem a chamada de participação.

No domínio do Portal do Vivaleitura, constam catálogos das edições anteriores referentes aos anos de 2006 a 2011, 2014 e 2016. No catálogo de 2011 recortamos o seguinte enunciado:

SD (14): “Você conhece o valor da leitura. E **este prêmio reconhece o valor do seu trabalho**”.



Fig. 12: O valor do trabalho de leitura (Fonte: Prêmio Vivaleitura)

Na (SD (10)), identificamos que o sujeito-leitor é reconhecido através da leitura. Em contrapartida, nas edições anteriores (SD (14)), o sujeito conhecia o valor da leitura, mas ainda não era significado na posição-leitor. Não há visibilidade do percurso de leituras. O prêmio reconhecia o valor de um trabalho, todavia, no plano da análise discursiva, observamos que a constituição desse sujeito-leitor vai se configurando através de mecanismos que preveem a bonificação, a leitura como “mercadoria”, “produto”, autorizando novas formas de organização da leitura. Na (SD (10)), a sequência - “e foram reconhecidos” - direciona essa valoração para um lugar que ultrapassa o pagamento em dinheiro, visto que a premiação se dá a partir de categorias, logo, o sujeito é reconhecido pelos sentidos que o constituem como leitor e não apenas enquanto um candidato que concorre a um prêmio.

De acordo com esse gesto de interpretação, somos direcionados a realizar diferentes relações de sentido no que tange à constituição do sujeito-leitor. De acordo com as SD recortadas desses catálogos, identificamos as diferentes posições do sujeito que enuncia a partir de um lugar que representa as políticas públicas de incentivo à leitura. A seguir, investigaremos como o sujeito-leitor é atravessado por sentidos da instância do econômico, no texto “Editoras apostam em vaquinhas e até em clubes de leitura após compras do governo”.

### 3.3 “Vaquinhas e Clubes de leitura”: sentidos dos setores econômicos

Para realizarmos a leitura discursiva do *corpus*, consideramos as diferenças constitutivas de cada objeto. Com esse gesto analítico, buscamos alcançar o *corpus* discursivo. Seleccionamos o texto jornalístico “Editoras apostam em vaquinhas e até em clubes de leitura após compras do governo”, publicado na seção “Era Outra vez”, no blog do Jornal Folha de São Paulo. Como método de análise, consideramos as seções periféricas dos textos, pois é a partir delas que o analista encontra indícios para descrever melhor o objeto de análise.

Começamos a análise pelo nome dado à seção na qual o texto foi publicado- “Era outra vez”. O dispositivo analítico considerou que há um deslocamento de sentido no enunciado que retoma o discurso literário. A alternância do artigo indefinido “uma” pelo pronome indefinido “outra” representa um gesto de reescrituração, substituição que traz deslocamento de sentidos. Reforçando, inclusive, a memória de leitura que caracteriza o sujeito-leitor como tal, devido às leituras literárias.

SD (15): “Editoras apostam em **clubes de leitura** e até em **vaquinhas** após o fim das **compras do governo**”.

Verificamos que o discurso de democratização e acesso à leitura perpassa por diferentes instâncias. Na (SD (15)), a posição discursiva é representativa das ações promovidas pelas editoras e a partir dessa posição procuramos investigar como se constituem os efeitos acerca da leitura, com base nas condições de produção desse discurso. Inicialmente, analisamos o funcionamento dos clubes de leituras e de vaquinhas, como estratégias de promoção da leitura, por parte das editoras. O surgimento das “vaquinhas” retrata uma série de campanhas solidárias que circulam no ambiente virtual, como também, ressignificam uma forma de arrecadação criativa e de promover o equilíbrio de vendas de livros. Dessa maneira, muitos autores recorrem às vaquinhas para conseguir a publicação de livros.

O texto em análise remete a um período de desestabilização política e econômica que decolou em 2015 e se estendeu a vários setores da economia brasileira, nos anos seguintes. Deflagrou-se um registro de crise em diversos meios, inclusive, nas vendas de livros. Para superar essa crise, as editoras precisaram promover alternativas criativas que demandassem pouco custo financeiro. Se, por um lado, temos as diversas políticas de acesso ao livro e à leitura, por outro, identificamos uma contradição no modo como os leitores adquirem esses livros.



Segundo a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial, feita pela Fipe (Fundação Instituto de pesquisas econômicas) por encomenda do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e Câmara Brasileira do Livro (CBL), o crescimento real da venda de livros em 2014, ano-base do levantamento, foi negativo: 5,16% menor do que o de 2013. O desempenho do mercado editorial depende das aplicações e compras do governo através do PNLD, consequentemente, parte da população brasileira para ter acesso ao livro depende desse jogo de relações comerciais entre governo e editoras.

Os sentidos que acompanham os termos “apostam”, “clubes de leitura”, “vaquinhas” e “compras” nos remetem à uma formação discursiva que não é mais aquela que retoma o sujeito do ensino, estamos em um lugar em que o sujeito se significa através do comércio, do lucro, de vantagens financeiras. É a formação ideológica do capitalismo enunciada no/pelo discurso jornalístico.

SD (16): “Era uma vez um grupo de empresas e uma galinha dos ovos de ouro que **permitia a todos ganhar muito dinheiro**. Mas um belo dia a ave desaparece e muitos dos que viviam a suas custas começam a passar fome e a ter de se virar para sobreviver”.

SD (17): “Para se ter uma ideia do tombo, de acordo com dados da CBL (Câmara Brasileira do Livro) e do SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de livros), 2014 produziu 37,3 milhões de exemplares de literatura infantil; **em 2015, esse número caiu para 12, 5 milhões**”.

SD (18): “As companhias que não fecharam as portas **começaram a apostar** ainda mais **na adoção de seus livros por escolas e clubes de leitura**, em cursos pagos com autores da casa e até em **vaquinhas na internet**”.

Mediante a análise das sequências discursivas, temos a apresentação de um cenário de crise financeira por parte das políticas governamentais, e, consequentemente o corte de verbas para a compra de livros. Dessa forma, para permanecer no círculo de vendas, as empresas precisam redefinir as estratégias de publicações e venda dos livros.

Na (SD (16)), compreendemos a contextualização do cenário de compras e vendas, da relação comercial entre governo e editoras. Há uma reescrituração do dizer, através da linguagem literária, para caracterizar o contexto imediato. O sujeito se instaura em uma discursividade, na qual o “leitor” é um mero veículo para aderir ao produto oferecido pelas editoras.

O livro enquanto mercadoria é o produto de comercialização e o governo precisa garantir que esse acesso ocorra através das compras realizadas junto às editoras. Para manter o índice de vendas no mercado, as editoras investem em clubes de leitura, “vaquinhas”, vendas

pela internet, temos então, novos mecanismos para se atingir esse sujeito-leitor e o livro ganha um estatuto de produto de consumo. Na instância do econômico, compreendemos que as políticas de vendas de livros determinam o que pode e deve ser lido em determinadas circunstâncias.

Na (SD (17)), temos os dados estatísticos que comprovam a queda nas vendas dos livros e, conseqüentemente, há uma interferência nas políticas que possibilitam esse acesso ao livro e à leitura. São dizeres que atravessam o sujeito-leitor nessa esfera do econômico, conforme a (SD (18)). Essa discursividade retoma o funcionamento dos clubes de leituras e das “vaquinhas”.

Na próxima propositura do texto, temos a seção intitulada: “Luz no fim do túnel”, é um espaço para apresentar as possibilidades de equilibrar e manter o ranking de vendas. Nesse espaço, temos diferentes posicionamentos discursivos. Tendo em vista que o sentido das palavras depende da posição social das pessoas que as falam, vejamos esse funcionamento através das seguintes sequências:

SD (19): “**Ainda é possível ganhar dinheiro com livros no Brasil.** Mas é preciso operar no modelo mais enxuto possível”.

SD (20): “Recomendações passam por **vender pela internet** e criar e-books, que tem mais apelo com as crianças”.

SD (21): “Outras editoras também veem com bons olhos modelos alternativos, como os de coedição, em que **empresas dividem os custos e os lucros.** É preciso se reinventar, como todos os setores em crise, afirma Luís Antônio Torelli, presidente da CBL”.

SD (22): “Mas a entidade tem esperança de que as **compras do governo** voltem”.

Temos um entrecruzamento de discursos, logo, diferentes formações discursivas operam, possibilitando diferentes efeitos de sentido. De um lado, o discurso governamental, apelando pelo equilíbrio das despesas e fuga desse cenário de crise e, por outro, temos formas de equacionar a falência do mercado editorial. Desses lugares discursivos, a leitura é significada enquanto mercadoria e retoma a instância ideológica do espaço econômico. Ela é significada pelo não-dito, os livros em seus diferentes formatos mobilizam um mercado lucrativo.

Na (SD (19)), o marcador “ainda” indica que a tal luz existe, a chance de se recuperar os investimentos do governo não deve ser descartada. A sequência demarca que “ainda é possível ganhar dinheiro com livros no Brasil”, logo, os sentidos dos setores econômicos atingem as práticas de constituição desse sujeito-leitor que é objeto de nosso estudo. Expressões como “vendas pela internet”, “divisão de custos”, “lucros” e “reinvenção” são alguns indícios

que caracterizam o comércio, a leitura financiada através das “compras do governo”, que não possui apenas um sentido de aplicar fundos financeiros para o investimento de arcabouço cultural, ultrapassa essa esfera, visto que estamos no âmbito do discurso capitalista.

Ainda percorrendo as partes periféricas do texto, localizamos outras regiões/territórios. Dentre os tópicos (*hiperlink*) que ali se apresentam, temos: Livros no azul- Estratégias para uma editora saudável; “Internet- priorize vendas pela internet”; “Curadoria- Crie um clube de leitura ou se associe a um já existente”; “Escolas: pense duas vezes antes de gastar dinheiro com divulgação escolar” (...) Caixa Grande: a consignação das livrarias e os dilatados prazos de pagamento tornam difícil saber quanto se vai ganhar no fim do mês. Esses tópicos mobilizam sentidos da formação discursiva do capitalismo.

SD (23): “**Livros no azul-** Estratégias para uma **editora saudável**”.

“Livros no azul” - ao ser reescriturado por “livros no vermelho” retoma um cenário de crise (considerando as condições de produção desse discurso), por isso, nada mais destacável que oferecer uma proposta de negócio para deixar as “contas no azul”, estamos tratando de livros, editoras, vendas e há sentidos que retomam os gerenciamentos dos setores econômicos. O discurso jornalístico vai mobilizando esses sentidos, com o atravessamento de diferentes formações discursivas.

Na (SD (23)) - “Estratégias para uma editora saudável” - observamos o jogo de sentidos entre a oposição do saudável ao doente, que retoma dizeres de outra FD. Os sentidos inscritos na formação discursiva do econômico apontam para a oportunidade de elevar os investimentos, fazer as apostas e faturar em meio à crise. Essa é a relação de força que se instaura entre os editores e leitores; editoras e financiamentos do governo. As palavras “vendas”, “clube de leitura”, “dinheiro”, “consignação”, “pagamento” aparecem no discurso, demarcando sentidos da instância do econômico. Os clubes ganham um novo sentido quando se referem aos espaços apropriados para a prática da leitura, eles existem nas empresas, escolas, presídios e outros territórios da leitura, criam assim, uma reestruturação na rede de filiação histórica do trabalho de leitura e dão a “oportunidade” de que o leitor construa o seu trabalho de leitura, baseado na livre escolha.

No Blog da Folha de São Paulo, recortamos essa reportagem e identificamos a discursividade operante na construção do sujeito-leitor e na memória de leitura, na atualidade. Para aprofundar a análise do sujeito-leitor, o próximo tópico retrata os efeitos de sentido mobilizados pela Biblioterapia.

### 3.4 Tratamentos biblioterapêuticos: o poder “curativo” da leitura

Selecionamos uma reportagem no jornal Nexo, publicada em 28 de março de 2017, sob autoria de Juliano Domingos de Lima. Em linhas gerais, corresponde ao trabalho realizado em uma clínica de Portugal que passou a oferecer atendimentos com biblioterapeutas, os quais “receitam livros” para seus pacientes. As consultas custam em torno de R\$200,00 e os atendimentos são feitos a partir de sessões de Biblioterapia. Temos nesse contexto um paciente/leitor que *a priori* apresenta hábitos de leitura e sob orientação médica de um terapeuta faz o tratamento de doenças, através de planos de leitura personalizados.

Recortamos algumas sequências discursivas para compreendermos a interpelação desse sujeito-leitor, nesse lugar que não é mais a escola, nem a igreja, nem a empresa ou biblioteca. Temos o espaço de uma clínica terapêutica e novos sentidos emergem na constituição desse sujeito-leitor.

SD: (24) “Elas os ajudam a aprender a ler e a estudar, a tirar um proveito maior dos livros e a descobrir **o prazer pela leitura**, também como uma maneira de encontrar respostas para as angústias”.

Identificamos as regularidades discursivas que legitimam a prática da leitura enquanto algo que deve ser prazeroso e lúdico. A leitura é indicada aos pacientes como uma maneira de encontrar respostas para as angústias. A memória social de leitura legitima essa prática como uma forma de terapia, na FD da medicina. Os processos parafrásticos e polissêmicos movimentam diferentes regiões de sentido, logo, a prática da leitura é transformada em medicamento, é através dela que o paciente alcança a cura.

Para Orlandi (2015, p.34), “o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”. Nesse modo de funcionamento circulam formações discursivas que fazem irromper sentidos diferentes. Nesta instância, a prática da leitura é ressignificada por sentidos que retomam a prática pedagógica. A interpelação desse sujeito-leitor mobiliza a seguinte discursividade acerca da leitura: é um instrumento que auxilia na cura de doenças, possibilita a rentabilidade financeira nos atendimentos prestados pelas clínicas, o percurso de leituras resulta em conhecimento, mas o estímulo decorre de uma necessidade de cura. Os sentidos estão dispersos, mas o dispositivo analítico consegue identificá-los na formação discursiva da medicina, entrecruzando-se com a instância do econômico e do ensino.

SD (25): “O biblioterapeuta e “Reading coach” da The Therapist, César Ferreira, disse em entrevista ao Nexo que, embora cada caso seja único, os dois dos livros mais prescritos por ele são”, “O cavaleiro preso na armadura”, de Robert Fisher, e “O velho e o mar”, de Ernest Hemingway”.

Nesse lugar, a formação discursiva da medicina autoriza a cura através da leitura de textos literários; livros são receitados, ou seja, se tornam “medicamentos”. A resignificação dos sentidos é resultado dos processos polissêmicos.

SD (26): “**A biblioterapia tem sido utilizada em hospitais, penitenciárias, asilos, no tratamento de problemas psicológicos de pacientes** de diversas faixas etárias, assim como de pessoas com deficiência física, doentes crônicos e dependentes”.

A Biblioterapia é a técnica terapêutica que evidencia a “cura através da leitura”, logo, um novo sentido retoma o modo como as diferentes práticas de leitura são efetivadas. Os sentidos acerca da leitura se deslocam para atender às especificidades da medicina. Há uma resignificação/deslocamento dos sentidos que constituem o sujeito-leitor.

SD: (27) “O estudo “A leitura como função terapêutica: biblioterapia”, da professora da Universidade Federal de Santa Catarina Clarice Fortkamp Caldin, reúne definições dadas ao método terapêutico por pesquisadores de diversas épocas, desde os anos 1940”.

A memória de leitura é mobilizada pelo interdiscurso. O discurso é legitimado pelo poder científico, através de pesquisas. O funcionamento discursivo atesta a cientificidade dessa prática, através da execução dos métodos de pesquisa desenvolvidos na universidade. A ciência comprova que a leitura do texto literário possui função terapêutica.

O sujeito se submete à leitura para adquirir domínio sobre as emoções, ao tempo em que os comportamentos humanos são postos em vigilância. A prática discursiva, na Biblioterapia, funciona como um dispositivo de cura, saber e de poder. Sabemos que a posição social do médico, o autoriza a dar diagnósticos e a prescrever medicamentos, enquanto isso, a posição discursiva legitima o poder de cura através da leitura. O discurso da medicina é afetado por sentidos da instância do econômico, posto que essas consultas e medicações não são atribuídas a qualquer paciente. Há um recorte quanto àqueles que podem pagar a consulta e os que não podem.

SD: (28) “Para **receitar uma leitura**, muitos fatores têm de ser equacionados, desde o desafio psicológico a ser ultrapassado pelo paciente até sua capacidade de leitura, o tipo de leitor que é

seu estilo de aprendizagem e limitações físicas, como por exemplo, um eventual problema de visão”.

Nessas condições de produção, a clínica funciona como uma instituição que promove a prática da leitura através do pagamento de uma consulta. Um dos critérios para a aplicação do método biblioterapêutico é a capacidade de leitura. A formação discursiva da medicina desestabiliza a memória social de leitura e a posição do sujeito-leitor. A leitura adquire um *status*, um valor de referência curativa que não se limita àquela leitura que é apenas um gesto de possibilitar ao sujeito o engajamento no âmbito cultural, ela remete aos sentidos do âmbito científico. O leitor é aquele que tem o “poder de cura”.

SD: (29) “Na clínica portuguesa, a consulta funciona em três fases: a fase do diagnóstico, a do plano de leitura orientado (o que ler, como ler, como aplicar e a da transformação), em que o paciente já identifica os frutos do processo”.

De acordo com Orlandi (2015, p.31), “para que essas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. O processamento do plano de leitura retoma a memória da prática pedagógica. Com base na formulação discursiva, identificamos um sujeito-leitor que é submetido aos procedimentos de um tratamento clínico, com métodos que retomam a historicidade dos sentidos. O sujeito-leitor e a leitura são compreendidos na relação saber-poder que se exerce através da orientação, do conhecimento científico e da cura. A leitura, portanto, é significada enquanto um “medicamento”, instrumento de cura que mobiliza diferentes sentidos, na FD da medicina. Daremos continuidade ao exame da forma sujeito-leitor e da memória social de leitura, com o estudo discursivo do projeto Bibliotáxi.

### **3.5 O incentivo à leitura dentro do táxi: propaganda e prestígio social**

Para analisar os diferentes efeitos de sentido acerca da constituição do sujeito-leitor, o *corpus* abrange também o projeto Bibliotáxi. Para realizarmos a análise discursiva desse projeto, selecionamos um *folder* da Editora Saraiva. Consideramos o discurso enquanto objeto sócio histórico, observando a relação entre língua e ideologia. Dessa maneira, o sujeito-leitor é significado de diferentes formas, a depender das formações discursivas que operacionalizam os jogos de sentidos.

O projeto é uma iniciativa que ressalta o incentivo à leitura, inclusive com a criação de ambientes não formais de leitura, como é o caso do táxi. A leitura acontece em um táxi, o sujeito-leitor tem acesso ao livro e ainda pode permanecer com ele até o término da leitura.

SD (30): “Tem coisa melhor do que embarcar numa boa leitura?”.

O sujeito-leitor é convidado a “embarcar” numa boa leitura. As ressignificações acerca da leitura aparecem na realocação de espaços físicos, da biblioteca para o táxi. As palavras significam diferentemente, a depender da posição discursiva dos sujeitos. O material de divulgação do projeto faz parte das ações de incentivo e valorização da cultura leitora, por parte da editora Saraiva. A memória de leitura que opera é a de que a prática da leitura é a “melhor coisa”.

Começamos a análise pelo nome Bibliotáxi- a biblioteca anda lado a lado com o táxi. O táxi se tornou um meio de transporte alternativo que possibilita rapidez e conforto ao passageiro. E, nessas condições, a prática da leitura reforça a valorização do livro e desconstrói o imaginário de leituras obrigatórias, por imposição. Há um confronto de posições, o leitor se desprende da biblioteca tradicional e do modelo de leitor construído na formação social da escola, passando a exercitar a leitura através de “biblioteca móvel”, “biblioteca colaborativa”, “biblioteca itinerante” e “biblioteca a bordo”. Há formações ideológicas operando nessas designações, consequentemente, identificamos que o perfil de leitor retoma a existência de uma sociedade que precisa do incentivo à leitura, com base em investimentos que extrapolem os modelos tradicionais de incentivo.

O Bibliotáxi propicia práticas diversificadas da leitura, visto que ler no táxi, não é obrigatório, é um momento de distração, relaxamento e a ausência dessa obrigatoriedade favorece o estímulo para a prática da leitura. As livrarias fornecem os acervos de livros a partir de doações e tais iniciativas estão relacionadas com os objetivos do PNLL.

SD (31): “A saraiva disponibilizou mais de 80 mil livros dos mais variados gêneros, **gratuitamente**, como uma forma de **valorizar e incentivar a leitura**”.

Identificamos um dizer que possibilita “gratuitamente” a construção da história desse sujeito-leitor. Uma forma de “valorizar” e “incentivar a leitura”. Os dizeres no fio intradiscursivo trazem outras significações, é preciso valorizar e incentivar, então, isso significa que temos a ausência desse valor e desse incentivo, não há esse hábito. A partir desse lugar alcançamos o não-dito. É o (Outro) que declara a inexistência do hábito de leitura na forma histórica do leitor brasileiro.

SD (32): “**Qualquer pessoa** pode levar o livro para **ler onde quiser** e depois deixá-lo em **qualquer carro conveniado** da *Easy táxi* para **outros passageiros aproveitarem a leitura**”.

Os livros circulam em táxis, o leitor tem acesso ao livro à medida que usufrui desse serviço de transporte particular. Constatamos que há um recorte no direcionamento desse projeto, pois é um público específico que usa esse tipo de transporte. Há um sentido de apagamento ao nível da ideologia que reduz o incentivo à leitura, ao espaço dos negócios, voltamos, então, à instância do econômico.

Com a (SD (32)) compreendemos que o discurso de incentivo à leitura perpassa por todas as instâncias ideológicas, verificamos que a cultura de fomento ao livro e à leitura é legitimada pelas políticas públicas e fortalecida pela iniciativa privada. Essa discursividade promove o liberalismo da leitura, “a leitura para todos”, “qualquer pessoa pode levar o livro”, “Brasil: um país de leitores”, por isso, esse sujeito-leitor é a todo momento atravessado por formações discursivas que abrangem também as práticas de ensino.

No recorte da (SD (32)) - “aproveitarem a leitura” - reconhecemos sentidos cristalizados de que “ler é um prazer” e “ler faz bem”. Neste gesto de interpretação, há também a exposição de uma prática de incentivo à leitura em que o leitor ler sem obrigatoriedade e a produção do saber não é imposta. Sobre essa questão José Horta Nunes (2003, p.42) afirma que, atualmente, “há uma construção da imagem de um leitor “heróico” que por iniciativa própria, e sem as limitações de censura ou de condições financeiras, pode tudo ler e interpretar”. É instituído o liberalismo da leitura, conferindo-se ao sujeito-leitor a tarefa de construir “livremente” sua história de leitura. Consideramos que os processos parafrásticos apontam para o mesmo sentido, sob várias de suas formas. Essa memória de leitura mobiliza sentidos que estão arraigados, sedimentados na memória histórica do leitor brasileiro e são ressignificados por intermédio das condições de produções desses discursos.



Fig. 13:Embarque na leitura (Fonte: Bing)



O projeto Bibliotáxi mobiliza sentidos que estão na formação discursiva do econômico e do ensino. O discurso de incentivo à leitura é desestabilizado pelas condições de produção. O uso da tecnologia pelo aplicativo *easy táxi* é uma ferramenta que alcança o passageiro e, como forma de promover a cultura e o “gosto pela leitura”, os táxis emprestam os livros. Logo, se estabelece um funcionamento da lógica de mercado, na qual o passageiro usa o serviço de táxi e tem a oportunidade de usufruir do contato com os livros e a leitura. A formação discursiva do capitalismo atravessa o sujeito-leitor, simultaneamente, ocorre a construção de sentidos positivos acerca de aproveitar o percurso da “corrida” de táxi para exercer a habilidade da leitura, produzindo saberes e prestígio social. O discurso de incentivo à leitura como uma prática prazerosa é retomado através da estabilização dos sentidos.

SD (33): “Chame um táxi e pegue um livro”.

Ler no táxi é mais uma proposta de oferecer ao cliente um serviço com qualidade, expandindo o acesso ao livro e, conseqüentemente, à cultura. Vejamos que esses sentidos se inscrevem na história, retomando posições já vistas no PNLL e nos projetos que são desenvolvidos em empresas.

Analizamos, assim, a propagação de doações por parte da editora Saraiva. Cerca de 80 mil livros são distribuídos pela Editora. Trabalhando com as relações de forças, identificamos que a Editora tem seus objetivos comerciais para financiar esse tipo de projeto, com finalidades de construir uma cultura de valorização à leitura. São ações praticadas por outras editoras também. A construção da (SD (36)), ao nível linguístico, corrobora para o tipo de funcionamento das propagandas, como uma espécie de *slogan*. No modo de produção do sistema capitalista, o sujeito utiliza o transporte e tem direito a levar um livro, uma forma de atrair o cliente. Assim, como há também, a manutenção de sentidos de que as práticas de leituras se consolidam na sociedade brasileira e diferentes tipos de investimentos têm sido realizados para tal. Na próxima seção, apresentaremos a análise do sujeito-leitor, na instância do jurídico.

### **3.6 As relações de poder na constituição do sujeito-leitor presidiário**

Nesta seção, analisamos a Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013, a fim de compreendermos os sentidos acerca da leitura e da construção do sujeito-leitor. Esse documento assegura que a participação do preso se dê de forma voluntária, disponibilizando-se ao participante 1 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com o acervo disponível. Seguem as sequências discursivas recortadas do *corpus*:

SD (34): “V - **Estimular**, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a **remição** pela leitura, notadamente para apenados aos quais **não sejam assegurados os direitos ao trabalho**, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP - arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII” (p.4).

SD (35) :“e)Procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo **de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra**, apresentando ao final do período **resenha a respeito do assunto**, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição **de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias**, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional (p.4).

SD (36): “f) Assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. **O resultado da avaliação** deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre **o aproveitamento da leitura realizada**, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos; (pp.4-5)

Na análise da recomendação emitida pelo CNJ, recortamos três sequências discursivas que materializam a posição de um sujeito afetado por sentidos que operam na esfera jurídica. E nessas condições de produção do discurso, o sujeito é afetado por normativas e leis que visam assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais. A privação de liberdade não impossibilita o leitor-presidiário de participar de projetos de leitura, por isso, foi possível analisar com base em alguns postulados de Foucault, como a disciplinarização e punição também são constitutivas dessas práticas de leitura. Há um conjunto de sentidos operando e nesse lugar discursivo, verificamos a existência de relações de poder (FOUCAULT,1999), que permitem ao presidiário se constituir enquanto sujeito-leitor.

De acordo com a (SD (34)), a leitura deve ser estimulada e se caracteriza como uma atividade complementar, no contexto imediato do presídio. Se os apenados estão em condições de privação do direito ao trabalho, educação e qualificação profissional, não devem ser privados do direito à leitura, logo, a remição da pena acontece pelo trabalho de leitura. Cabe à leitura esse viés de reconduzir o apenado para o caminho da liberdade, só que, para isso, é preciso se submeter a alguns processos normativos pertencentes ao funcionamento do projeto.

Na (SD (35)), verificamos como acontece esse trabalho de leitura, no qual existem prazos, quantidade de dias para o preso ler um livro e produzir resenha a respeito do assunto. A leitura é avaliada segundo critério legal de avaliação. A cada livro lido pode ser concedido ao apenado a redução de quatro dias da pena e no intervalo de doze obras lidas e avaliadas poderá remir até quarenta e oito dias da pena. O dispositivo analítico identificou que a memória de

leitura é estabelecida conforme uma temporalidade controlada, para os presidiários que são alfabetizados. Há uma disciplinarização no processo de construção do percurso de leitura.

As resenhas produzidas pelos presos passam pela avaliação de uma comissão organizadora do projeto, conforme descrito na (SD (36)). Os critérios de avaliação consistem no cumprimento dos prazos e na compatibilidade do texto com o livro trabalhado. Vejamos que nessas condições de produção da leitura, a regra jurídica é constitutiva do sujeito-leitor. Esse sujeito-leitor é afetado por sentidos da FD do direito, visto que existe o cumprimento de regras e a obediência às diretrizes da recomendação nº 44. Em seguida, devem elaborar uma resenha “provando” que realmente o trabalho de leitura foi realizado. O sujeito está subordinado às normativas que “ditam” se a leitura existiu ou não. É preciso provar que leu (através da escrita) e que todos os procedimentos legais foram cumpridos, só assim, o juiz poderá avaliar o aproveitamento da leitura e, conseqüentemente, o apenado receberá a remição de quatro dias da pena.

Paralelamente, há a interferência do discurso da quantificação, o numérico prevalece, os prazos e a quantidade de livros lidos afetam a trajetória do sujeito-leitor. E, além disso, existe a demarcação de lugares discursivos que definem aquele que é alvo de punição, permanecendo sem a remição, ou aquele que fez jus ao trabalho de leitura, cumpriu com o dever e, portanto, está apto para receber o “benefício” da remição.

Seguindo as práticas jurídicas, o leitor precisa mostrar que leu, essa prova se fundamenta na escrita, através da produção de uma resenha. Sem a escrita, o leitor não pode ser legitimado, não se pode provar que o apenado leu. Enquanto a lei concede o instituto da remição, cabe ao analista, por intermédio do dispositivo analítico, apontar o percurso de disciplinarização que também produz o saber. As leituras realizadas pelos apenados se tornam fonte de conhecimento, possibilitam a prática da escrita e ainda beneficiam o detento com a remição da pena, todavia, essa prática é efetivada conforme a regra jurídica, sob custódia de uma comissão avaliadora, de um juiz que dita se a leitura foi realizada ou não. Vejamos que há uma forte referência ao que Foucault estabeleceu como poder disciplinar, porém, o que é objeto de punição não é o corpo e, sim, a concessão de um direito, através do trabalho de leitura. Nessa análise, identificamos o entrecruzamento de formações discursivas que constroem o sujeito-leitor afetado por sentidos da instância econômica, jurídica, religiosa e do ensino, mobilizando a memória punitiva na construção do saber. A seguir, aprofundaremos as abordagens na instância do jurídico, com o texto “A remição pela leitura”.

### 3.6.1 Efeitos do discurso jurídico na prática da leitura: punição e liberdade

No texto “A remição pela leitura”, escrito por Suélen Pereira Coutinho do Nascimento, advogada em São Paulo, a remição é caracterizada como um estatuto previsto na LEP (Lei nº 7.210/84) que possibilita ao condenado reduzir o tempo de permanência na prisão através do trabalho e/ou do estudo regular. De acordo com Nunes (1998, p.25), existem diversos modos de ler, diversas teorias da leitura, assim como há instituições que promovem certas práticas de leitura. Começamos a análise pelo título da publicação.

SD (37): “A remição da pena pela leitura”.

Por etimologia, o vocábulo remição<sup>15</sup> significa resgate. Na instância do jurídico, a palavra remição<sup>16</sup> refere-se ao pagamento de uma dívida, ou seja, a leitura é uma forma de executar o pagamento da dívida. De fato, o discurso não é transparente e há uma ilusão de transparência na forma como as palavras são empregadas na tessitura textual.

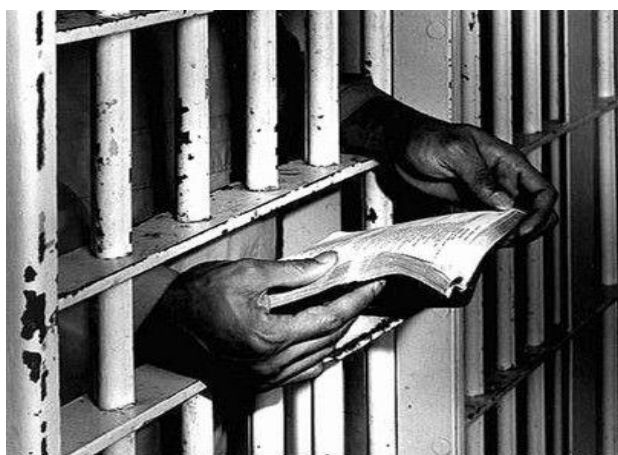


Fig. 14: A leitura para o preso (Fonte: Jus Brasil)

A fig. 14, retrata “as mãos que seguram o livro, através das grades”, “as mãos que buscam a libertação, através da leitura, do conhecimento” que constroem uma série de sentidos, no contexto do presídio. Nesse contexto imediato, a leitura é a “cédula” usada para quitar essa dívida, executar o pagamento. Conforme Orlandi (2008, p.49) “o sujeito do direito atravessa o

---

<sup>15</sup>Disponível em <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. (Acesso em 20/06/2017)

<sup>16</sup>A possibilidade de remir a pena por meio da leitura já é realidade em diversos presídios do país. De acordo com a Recomendação n. 44 do CNJ, deve ser estimulada a remição pela leitura como forma de atividade complementar. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81644-cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena>>. (Acesso em 15/03/2017).

sujeito da leitura”, estamos diante de uma regra jurídica que normatiza a leitura, sendo assim, essa análise relaciona a linguagem com a sua exterioridade, a fim de encontrar as regularidades discursivas no espaço do jurídico. Para compreendermos como a matéria textual produz sentidos, recortamos as seguintes sequências:

SD (38): O argumento utilizado para tal concessão foi o fato de que o estudo está estreitamente ligado à leitura, **e ela tem função de construir o conhecimento e de propiciar a cultura.**

SD (39): Alguns chegam até a afirmar que **a leitura diminui a reincidência criminal.**

SD (40): A remição da pena pela leitura consiste em **conceder ao apenado a redução de quatro dias de sua pena total, caso ele pratique a leitura de obra clássica, literária ou filosófica no período de trinta dias.**

SD (41): **A leitura deve ser monitorada** por profissionais da educação, **e ao final do período de leitura, o apenado deverá confeccionar uma resenha ou um relatório.**

SD (42): **Embora a remição pela leitura pareça justa**, ela não se mostra tão justa quando remetemos nosso pensamento às vítimas que sofreram com o crime praticado e à sociedade. Mas, em contrapartida, não podemos nos esquecer dos **Princípios que regem o Direito Penal Brasileiro e os direitos do preso.**

Identificamos o funcionamento ideológico de sentidos que constroem o sujeito-leitor na relação com a regra jurídica. Temos o cumprimento da recomendação através da implementação desses projetos que gerenciam a leitura dentro dos presídios. Se a leitura é uma prática social e, portanto, fomentada e financiada em diversas instâncias sociais, observamos que a história do leitor presidiário segue um percurso no qual existem demarcações de posições. A leitura é compreendida enquanto um dispositivo disciplinador, que gera conhecimento e cultura. As produções escritas são avaliadas a fim de se comprovar que não houve plágio. Resgatando os sentidos do espaço econômico, a leitura se configura como um pagamento da dívida, remição através do trabalho escrito, dentro do prazo de 30 dias, no qual o livro fica emprestado. A progressão da formação do leitor é avaliada em termos quantitativos, tendo em vista que a cada livro lido é obrigatório prestar contas do conteúdo, produzir o texto escrito a fim de que se comprove a realização do trabalho de leitura. Verificamos que há uma relação de proporcionalidade- a cada livro lido e resenhado, o detento recebe a redução de quatro dias da pena. A administração da leitura se configura através dos clubes de leituras/encontros e das comissões que avaliam as produções escritas.

Vejamos que há uma polissemia na forma como a leitura é significada para esses detentos, há uma tensão entre a prática da leitura por prazer e por obrigação, a fim de se obter

um benefício, um direito. Há um pré-construído que normatiza o trabalho de leitura como uma “medida punitiva”, que pode ressocializar o preso, redimi-lo não apenas na conjuntura do sistema carcerário, como também na sociedade.

No texto- A remição da pena pela leitura – descrevemos os diferentes efeitos de sentido que constroem o sujeito-leitor no presídio. Estamos no contexto em que indivíduos reclusos (presidiários) são oportunizados com políticas públicas ressocializadoras, ditadas pelo sujeito do direito. A remição da pena pela leitura só se configura como um direito a partir do momento em que o sujeito-leitor é submetido a uma disciplinarização. Essa disciplina advém dos prazos, tipo de leitura a ser feito, do texto escrito a ser entregue e dentre outras atribuições que são “impostas” a esse sujeito-leitor.

Diante disso, já se percebe que as formações discursivas que operam na construção desse perfil de leitor retomam sentidos de um discurso pedagógico. Há um recorte quanto àqueles que sabem ler e os que não sabem, assim, nem todos estão em pleno gozo desse direito. Quando dizemos que a categoria da FD se delineia pela inclusão de pessoas que têm acesso ao código escrito, também se define um lugar social para esse leitor. São os detentos que sabem ler e os que não sabem. Para aqueles que têm o domínio do código, é garantido o direito de ler, escrever e a remição da pena pela leitura. E de acordo com os projetos de remição pela leitura, essa reintegração acontece através da leitura de obras clássicas, não é qualquer leitura que poderá reintegrar esses sujeitos, há um lugar específico que aponta para a posição e constituição desse sujeito-leitor.

Para participar desse projeto, há, inicialmente, a seleção de obras clássicas; a organização de uma comissão para receber as resenhas que serão escritas pelos leitores; tais leitores não podem ler a qualquer tempo, há prazos para se cumprir. Na (SD (41)), o lugar discursivo aponta para os sentidos que ressignificam a leitura enquanto um trabalho, não se pretende defender a “leitura prazerosa” como veiculam as propagandas governamentais. Esse efeito de sentido é um reflexo do discurso-transverso, a leitura é uma forma de punição e de produção do saber. Para Foucault (1999), a punição é um artefato de poder utilizado para docilizar as pessoas, fazendo com que elas atendam às normas estabelecidas nas/pelas instituições.

Retomando os sentidos que circulam no discurso pedagógico, identificamos que por intermédio de inúmeros projetos que estimulam o “gosto pela leitura”, o sujeito-leitor é direcionado a uma leitura compensatória. Da mesma maneira, políticas governamentais são propulsoras de práticas que constroem um espaço de compensação através da leitura, como é o

caso do Prêmio Vivaleitura, por remunerações financeiras, prêmios, troféus. E os sentidos constroem um trabalho de disciplinarização e de submissão para essa “leitura compensatória”.

Identificamos um pré-construído no que se refere à memória da prática da leitura. O leitor, na atualidade, precisa ser reconhecido, de alguma maneira ele deve ser estimulado, não há uma naturalidade nesse gesto. Ainda tratando sobre o fomento à leitura dentro dos presídios e fazendo um paralelo com a instância do ensino, verificamos que há um atravessamento de discursos que remetem à formação discursiva que caracteriza o sujeito-leitor numa posição dispersa, deslocada, apagada. Ainda assim, consideramos que os sentidos não estão soltos, eles são administrados, visto que consideramos o discurso enquanto objeto sócio histórico. Buscamos o real do sentido, considerando as materialidades linguística e histórica.

No projeto de leitura- “A remição da pena pela leitura “-os participantes” (presidiários), inscritos *a priori*, na formação discursiva do espaço jurídico, precisam ler e provar, através do texto escrito, que realmente fizeram a leitura. Nessa mesma vertente, segue o projeto de leitura nas empresas, os colaboradores precisam provar que realizaram a leitura, essa comprovação é através de debates e de resumos escritos. São práticas de leitura que precisam ser avaliadas e monitoradas, a fim de que os participantes ocupem a posição de sujeito-leitor. Tais práticas são mediadas por relações disciplinares que favorecem também a produção de saberes. Com o dispositivo teórico, observamos o funcionamento interdiscursivo a respeito das práticas de leitura no presídio, com o atravessamento da FD do direito, capitalismo e do ensino. Na próxima seção, daremos continuidade ao estudo do sujeito-leitor, na instância do religioso.

### 3.7 As relações de força no ministério do leitor

Com base no dispositivo teórico da AD, identificamos a instância religiosa como lugar de construção e reconstrução do sujeito-leitor. Nesta seção, realizamos a análise discursiva do texto “O serviço do leitor na liturgia”. Ao selecionar essa materialidade, buscamos compreender como se dá a constituição do sujeito-leitor na instância do religioso. Para isso, recortamos algumas sequências discursivas na *home page* disponibilizada pela pastoral litúrgica da Paróquia São Joaquim<sup>17</sup>. O *corpus* traz um roteiro de como o leitor deve conduzir o ato da leitura na igreja, especificamente na leitura litúrgica. O discurso que forma o sujeito-leitor, nesse lugar,

---

<sup>17</sup>Disponível em<<https://sites.google.com/site/liturgiasaojoaquim/ministerio-do-leitor/o-servco-do-leitor-na-liturgia>> (acesso em 15/05/2017).

atravessa a posição do sujeito religioso, pautado pela disciplina e domesticação providas da organização do trabalho religioso.

SD (43): “**O serviço do leitor** na liturgia”

“O serviço do leitor” retoma sentidos de submissão às práticas religiosas, o serviço enquanto uma obrigação que requer disciplina, compromisso, abdições, respeito e dedicação. Para realizar esse serviço, o leitor assume um ministério. Nessas condições de produção do discurso, a leitura se caracteriza como um gesto sacramental, legitimando o apagamento da história de leitura desse sujeito. A posição do sujeito-leitor é deslocada para servir ao ministério do leitor, portanto, cabe a disciplinarização dos procedimentos que regem a leitura litúrgica.

Na igreja católica existe o ofício designado aos leitores e leitoras, inclusive, com formação bíblica e litúrgica. Disciplinar o sujeito-leitor de acordo com os preceitos da igreja, repassando as instruções de como promover a leitura, mediante o público, é parte de um discurso que retoma o poder da Igreja em toda a formação histórica brasileira.

Durante a análise, realizamos a descrição das seções periféricas e centrais. Dentre os aspectos periféricos, destacamos os processos de realização da leitura na Santa Missa. Verificamos que os serviços pastorais também contam com uma equipe de leitores, tendo em vista que a prática da leitura se configura como um gesto sagrado e, portanto, precisa seguir algumas diretrizes. Nessa formação discursiva, a relação entre igreja e fiel é redefinida pela relação leitor e ouvinte. Aquele que ocupa a posição de leitor tem autoridade, é responsável por manter a relação dos fiéis com a divindade, no momento da leitura.

O leitor desempenha um serviço, para ler precisa “preparar a leitura”, ler o texto em voz alta, desempenhar tarefas que atraiam a atenção do ouvinte para a palavra divina, verificar as condições físicas do ambiente em que a leitura será realizada, saber como se movimentar no momento da leitura. Há todo um ritual, uma prática disciplinar própria da formação discursiva da igreja. Esse sujeito-leitor é “disciplinarizado” para manter o contato dos fiéis com a divindade, isso inclui manter a disciplina do próprio corpo. Seguem, inclusive, orientações de como manter a postura mediante a leitura litúrgica, a postura dos braços e dos pés, as vestimentas e o controle da respiração. Pela própria organização da liturgia já se configura um lugar específico para o leitor que, dentro da FD religiosa, precisa ser “obediente” ao ministério do leitor. Para desempenhar o serviço de leitor na liturgia, seguem as seguintes diretrizes:

SD (44): “**Tarefa do leitor**: Expressar os sentimentos do autor e das personagens”.



O leitor é “ordenado” a cumprir uma tarefa. Essa tarefa é parte de um discurso religioso que constitui o ministério do leitor, por meio de Carta Apostólica. A igreja católica institui normas para o funcionamento da leitura litúrgica e a construção desse sujeito-leitor resulta na representação legítima da voz de Deus, nessa instância. O leitor precisa desempenhar uma tarefa.

SD (45): “**O leitor tem a responsabilidade** de, usando os dotes oratórios, a sua técnica refinada e a sua arte de dizer; **promover o encontro vital e a comunhão entre Deus** que fala e os ouvintes”.

O leitor assume responsabilidades e precisa conhecer as técnicas para desempenhar o serviço de leitor, os sentidos seguem em diferentes direções na constituição do sujeito-leitor. Tais responsabilidades se dão a partir da preparação da leitura, ler o texto em voz alta, exprimir os sentimentos do autor e das personagens. São rituais que caracterizam o poder disciplinar. Para Foucault (1999, p.176), “durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares.” O funcionamento discursivo reconstrói a posição desse sujeito-leitor por meio da atividade disciplinar, para tanto, observemos os sentidos que circulam nas seguintes sequências:

SD (46): “**Ler o texto antes, em voz alta e várias vezes**, com exercícios parcelares e com o texto completo”.

SD (47): “**Caminhar com um passo normal**, sem ostentação, nem precipitação, sem rigidez nem displicência, **mas com digna e ritmada naturalidade**.”

SD (48): “Não se balancear, nem cruzar os pés, nem estar apoiado apenas num pé, com pés cruzados ou um à frente e outro atrás”.

SD (49): “A cabeça deve estar direita, no prolongamento do corpo; procurar ler com a cabeça levantada”.

SD (50): “**Ao longo da leitura, com naturalidade**, olhar também de vez em quando para a assembleia”.

O poder disciplinar recai sobre o corpo, na forma como postar a voz, como se movimentar, como manter a cabeça e os pés em posições exatas e pré-determinadas, revelando um controle sobre o trabalho de leitura. Para Foucault (1999, p. 178), “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente.” A repetição é constitutiva desse lugar de leitor, a perfeição

precisa ser alcançada. Na igreja católica o leitor segue um ritual, deve ser obediente às diretrizes descritas na liturgia. O sujeito-leitor exerce um serviço e no gesto de interpretação de sua leitura precisa considerar a dimensão espiritual.

Na instância do religioso, o sujeito-leitor é atravessado por sentidos que trazem a normatização da leitura e instaura a doutrina da igreja na realização do trabalho de leitura. As técnicas descritas na liturgia apontam para as formações imaginárias que determinam o “poder maior”, acessível através da leitura. O sujeito-leitor é um porta-voz de Deus. De acordo com a (SD (45)), o leitor tem a responsabilidade de promover a comunhão entre Deus e os ouvintes. Portanto, se a leitura representa a “voz de Deus”, cabe ao leitor se submeter aos rituais religiosos na realização da leitura. A preparação para realizar a leitura decorre do conhecimento das regras. Identificamos, assim, a constituição de um sujeito-leitor que no imaginário religioso constrói seu percurso de leitura a partir de técnicas e rituais litúrgicos.

SD (51): “Além de ler devagar, há que manter um tom geral de calma”.

SD (52): “Evitar o tom cantante, falsamente atrativo”.

SD (53): “Deixar o leccionário aberto na página do salmo responsorial ou da 2ª leitura, para que fique pronto para o leitor que se segue”.

SD (54): “Regressar ao lugar com calma e naturalidade, em passo normal e firme”.

A leitura é orientada do início ao final, com base nas diretrizes da leitura litúrgica. A repetição é constitutiva de sentidos. A palavra ‘naturalidade’ aparece em vários momentos, contrapondo o próprio funcionamento do ritual litúrgico. Verificamos que os comportamentos disciplinares são elaborados a partir de práticas que são aceitáveis ou não, aprovados ou reprovados, incluídos/excluídos da lista de tarefas do leitor.

Os sentidos que atravessam a formação discursiva religiosa são marcados pelo poder disciplinar. O sujeito-leitor ocupa a posição de uma voz que permite a aproximação de Deus e dos fiéis, lembrando que o ministério do leitor é concedido àqueles que pretendem consagrar-se especialmente, a Deus e à igreja. A submissão às normas da igreja é determinante dessa posição sujeito. Concluimos a análise dessa peça, ressaltando que a visibilidade do sujeito-leitor decorre das leituras litúrgicas, o sujeito-leitor é afetado por uma memória disciplinar, na qual a igreja exerce o poder sobre o percurso de leitura. A seguir, analisaremos a constituição do sujeito-leitor, na instância do ensino.

### 3.8 A historicidade do sujeito-leitor no discurso oficial

Dentre os diferentes discursos que legitimam a importância da leitura, nesta seção analisamos algumas sequências discursivas recortadas do caderno do PNLL. Das seções constitutivas do Caderno do PNLL (2014), o método considerou a relevância de analisar alguns objetivos e metas. O programa apresenta 22 objetivos a serem cumpridos a curto, médio e longos prazos. Selecionamos cinco objetivos/metasp desse plano, a fim de analisar como se constrói o discurso de democratização e acesso ao livro e leitura. O PNLL é formado por quatro eixos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e o desenvolvimento da economia do livro. Nesta seção, analisaremos discursos de fomento à leitura.

SD (55): “O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de **assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas a toda a sociedade**, com base na compreensão de **que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades**, seja individual ou coletivamente”.

A posição discursiva desse sujeito representa as políticas públicas de incentivo à leitura. Mediante a análise dessa sequência, retomamos a formação discursiva que institucionaliza o sujeito-leitor como aquele que tem o livre acesso ao livro e à leitura. O PNLL enquanto política de Estado direciona uma série de projetos que visam fomentar, assegurar e incentivar a leitura na sociedade brasileira. Esses projetos são de natureza pública e privada. Há a necessidade de assegurar e democratizar o acesso, pelo funcionamento do não-dito, podemos observar o discurso de “universalização” e de igualdade de direitos à prática da leitura. A sedimentação e cristalização dos sentidos são sustentados por um discurso que expande a importância da leitura e da escrita.

O PNLL se configura como uma Política de Estado. A historicidade dos sentidos retoma outras condições de produção desse discurso de incentivo e democratização da leitura. Para Nunes (1994, p.44), “A prática de leitura envolve tanto o sujeito da leitura como as condições sócio históricas em que ele se insere. Compreende, pois, desde o tratamento dado aos textos, seja individualmente ou a partir de técnicas institucionalizadas, até a situação econômica e política em jogo”. O que investigamos no caderno do PNLL é a discursividade operante na formação da memória de leitura. Ao assegurar o direito aos livros, à leitura e bibliotecas, desconstroem-se os sentidos de uma “pátria” que não valoriza a prática da leitura.

SD (56): “**Contribuir para a formação de leitores autônomos**, buscando, de maneira continuada, substantivo **aumento do índice nacional de leitura** e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos”.

Ao realizar as análises, consideramos a relevância das condições de produção do discurso. Somos remetidos a um mesmo espaço do dizer, no que tange ao incentivo à leitura. Ao analisar o caderno do PNLL, somos direcionados ao discurso oficial que recomenda, incentiva, valoriza e financia a abertura de bibliotecas públicas, investe no mercado editorial e em programas, como o prêmio Vivaleitura. O percurso analítico considerou as redes de sentido e o modo como elas são construídas historicamente.

Em relação às metas e objetivos do PNLL, o documento oficial preconiza a expansão das atividades de leitura em diversas instâncias sociais, denominadas de “pontos de leitura” tais como: ônibus, táxis, peruas, trens, barcos, parques, centros comerciais, livrarias, aeroportos, estações de metrô, hospitais, penitenciárias, consultórios pediátricos, e em locais de trabalho.

A iniciativa da política de Estado é contribuir para a formação de leitores autônomos, acerca do funcionamento da autonomia, podemos referenciar outros discursos que defendem o desenvolvimento dessa capacidade. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, se prevê o desenvolvimento da autonomia intelectual com base numa educação de qualidade. A formação de leitores autônomos nos remete a discursos que possibilitam a liberdade na construção da história de leituras. O leitor autônomo é o leitor que sabe escolher e montar seu percurso de leituras, mantendo uma postura crítica. Fora desse lugar, o leitor é visto como uma posição vazia. Na (SD (56)), o discurso remonta ao aumento do índice nacional de leitura, em termos quantitativo e qualitativo. Há uma necessidade de quantificar o índice de leitores no Brasil, por isso, pesquisas e levantamentos estatísticos são realizados e colocam o país em rankings de países que formam leitores. Sobre essa questão, tivemos acesso a alguns dados da PRLB (2016). Identificamos posicionamentos acerca de como se dá a formação de leitores no Brasil, bem como os avanços e desafios que o Brasil enfrenta na criação de uma sociedade efetivamente leitora.

SD (57): “**Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura**, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições”.

Os investimentos em programas, projetos e eventos disseminam a valorização e incentivo à leitura. Por meio de financiamentos que abrangem setores movidos por um viés capitalista, o discurso do Estado referencia o fomento de estudos e pesquisas na área da leitura,

fazendo emergir formações discursivas que apontam para a leitura como um instituto que regulamenta a política cultural de um país. Conforme dados exibidos no site do Ministério da Educação, em 2016 constatou-se investimentos em torno de R\$ 111,65 milhões, para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Com base nas pesquisas promovidas pelo Instituto Pró-livro, em 2016, o crescimento do percentual da população leitora no Brasil foi para 56%, em face dos 50% apontados no estudo anterior (2011).

O caderno do PNLL (2014) atribui ao Estado a responsabilidade de investir na formação de uma sociedade leitora. O Brasil investe no sistema leitor, na criação de uma sociedade leitora, em conjunto com outros países da América do Sul (PRLB, 2016, p.143). Em 2006, foi criada a política de formação de leitores, visando o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores. Vejamos que há uma série de investimentos que objetivam propagar e ampliar o nível de acesso ao livro e à leitura. Na AD, a repetição é um processo de produção dos sentidos. A forte incidência de programas e estratégias que disseminam o discurso de importância da leitura, retomam o discurso de um Estado que universaliza e garante o direito de cidadania, autonomia e igualdade de oportunidades para os cidadãos. Acerca do posicionamento do sujeito-leitor na sociedade, há um fator de extrema relevância, que diz respeito à preocupação com o leitor no contexto escolar. Conforme Nunes (1994, p.21) “A maioria dos trabalhos se dirige para a escola, o sujeito-leitor é identificado frequentemente ao aluno; daí o leitor sempre aprendiz, em busca de “boa leitura”, em busca de orientações interpretativas”.

SD (58): “**Conceder prêmios** de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura”.

De acordo com Lindoso (2004, p.24), “a política cultural do Brasil centrava-se no apoio financeiro aos jovens talentosos, elitistas, os quais recebiam diversos investimentos financiados pelo governo, desde a época da família Real no Brasil,”. Observando a interdiscursividade, identificamos diferentes relações de poder na construção desse discurso de incentivo à leitura, visto que a maioria da população não tinha direito a usufruir dos bens culturais. Dessa maneira, a sociedade brasileira deu funcionalidade a esse modelo de investimentos na educação, recortando os melhores, reconhecendo através de prêmios os mais inteligentes e talentosos (benesses oficiais), em diferentes momentos históricos.

A política de incentivo à leitura é atravessada por um discurso que exige o reconhecimento do sujeito-leitor pela concessão de prêmios. Analisamos em outro tópico deste trabalho o edital do Prêmio Vivaleitura, que está em consonância com os objetivos do PNLL.

Identificamos uma escuta discursiva no reconhecimento e investimentos de projetos e ações de estímulo às práticas sociais de leitura.

SD (59): “**Mapear, cadastrar e acompanhar** continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura”.

Na (SD (59)), o PNLL representa uma política abrangente que também regula o comércio do livro, mantendo o discurso de que as políticas públicas são propulsoras das diferentes práticas de leitura. Nessa SD, temos novamente o discurso da quantificação; é preciso ter o controle sobre as ações de comercialização de livros, consequentemente, o acesso à leitura e ao livro contemplam os diferentes formatos e suportes de leitura.

Na instância do ensino, os investimentos em projetos de leitura têm sido uma forma de conjugar interesses que visem à formação de leitores, de um “Brasil que investe na leitura”. A leitura é vista como elemento transformador, que traz “felicidade”, conforme discurso que se propaga na PRLB (2016). O discurso que aparece na descrição de Metas e Objetivos do PNLL representa o discurso dos documentos oficiais, garantindo que o Brasil tem compromisso em formar um “país de leitores”, incentivando a leitura como ponte para o acesso à cultura e ao conhecimento.

### 3.9 O "gosto" pela leitura

Nesta seção, realizamos a análise da cartilha que apresenta “doze dicas para seu filho gostar (muito) de ler”. Dentre os enunciados que divulgam as ações de incentivo à leitura, recortamos o seguinte:

SD (60): “Faça da leitura uma mania!”



Fig. 15: Dicas da cartilha (Fonte: cartilha\_folder\_troca\_livros)

A cartilha promove o discurso de fomento à leitura, deslocando-o para a formação social da família. A materialidade que selecionamos fez parte do movimento social -Educar para Crescer- que atuou em consonância como o movimento -Todos pela Educação- em parceria com a Editora Abril, disponibilizando cartilhas para orientar os pais na educação de seus filhos.

Segundo Orlandi (2015, p.78), “o interdiscurso significa justamente na relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, representa assim a alteridade por excelência (o Outro), a historicidade”. O Guia da Educação em Família é composto por um conjunto de cartilhas que tem o propósito de dar orientações sobre como pais, avós, tios e outros cidadãos podem contribuir com a melhoria da educação. A discursividade retoma redes de sentido identificados no PNLL.

Ao atravessar a formação social da família, as dicas são direcionadas aos pais, que precisam exercer a prática da leitura e, com isso, incentivar os filhos a criarem um percurso de leituras. Ao observar o funcionamento intradiscursivo, compreendemos que há alguns procedimentos a serem seguidos nessa trajetória de se tornar leitor, cabendo até a elaboração de dicas, ou ainda um passo a passo para despertar o “gosto pela leitura”. Outrossim, os sentidos apontam para a relevância de se tratar da importância da leitura na fase da infância, para fazer da leitura “uma mania” e despertar esse gosto de forma prazerosa, sem a memória negativa de obrigatoriedade. Inclusive, essa noção de obrigatoriedade nos remete aos sentidos que apontam para a disciplinarização do saber, principalmente, no imaginário escolar. A realização da prática da leitura, na instância do ensino, é pautada por modelos de interpretação que não expõem o sujeito-leitor a experiências de escolhas e construção de seu percurso de leitura.

SD (61): “**Leia para o seu filho** desde pequeno. Isso o ajudará em seu desempenho escolar e também no seu futuro”! (1ª dica)

SD (62): “Mostre ao seu filho que **ler é um prazer**. Nunca transforme a leitura em castigo”. (2ª dica)

A memória de leitura é afetada pelo funcionamento da instância do ensino. De acordo com a circulação desses sentidos, a escola não representa o único lugar de constituição do sujeito-leitor, a família torna-se responsável em propagar a formação de leitores, todavia, essa formação não institui uma prática de leitura que se restrinja às leituras literárias ou científicas, a construção desse sujeito-leitor acontece na dispersão de leituras. Com a condição de que essa prática seja vista como uma prática “prazerosa”. Esses sentidos não são ditos, mas conforme Orlandi (2015, p.81), consideramos que “há sempre no dizer um não-dizer necessário”. O

discurso de incentivo à leitura visa desconstruir os sentidos de uma memória negativa acerca da prática da leitura. Esse efeito “negativo” significa a leitura enquanto um “castigo” e na instância do ensino, no funcionamento do discurso pedagógico, existe a obrigatoriedade por parte da escola e dos professores de se cumprir um determinado cronograma de leituras.

Na (SD (62)), os sentidos que aparecem na tessitura textual indicam a necessidade de mostrar aos filhos que a leitura é uma atividade prazerosa, ou seja, é importante que os pais construam uma memória positiva acerca do trabalho de leitura. Há, então, o atravessamento de posições que podem eleger o trabalho de leitura como negativo (castigo), há algo que fala antes e em outro lugar sobre os sentidos históricos na formação dos leitores. A punição apresenta-se na forma de castigo. No imaginário escolar, o interdiscurso retoma essa memória do castigo, na qual se impõe a leitura como forma de responsabilizar um determinado comportamento ou o descumprimento de uma ordem que venha do professor/pais. Ler uma determinada quantidade de páginas, ler um capítulo ou um livro inteiro pode se tornar uma tarefa punitiva, por isso, a segunda dica dessa cartilha retoma uma discursividade em que o trabalho de leitura deve ser compreendido enquanto uma prática prazerosa, assim como aparece nos discursos que circulam em programas de incentivo à leitura, em projetos de leitura e nas propagandas de editoras.

SD (63): “Reserve uma hora do dia para **ler com o seu filho. Organize uma rotina de leitura**”. (4ª dica)

SD (64): “Ofereça diversos tipos de livros. **Crianças que leem coisas variadas** se tornam melhores leitores no futuro”. (10ª dica)

A relação de forças que se estabelece não é mais a do professor com a do aluno, temos a imagem do pai e do filho. Retoma, dessa maneira, os sentidos de uma formação discursiva que disciplina o trabalho de leitura, para ser leitor é preciso criar disciplina, cumprir um roteiro diário para fomentar o hábito da leitura. Na (SD (64)), o sujeito-leitor é constituído pela diversidade de leituras.

SD (65): “**Faça uma ficha em uma biblioteca** próximo a sua casa e crie o hábito de levar seu filho”. (11ª dica)

SD (66): “Estimule seu filho **a emprestar livros** para os amiguinhos e a conversar sobre eles”. (12ª dica)

Os sentidos de “faça uma ficha em uma biblioteca” e “estimule seu filho a emprestar livros” nos remetem à instância do econômico, através das palavras “fichas” e “empréstimo”.



O empréstimo de livros passa a ser constitutivo do trabalho de leitura e da história de cada leitor. Os sentidos de “empréstimo” também retomam as práticas dos setores econômicos. Conjuntamente, na instância do ensino, a memória social de leitura é mobilizada por sentidos que remontam ao modo de funcionamento dos setores econômicos.

No decorrer das análises, identificamos a legitimação desse sujeito-leitor através de práticas de leituras que se constituem fora da escola e que adquirem um sentido de “leitura prazerosa”, sem imposições. Em determinadas condições de produção desses discursos, a divisão social do trabalho de leitura é afetada pelo discurso oficial, de uma pátria educadora que incentiva o “gosto” pela leitura, além disso, na instância do ensino, identificamos as formações discursivas que apontam para a prática da leitura como algo que é prazeroso, bom e que conduz ao desempenho escolar.

A partir do aporte teórico-metodológico da AD, analisamos o *corpus* desta pesquisa. Operamos com o funcionamento interdiscursivo, a incompletude, as relações do discurso com as formações discursivas e as relações destas com a ideologia. Conforme Orlandi (2015, p.61), tratamos os “dados” dessa pesquisa considerando sua memória, sua espessura semântica e sua materialidade linguístico-discursiva”. Com o subsídio do dispositivo teórico, obtivemos diferentes resultados acerca da constituição do sujeito-leitor e da memória de leitura, na atualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, realizamos um percurso de estudos acerca do sujeito-leitor e da memória de leitura. Subsidiados pela AD, construímos um *corpus* com base em projetos de leituras que circulam em diferentes instâncias ideológicas. Com as instâncias do espaço econômico, jurídico, religioso e do ensino, conseguimos observar o texto enquanto um lugar de funcionamento da discursividade.

No primeiro capítulo desta pesquisa, a formulação do dispositivo teórico possibilitou a compreensão das categorias de análise que subsidiaram a elaboração do dispositivo analítico. Além de realizar a abordagem discursiva acerca da leitura e do sujeito-leitor, conseguimos apresentar algumas abordagens históricas que representam o percurso de estudos acerca da leitura no Brasil.

Os procedimentos metodológicos da AD propiciaram a construção de um arquivo de leitura que abrange uma rica variedade de discursos acerca do fomento à leitura. No suporte midiático, as formações discursivas mobilizaram sentidos que só se significam enquanto tal, a partir do espaço virtual. É válido ressaltar que em todos os projetos analisados há um processo de incentivo à leitura, com diferentes formas de reconhecimento desse sujeito-leitor. Os discursos de incentivo à leitura e de produção do saber acontecem afetados por diferentes formações ideológicas. O funcionamento da memória social de leitura é determinado pelas condições de produção. A categoria das condições de produção contribuiu para o avanço da compreensão das posições ocupadas pelo sujeito-leitor, na atualidade. Através das sequências discursivas que compõem o *corpus* empírico, foi possível identificar as regularidades discursivas que constituem o sujeito-leitor a partir das diferentes práticas da leitura. Ao tempo em que se permite “ler tudo”, há também as formulações que reconhecem o leitor a partir de leituras clássicas e/ou literárias, científicas, filosóficas e técnicas. Os sentidos não estão fechados nas instâncias ideológicas, eles atravessam o *corpus* discursivo e formam redes de sentido.

Na instância do econômico, analisamos os projetos de leitura denominados de Cometa Leitura, LibreRia e Bibliotáxi. Identificamos que a leitura na empresa permite o acesso a obras técnicas que propiciam o aumento das vendas. Na instância do econômico, analisamos também algumas reportagens que abordam o funcionamento da Biblioterapia e das estratégias de vendas de livros, pelas editoras. Ainda considerando os efeitos de sentido que nos remetem ao modo de funcionamento da lógica capitalista, realizamos a análise do edital do Prêmio Vivaleitura. Essa variedade foi profícua porque identificamos como os sentidos acerca do sujeito-leitor são

atravessados por uma memória discursiva que retoma o modo de funcionamento dos setores econômicos, como preconiza Nunes (2003).

No projeto Cometa Leitura, os sentidos retomam o discurso de incentivo à leitura mediante a oferta de bonificação financeira, parafraseando o modo de funcionamento do próprio sistema capitalista. As análises apontam que nesse processo existe também a produção do saber, visto que há um espaço específico para leituras (acervos). Os colaboradores da concessionária apreendem mais conhecimentos e se qualificam para oferecer o melhor serviço de vendas. No Cometa Leitura, a discursividade acerca da leitura direciona os colaboradores “ao sucesso, ao topo das vendas”. Esse percurso para o sucesso retoma sentidos que estabelecem as relações de poder e saber, na sociedade. Os sentidos determinam que quem “ler mais”, também alcança mais conhecimento e, conseqüentemente, tem maiores chances de conseguir a bonificação salarial, de ser visto no meio empresarial como alguém que ocupa uma “posição de destaque”. Dentro da formação social da empresa, a leitura é significada enquanto um instrumento para alcançar o sucesso nas vendas, mas os sentidos acerca da leitura enquanto instrumento para o “sucesso” desliza por diferentes instâncias ideológicas, inclusive, retomando o modo de funcionamento das práticas pedagógicas.

Encontramos sentidos que disciplinarizam o trabalho de leitura, visto que os colaboradores adeptos ao projeto precisam ler e “provar” que leram, com o registro de um resumo na intranet da empresa, retomando assim, o modo de funcionamento da instância jurídica. Ao abordar o funcionamento dos círculos de livros e dos clubes de leitura, identificamos sentidos da formação discursiva neoliberal. Os clubes de leitura propiciam a troca, a venda, o empréstimo e as doações de livros. Há o funcionamento de sentidos que constroem a posição de um leitor pragmático, que lê visando a quantidade. A visibilidade do leitor, nesse projeto, se dá através de uma recompensa financeira, a empresa “valoriza” os colaboradores que se “destacam através da leitura”.

No projeto LibreRia, os sentidos constroem o sujeito-leitor através da prática “voluntária” do trabalho de leitura. A empresa disponibiliza o acervo e o trabalho de leitura se constitui por si só. Não há bonificações financeiras, o benefício é o acesso ao bem cultural e a ascensão do desenvolvimento intelectual e profissional. A forma de recompensa pelo trabalho de leitura constrói diferentes posições desse sujeito-leitor.

No edital do Prêmio Vivaleitura, identificamos o atravessamento de formações discursivas que retomam sentidos das instâncias do econômico e do ensino. As práticas de leitura são fomentadas através da concessão de prêmios que objetivam financiar projetos de leitura. O prêmio é distribuído em categorias. A interdiscursividade retoma sentidos que

estimulam a prática da leitura e o reconhecimento do trabalho de leitura através de prêmios, concursos e doações. No percurso de análise, conseguimos compreender que, na 8ª edição do programa, o sujeito-leitor não é reconhecido pelo prêmio, como acontecia em edições anteriores, pelo contrário, ele é reconhecido pelo trabalho de leitura. Há um deslocamento de sentidos, no modo como se configuram as práticas de leitura.

Na análise da reportagem “Editoras apostam em clubes de leitura e até em vaquinhas após o fim das compras do governo”, o dispositivo analítico identificou que o discurso da comercialização de livros entre editoras e governo é atravessado pela FD do capitalismo e esses efeitos de sentido interferem na construção do sujeito-leitor, na atualidade.

Na reportagem “Como funciona a biblioterapia: uma tentativa de cura pela leitura”, conseguimos identificar sentidos que caracterizam a leitura enquanto um “medicamento”. Dessa forma, o processo de construção desse sujeito-leitor acontece através da ressignificação da memória de leitura, a leitura não visa punir, nem recompensar financeiramente. O reconhecimento do sujeito-leitor se dá através da cura. Há um deslocamento de sentidos na construção desse sujeito-leitor, visto que nessa instância, de clínicas e de consultas, há o pagamento pela consulta e um profissional que receita as leituras. Não é qualquer pessoa que tem acesso a esse tipo de tratamento, da mesma forma, não é qualquer tipo de leitura que cura o paciente. Na Biblioterapia, a formação do sujeito-leitor se dá através de leituras literárias.

No projeto Bibliotáxi, os resultados apontam para a constituição de um sujeito-leitor que é afetado pelo liberalismo da leitura. Nesse projeto, a prática da leitura é de fácil acesso e constrói uma posição privilegiada para esse passageiro/leitor. Os livros não são utilizados apenas no trajeto, são emprestados, com o objetivo de se fortalecer a “cultura do compartilhamento”. A proposta da empresa de táxi coloca esse passageiro em uma posição discursiva diferenciada, pois aquele que lê e “conhece o valor da leitura” perpetua a imagem prestigiada socialmente, o *status* de ser leitor, na atualidade. O reconhecimento do sujeito-leitor resulta da adesão ao projeto (empréstimo de livros) e ao uso do serviço prestado pela empresa de táxi. A divulgação do projeto se dá através de materiais de livre circulação. Identificamos que o discurso da propaganda interfere na materialidade significativa, visto que, a divulgação do projeto acontece através de *folder* e panfletos que anunciam as propostas de investimentos nas doações de livros. Analisamos as formas imagéticas e a disposição espacial. Nesse gesto de divulgação do trabalho de leitura, há também a divulgação da marca de editoras que apoiam os projetos, as doações de livros e os investimentos na formação de uma “sociedade leitora”. Nesse projeto, a leitura é significada enquanto uma prática prazerosa que promove cultura e a produção do saber, em espaços não formais de leitura.

Na instância do jurídico, identificamos que a constituição do sujeito-leitor é atravessada por sentidos que regulam o modo de funcionamento das normas jurídicas. O trabalho de leitura é realizado visando uma recompensa- a remição da pena. Junto a esse processo, temos a produção do saber, o sujeito pratica a leitura e adquire conhecimento, todavia, esse trabalho de leitura é pautado por uma prática pedagógica que remonta ao modelo de punição, através da submissão aos prazos estabelecidos para o término da leitura, atingindo a quantidade de livros estabelecida e seguindo o modelo interpretativo. Analisamos as relações de poder-saber e identificamos que a condição de produção desse discurso promove o deslizamento de sentidos da instância religiosa. A prática da leitura legitima o pagamento de uma dívida e garante que o presidiário está em processo de ressocialização.

Na instância do religioso, a leitura é significada enquanto um instrumento de disciplinarização. O sujeito-leitor constrói um percurso de leitura que se define na formação discursiva religiosa e no modo de funcionamento do discurso jurídico. O poder da igreja se instaura no modo como as técnicas e rituais litúrgicos controlam o serviço do leitor. Identificamos que a construção desse sujeito-leitor é determinada pela igreja, há o apagamento da construção do percurso de leitura, pois o sujeito-leitor cumpre os deveres de um ministério de leitor e se restringe às leituras bíblicas, ou seja, há um trabalho de disciplinarização para a produção dessa leitura que retoma a memória de poder exercida pela igreja, nas diferentes práticas sociais. Da mesma maneira, não há uma construção do percurso de leituras, assim como identificamos em outras peças, na instância do religioso, o estímulo à leitura decorre do exercício de um cargo, o cargo de leitor.

Na instância do ensino, identificamos um cenário que dispara questões acerca da importância de fomentar, incentivar, apoiar, implementar e assegurar a formação de leitores no Brasil. Diante da existência de tantos programas de incentivo à leitura, o PNLL se configura como uma das principais políticas fomentadoras dos diversos projetos de leitura existentes no país. Na análise do PNLL, somos direcionados às condições de produção que retomam o discurso oficial. Essa materialidade linguística se constitui como um parâmetro para expansão das metas e objetivos de uma Política de Estado que visa à formação de uma sociedade leitora, apagando assim, a memória negativa de uma sociedade que não “gosta de ler”. A discursividade operante mobiliza sentidos que apresentam o Brasil como um país que incentiva a prática da leitura. Os sentidos que circulam nessa instância retratam a política de uma pátria que garante o acesso ao livro e à leitura. Com a análise do PNLL, identificamos que o reconhecimento do sujeito-leitor acontece por meio de prêmios e concursos. Tais investimentos legitimam as práticas de leitura, entrecruzando sentidos da instância do ensino e do econômico.

Ao analisar a Cartilha: “Doze dicas para seu filho gostar (muito) de ler”, os sentidos apontam para a construção de uma memória que significa o trabalho de leitura enquanto uma prática prazerosa que deve ser ensinada pelos pais. A formação desse sujeito-leitor decorre de um percurso disciplinar, construindo rotinas de leituras que servem para divertir e produzir conhecimentos, todavia, não se prevê o perfil desse leitor, há o apagamento do percurso de leituras.

De acordo com as análises, o sujeito-leitor se constitui na dispersão dos diversos tipos de leituras, em diferentes instituições. As formações ideológicas mobilizam sentidos acerca do reconhecimento desse trabalho de leitura por meio de recursos financeiros, pela remição da pena, no pagamento de prêmios, na disciplinarização e poder exercido nas práticas religiosas, pelo poder da medicina e, em outras materialidades linguísticas, esse sujeito-leitor é resultado de políticas públicas de incentivo à leitura que visam apagar o imaginário de um país que não “gosta” de ler, como também há o investimento em projetos que mobilizam o princípio de leitura prazerosa. Além disso, foi possível compreender os diferentes efeitos de sentidos que aparecem no modo de incentivo e recompensa pelo trabalho de leitura. Estudamos o percurso de leitura em diferentes condições de produção do discurso. Esse sujeito-leitor não é constituído por sentidos de apenas uma instância, há o constante atravessamento de sentidos nas diferentes instâncias ideológicas, semelhantemente ao que Pêcheux explicitou nos procedimentos da terceira época da AD.

As recompensas pelo trabalho de leitura e o reconhecimento do sujeito-leitor é formulado nos projetos de leitura da seguinte forma: no Cometa Leitura, o colaborador alcança uma recompensa financeira através da prática da leitura. No projeto Remição da pena, o sujeito-leitor é recompensado com a redução da pena. No projeto Libreria, o dispositivo analítico identificou que o trabalho de leitura acontece por si só, tendo em vista a propagação da cultura leitora, sem oferecer nenhum prêmio. No caso do Prêmio Vivaleitura, há o investimento financeiro na propagação e desenvolvimento de projetos de leitura que garantem a propagação de políticas de incentivo à leitura, visando a democratização do acesso e a formação de uma sociedade leitora. No projeto Bibliotáxi, o sujeito-leitor é reconhecido por uma posição de prestígio, ser “leitor” mobiliza sentidos positivos para a sociedade. Na Biblioterapia, a recompensa está na cura do paciente. No ministério do leitor, o sujeito-leitor é recompensado pela posição que representa a comunhão dos fiéis com a divindade. Na cartilha, a recompensa do trabalho de leitura proporciona o desempenho escolar.

Este trabalho é uma proposta de reflexão acerca do modo como nos relacionamos com a linguagem enquanto um lugar de confronto ideológico. Considerando a materialidade da

língua, ideologia e do discurso, nos debruçamos sobre o estudo da constituição do sujeito-leitor em diferentes projetos de leitura, a fim de compreendermos o entrecruzamento de discursos, com base nos diferentes efeitos de sentido que atravessam as materialidades linguísticas. Sendo assim, o sujeito-leitor é constituído na dispersão dos diferentes tipos de leitura, tendo em vista que os sentidos não estão fechados e mobilizam diferentes formações ideológicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980. pp.69-111

ALUÍSIO, Sandra Maria; DE BARCELLOS ALMEIDA, Gladis Maria. O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística. **Calidoscópio**, v. 4, n. 3, p. 156-178, 2006.

BERNARDO-SANTOS, W.J. "Poética de interfaces (I): a escrita em notas práticas para uma reflexão sobre autoria no ensino" In: Bernardo-Santos, Carvalho & Lima (Org.). **Do oral ao escrito**: reflexões e práticas desenvolvidas no programa de iniciação à docência em língua portuguesa (PIBID/SERGIPE). Aracaju, SE, Criação Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. Instrumentos linguísticos: a gramatização do português do Brasil a partir da redemocratização dos anos de 1980. Projeto de Pesquisa em execução no centro de educação e ciências humanas. Aracaju, SE, 2016.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Máximas impertinentes. In: PRADO, Jason (Org.); CONDINI, Paulo (Org.). **A formação do leitor**: pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999. 320p. Disponível em <http://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/prado-condini-a-formac3a7c30-do-leitor-pontos-de-vista.pdf>. Acesso em: 25 de jan. de 2017.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**, 3ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

COPEES, REGINA JANIÁKI. Políticas públicas de incentivo à leitura: um estudo do projeto "Literatura em Minha Casa". Ponta Grossa: Universidade de Ponta Grossa (Dissertação de mestrado), 2007.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Coord. da Tradução Fabiana Komesu) **Dicionário de análise do discurso**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Pará, 2002. Disponível em <<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em: 09 de março de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão Trad.de Raquel Ramalhete. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, pp. 155-168.

\_\_\_\_\_. "A análise do discurso: conceitos e aplicações." In: **Revista de Linguística**, 1995. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>>. Acesso em 03 de março de 2017.



GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, M. Cristina & INDUSKY, Freda (orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. P. (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996, pp.127-138.

\_\_\_\_\_. A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido. In: **Cadernos de estudos linguísticos**, v.51, n.1, 2011. Disponível <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219>> . Acesso em 09 de abril de 2017.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. pp. 13-38.

INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. Disponível em <<https://issuu.com/prazeremler/docs/contemporaneidade>> Acesso em: 04 de jan. de 2017.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** política para a cultura/ política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p.153-162.

NUNES, José Horta. **A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários**. 1992. 226f. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil Colonial**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, Eni. (org.). **A leitura e os leitores**. 2.ed. Campinas: Pontes, pp. 25-46, 2003.

\_\_\_\_\_. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD): UFRGS, 2005**. Disponível em <<http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>> Acesso em: 19 de abril de 2017.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. In: **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Uberaba, Minas Gerais, 1984, p. 2-9.

\_\_\_\_\_. **A leitura e os leitores.** 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, pp.11-44.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto:** formulação e circulação de sentidos. 3.ed. Campinas-SP: Pontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas-SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de Leitura da História no Discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET & HAK (Org.). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, pp.311-318.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi, 7ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PERROTTI, Edmir. Leitores, leitores e outros afins (apontamentos sobre a formação ao leitor). In: PRADO, Jason & CONDINI, Paulo (Orgs.). **A formação do leitor:** pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999, p.31-43. Disponível em <<http://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/prado-condini-a-formac3a7c30-do-leitor-pontos-de-vista.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. de 2017.

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 253-269, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA SOUSA, Thais Caroline; SANTOS, Andréa Pereira; RAMOS, Rubem Borges Teixeira. Ações e projetos de biblioterapia: uma revisão de literatura brasileira. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB.** 2013. p. 3340-3355.

## SITES PESQUISADOS

BRASIL. Ministério da Educação. **2ª versão da Base Nacional Comum Curricular**, 2016. Disponível em<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> acesso em 19 de janeiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Biblioteca na Escola**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Prêmio Vivaleitura**. Disponível em <<http://www.premiovivaleitura.org.br/>>. Acesso em 28 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992**. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0519.htm)> Acesso em 15 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Dispõe sobre a Política Nacional do Livro. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm)> Acesso em 21 de março de 2017.

CADERNO DO PNLL: **Edição atualizada e revisada em 2014**. Ministério da Cultura. Brasília: MinC, 2014. Disponível em <[http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL\\_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660)>. Acesso em 23 de maio de 2017.

Cartilha: **Doze dicas para seu gostar de ler**. Plataforma Educar para Crescer. Disponível em <[www.educarparacrescer.com.br](http://www.educarparacrescer.com.br)> acesso em 04 de maio de 2017.

CÁSSIA, Rita de. **Grupo Cometa: Paixão em servir**. Disponível em <<http://www.viacometa.com.br/grupocometa/projetosocial>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 44 de 26/11/2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível em< [www.cnj.jus.br/busca-atos-adm/documento=1235](http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm/documento=1235)>. Acesso em 18 de dezembro de 2016.

Dicionário Michaelis. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=leitor>>. Acesso em 01 de julho de 2017.

LIMA, Juliana Domingues. **Como funciona a biblioterapia, uma tentativa de cura pela leitura**. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/Como-funciona-a-biblioterapia-uma-tentativa-de-cura-pela-leitura>>. Acesso em 28 de março de 2017.

LOPES, Larissa. **LivreRia: cidadania contando história no Pará**. Disponível em<<http://papodejob.com.br/livreria-cidadania-contando-historia-no-para/>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

MOLINERO, Bruno. **Era outra vez.** Disponível em <http://eraoutravez.blogfolha.uol.com.br/editoras-apostam-em-clubes-de-leitura-e-ate-em-vaquinhas-apos-o-fim-das-compras-do-governo/> . Acesso em 27 de janeiro de 2017.

NASCIMENTO, Suélen Pereira Coutinho. **A remição da pena pela leitura.** Disponível em <https://antoniopires.jusbrasil.com.br/artigos/121940663/a-remicao-da-pena>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

PASTORAL LITÚRGICA. Disponível em <https://sites.google.com/site/liturgiasaojoaquim/ministerio-do-leitor/o-servco-do-leitor-na-liturgia> Acesso em 15 de maio de 2017.

PROLER. Disponível em <http://proler.culturadigital.br/>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

PRÓ-LIVRO, INSTITUTO. Disponível em <http://prolivro.org.br/home/pro-livro/quem-somos.>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

PROJETO BIBLIOTÁXI. Disponível em <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/bibliotaxi-projeto-empresta-livro-a-passageiros-participe/> Acesso em 15 de maio de 2017.

SCHIEBEL Natasha. **Empresas que investem em leitura como ferramenta de vendas.** Disponível em <http://www.vendamais.com.br/leitura-ferramenta-vendas>. Acesso em 20 de jan. de 2017.

Disponível em [http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria\\_remissaopelaleitura.pdf/view](http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaopelaleitura.pdf/view). Acesso em 15 de março de 2017.

Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81644-cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena>. Acesso em 15 de março de 2017

Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em jun. de 2017

Disponível em <http://www.fipe.org.br/pt-br/noticias/resultado-pesquisa-producao-e-vendas-editorial-brasileiro>. Acesso em: 09 de dez. de 2017.

Disponível em [http://www.gualberto.g12.br/UserFiles/cartilha\\_folder\\_troca\\_livros\\_1.pdf](http://www.gualberto.g12.br/UserFiles/cartilha_folder_troca_livros_1.pdf) Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

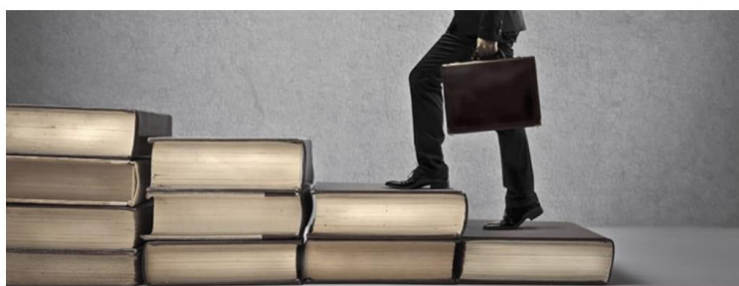
## ANEXOS

### ANEXO A- Materialidades linguísticas na instância do econômico

The screenshot shows the top navigation bar of the 'VENDA MAIS' website. It includes a menu icon, links for 'REVISTA', 'CONTEÚDO', 'PALESTRAS', 'TREINAMENTOS', 'Cursos', and 'Conteúdo'. The main logo 'VENDA MAIS' is prominently displayed, followed by the tagline 'O seu jeito de vender'. There is a search bar on the right labeled 'ÁREA DO ASSINANTE' and 'Buscar por'. Below the navigation bar, a featured article snippet is visible with the title 'QUAIS ESCOLHAS VOCÊ TEM FEITO PARA MELHORAR AS SUAS VENDAS?' and a sub-headline 'Se você constantemente busca fechar vendas, bater metas e alcançar resultados, com certeza vai se interessar por esse material.' The snippet also includes a 'COMENTE!' button and a 'Confirma...' link.

## Conheça empresas que investem na leitura como ferramenta de vendas

Por [Natasha Schiebel](#) em 1 de dezembro de 2016



Por *Natasha Schiebel*

Já dizia o poeta brasileiro Mario Quintana: “o verdadeiro analfabeto é aquele que sabe ler, mas não lê”.

O hábito da leitura traz inúmeros benefícios. Ajuda a melhorar o foco, amplia o vocabulário, faz com que se escreva melhor, colabora para aprimorar a comunicação, traz “bagagem cultural” e, em vendas, acredite, faz até vender mais – e melhor!

Porém, no Brasil, esse ainda não é um dos hábitos preferidos pela população. A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (Instituto Pró-Livro/IBOPE), realizada entre 2007 e 2011, mostrou que a leitura era apenas a sétima atividade de lazer preferida pelos brasileiros de cinco anos ou mais, como mostra a tabela abaixo:



Compartilhe:



Comente:



COMENTE!

**Atividades de lazer que a população de 5 anos ou mais gosta de fazer em seu tempo livre: Brasil, 2007-2011 (Instituto Pró-Livro)**

Atividades	2007	2011
Assistir televisão	77,0	85,0
Escutar música ou rádio	54,0	52,0
Descansar	50,0	51,0
Reunir com amigos ou família	31,0	44,0
Assistir vídeos/ filmes em DVD	29,0	48,0
Sair com amigos	33,0	34,0
Ler (jornais, revistas, livros, textos na Internet)	36,0	28,0
Navegar na Internet	18,0	24,0
Praticar esporte	24,0	23,0
Fazer compras	24,0	23,0
Passear em parques e praças	19,0	19,0
Acessar redes sociais (Facebook/ Twitter/ Orkut)	-	18,0
Escrever	21,0	18,0
Ir a bares/ restaurante	15,0	18,0
Jogar videogames	10,0	13,0
Viajar (campo/ praia/ cidade)	18,0	15,0
Desenhar/ pintar	-	10,0
Ir ao cinema/ao teatro/ dança/ concertos/ museus/exposições	9,0	10,0
Fazer artesanato e trabalhos manuais	12,0	6,0

Fonte: Oportunidades Estudos Sociais, com base na Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (Instituto Pró-Livro/BOPE) de 2007 e 2011.

Nota: O entrevistado podia escolher mais de uma opção de resposta.

E se analisarmos essas informações, rapidamente concluiremos que o cenário tem tudo para ser ainda pior atualmente, já que itens como “navegar na internet” e “acessar redes sociais” eram menos valorizados pelo público até então.

Taiana Grespan, mestre em Linguística que atua dentro de organizações que querem aprimorar as habilidades de comunicação de seus colaboradores, acredita que isso é um reflexo da educação de base no Brasil. *“Na hora da alfabetização e do letramento, não há a valorização da leitura, e assim criam-se pessoas que não leem, não pensam, não refletem e não constroem seus próprios argumentos”*, analisa.

Apesar disso, “onde há vida, há esperança”. Buscamos histórias de empresas de diversos tamanhos e segmentos que buscam diferentes maneiras de incentivar a leitura entre seus colaboradores. Os resultados, elas revelam, são surpreendentes.

Compartilhe:



Comente:



COMENTE!



## LivreRia

A primeira história vem de Marabá (PA). Lá, Ana Lacerda, diretora da Planet, agência de comunicação integrada, iniciou há dois anos uma prática despretensiosa de troca de livros entre colaboradores, parceiros, fornecedores e amigos. Em pouco tempo, um espaço para dispor os livros foi criado e o projeto ganhou um nome: LivreRia.

“Se minha equipe escreve bem, tem poder de tomada de decisão, tem cultura e educação. Esse patrimônio é imensurável. Além do mais, os livros e seus enredos são temas de debates que ajudam a enriquecer nosso trabalho”, revela Ana.



Sobre o formato do projeto, a diretora da Planet explica que não há preocupação com o volume de leitura ou com a frequência, mas sim, com os resultados que o hábito de ler constantemente proporciona. *“Se uma pessoa por mês pegar um livro, já podemos comemorar que o Brasil tem mais um leitor ativo, mais uma pessoa aprendendo, melhorando, crescendo. Pensamos na LivreRia como uma semente que plantamos e que será regada pelos que fizerem os livros mudarem de mão”*, destaca.

## SPIN Selling na prática

Mas não é apenas a Planet que ajuda a garantir que o futuro seja melhor nesse quesito por aqui. Na Dräger, multinacional alemã com 230 colaboradores no Brasil, os profissionais do departamento de vendas e do segmento de segurança de alta tecnologia, participam, desde o ano passado, de um projeto

## Veja Também

10 prioridades dos líderes de equipes comerciais alta performance

Acredite ou não: você faz diferença!

Confira a entrevista com Adriano Foss



Compartilhe:



Comente:



COMENTE!

## Cometa Leitura: a leitura que faz bem para a mente e para o bolso

Mas vem do Grupo Cometa (com sede em Cáceres, MT), a iniciativa mais estruturada que conhecemos. Lá, os cerca de 1600 colaboradores, distribuídos em 17 unidades de cinco estados, são convidados a participar do projeto Cometa Leitura. A ideia é que cada colaborador leia pelo menos um livro por mês – e 2.400 páginas por ano – para crescer pessoal e profissionalmente, tendo ainda a chance de ser bonificado com um 14º salário (que depende, também, de outras metas para ser conquistado).

Cada colaborador precisa registrar seu resumo na intranet da empresa e os resumos são analisados para garantir que não houve cópia. Além disso, mensalmente são realizados encontros chamados de “Círculo do Livro”, para que algumas das obras lidas sejam debatidas. “Sorteamos o colaborador que irá falar sobre o que leu e promovemos diferentes dinâmicas para debater questões trazidas na obra”, conta Cristinei Melo, presidente do Grupo. A participação nos encontros também conta ponto para a conquista do salário extra.



Ao conectar essas ações, a empresa consegue garantir altos índices de assiduidade. *“Mais de 80% dos nossos colaboradores leem regularmente, sem faltar um mês. E mais de 90% podem ser considerados leitores habituais, pois apesar de, às vezes pularem um mês, leem constantemente. São pouquíssimos os que não se engajam no projeto”*, aponta Melo.

## E-zine VendaMais

Receba toda semana dicas poderosas para ajudar você, vendedores e empresas do Brasil a venderem mais e melhor!

 Nome

 Email

- ☐ E-zine Entrevistas
- ☐ Eu quero receber outras informações da VendaMais
- ☐ Eu quero receber informações de parceiros VendaMais



Compartilhe:



Comente:

2

COMENTE!

Cadastrar

Prometemos não utilizar suas informações de contato para enviar qualquer tipo de SPAM.

Atualmente, o acervo do Grupo registra mais ou menos quatro mil livros – cerca de 300 por biblioteca –, e esse número só cresce, uma vez que novos títulos estão sempre sendo adquiridos. Este ano, por exemplo, com o objetivo de engajar ainda mais leitores, as bibliotecas receberam obras de ficção. Assim, segundo Melo, quem ainda não pegou o gosto pela leitura pode ser atraído por um livro de ficção, se envolver e depois se interessar pelas leituras técnicas.

O presidente do Grupo Cometa diz ainda que é difícil mensurar o valor desse projeto, mas afirma que, observando o mercado como um todo e comparando com a organização que representa, os resultados são superiores por lá. O que eles atribuem aos profissionais melhor preparados para enfrentar as adversidades, coisa que o projeto Cometa Leitura tem certa “culpa” – assim como o programas de treinamento oferecidos pela empresa. Uma prova de que investir na leitura faz bem para a mente e para o bolso – dos profissionais e das empresas.

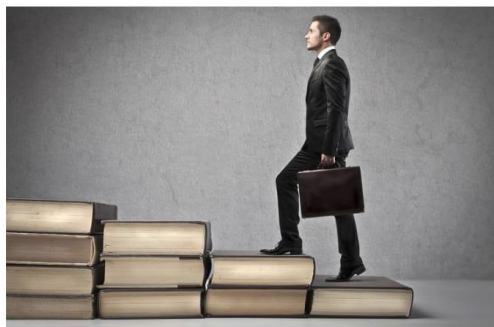
### Mais recomendadas

Recomendações de marketing direto

10 passos para um n kaizen de recuperação de clientes inativos

Os 4 fatores que determinam o sucesso de novas iniciativas numa equipe comercial

## 5 dicas para você implementar um Clube do Livro na sua empresa



Agora que você entendeu a importância de criar, na sua empresa, uma espécie de Clube do Livro, chega a hora de pensar em como colocar essa ideia em prática. Com a ajuda de nossos entrevistados, reunimos cinco dicas para você iniciar uma nova fase na sua organização.

**1 – Peça que cada colaborador traga de casa uma obra que gosta e que eles troquem os livros entre si. Depois, promova**

Compartilhe:



Comente:



COMENTE!

um debate sobre os temas abordados lidos. Assim, você estará promovendo uma interação diferente entre os profissionais e, ainda, estimulando a leitura.

**2 – No amigo secreto de fim de ano, estipule que o presente precisa ser um livro.** Com a ajuda da sua equipe, elabore uma lista de títulos/temas que são interessantes para o crescimento pessoal de todos e faça a brincadeira acontecer em torno disso. Você pode também pedir que cada um leia o livro que vai dar, e que, na hora da entrega, fale como a obra vai ajudar o amigo secreto.

**3 – Dê o exemplo. No Grupo Cometa, o fundador Francis Maris Cruz iniciou o Cometa Leitura naturalmente, presenteando os colaboradores com livros e, depois, trocando ideias sobre as obras com eles. Faça o mesmo!**

**4 – Incentive a leitura premiando os leitores.** Por mais que, no começo, eles leiam por obrigação, com o tempo o prazer de ler um bom livro virá e a recompensa que antes era só financeira ou profissional, será também pessoal.

**5 – Uma vez por mês, promova uma roda da leitura dentro da empresa.** Peça que cada colaborador leve um livro, revista ou jornal que achar interessante para apresentar, em poucos minutos, aos colegas. Mas faça isso como um momento de descontração e de troca de boas ideias. Garantindo o gosto do seu público, você assegura o início de um projeto de sucesso. Depois, é só ir aprimorando, adicionando temas mais ligados ao seu mercado e buscando formas de garantir que o projeto traga, além de satisfação pessoal, resultados financeiros para sua empresa.

*Esse conteúdo foi originalmente publicado na edição de setembro de 2014 da VendaMais.*

Gostou do que leu? Clique para recomendar!



GOSTEI!



COMENTÁRIOS

DEIXE SEU COMENTÁRIO

## Últimas Notícias

Pensar negativo é um caminho desastroso

Orar ajuda a vender

O melhor da semana inspirar as suas vendas de 8 a 12 de janeiro: diferenciação

Compartilhe:



Comente:



COMENTE!

## Cometa Leitura: a leitura que faz bem para a mente e para o bolso

Mas vem do Grupo Cometa (com sede em Cáceres, MT), a iniciativa mais estruturada que conhecemos. Lá, os cerca de 1600 colaboradores, distribuídos em 17 unidades de cinco estados, são convidados a participar do projeto Cometa Leitura. A ideia é que cada colaborador leia pelo menos um livro por mês – e 2.400 páginas por ano – para crescer pessoal e profissionalmente, tendo ainda a chance de ser bonificado com um 14º salário (que depende, também, de outras metas para ser conquistado).

Cada colaborador precisa registrar seu resumo na intranet da empresa e os resumos são analisados para garantir que não houve cópia. Além disso, mensalmente são realizados encontros chamados de “Círculo do Livro”, para que algumas das obras lidas sejam debatidas. “Sorteamos o colaborador que irá falar sobre o que leu e promovemos diferentes dinâmicas para debater questões trazidas na obra”, conta Cristinei Melo, presidente do Grupo. A participação nos encontros também conta ponto para a conquista do salário extra.



Ao conectar essas ações, a empresa consegue garantir altos índices de assiduidade. *“Mais de 80% dos nossos colaboradores leem regularmente, sem faltar um mês. E mais de 90% podem ser considerados leitores habituais, pois apesar de, às vezes pularem um mês, leem constantemente. São pouquíssimos os que não se engajam no projeto”*, aponta Melo.

## E-zine VendaMais

Receba toda semana dicas poderosas para ajudar você, vendedores e empresas do Brasil a venderem mais e melhor!

 Nome

 Email

- ☐ E-zine Entrevistas
- ☐ Eu quero receber outras informações da VendaMais
- ☐ Eu quero receber informações de parceiros VendaMais

## ANEXO B- INSTÂNCIA DO JURÍDICO

### RECOMENDAÇÃO N. 44, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA** (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o teor da Nota Técnica Conjunta de n. 125/2012, expedida pelos Ministérios da Justiça e da Educação, em 22 de agosto de 2012;

**CONSIDERANDO** a edição da Portaria Conjunta de n. 276, de 20 de junho de 2012, do Conselho da Justiça Federal (CJF) e da Diretoria-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, que disciplinou o projeto de remição pela leitura para os presos de regime fechado custodiados em penitenciárias federais de segurança máxima;

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 126 a 129 da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), com a redação dada pela Lei n. 12.433, de 29 de junho de 2011, que possibilitam a chamada remição de pena pelo estudo de condenados presos nos regimes fechado e semiaberto;

**CONSIDERANDO** o teor da Súmula de nº 341, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proclama: "A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto";

**CONSIDERANDO** o que preconiza o art. 3º, inciso III, da Resolução de n. 02, da Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes curriculares para o ensino fundamental e procura valorizar os diferentes momentos e tipos de aprendizagem;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º, inciso IV, da Resolução de n. 03, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que associa a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura no contexto prisional;

**CONSIDERANDO** a experiência exitosa de projetos pioneiros no Brasil, em algumas unidades da federação, no sentido de assegurar à

população segregada em regime fechado e que demonstra bom comportamento no cumprimento da pena a chamada remição pela leitura;

**CONSIDERANDO** a decisão plenária tomada no julgamento do Ato n. 0000411-19.2013.2.00.0000, na 179ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim;

II - para serem reconhecidos como atividades de caráter complementar e, assim, possibilitar a remição pelo estudo, os projetos desenvolvidos pelas autoridades competentes podem conter, sempre que possível:

a) disposições a respeito do tipo de modalidade de oferta (presencial ou a distância);

b) indicação da instituição responsável por sua execução e dos educadores e/ou tutores, que acompanharão as atividades desenvolvidas;

c) fixação dos objetivos a serem perseguidos;

d) referenciais teóricos e metodológicos a serem observados;

e) carga horária a ser ministrada e respectivo conteúdo programático;

f) forma de realização dos processos avaliativos;

III - considerem, para fins de remição pelo estudo, o número de horas correspondente à efetiva participação do apenado nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, exceto, neste último aspecto (aproveitamento), quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal (LEP, art. 129, § 1º), ocasião em que terá de

comprovar, mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto a frequência, como o aproveitamento escolar.

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio;

V - estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP - arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos:

a) necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva;

b) assegurar que a participação do preso se dê de forma voluntária, disponibilizando-se ao participante 1 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com o acervo disponível na unidade, adquiridas pelo Poder Judiciário, pelo DEPEN, Secretarias Estaduais/Superintendências de Administração Penitenciária dos Estados ou outros órgãos de execução penal e doadas aos respectivos estabelecimentos prisionais;

c) assegurar, o quanto possível, a participação no projeto de presos nacionais e estrangeiros submetidos à prisão cautelar;

d) para que haja a efetivação dos projetos, garantir que nos acervos das bibliotecas existam, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a ser trabalhada no desenvolvimento de atividades;

e) procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra,

apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional;

f) assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos;

g) cientificar, sempre que necessário, os integrantes da comissão referida na alínea anterior, nos termos do art. 130 da Lei n. 7.210/84, acerca da possibilidade de constituir crime a conduta de atestar falsamente pedido de remição de pena;

h) a remição deverá ser aferida e declarada pelo juízo da execução penal competente, ouvidos o Ministério Público e a defesa;

i) fazer com que o diretor do estabelecimento penal, estadual ou federal, encaminhe mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informações sobre o item de leitura de cada um deles, conforme indicado acima;

j) fornecer ao apenado a relação dos dias remidos por meio da leitura.

Art. 2º Publique-se e encaminhe-se cópia desta Recomendação a todos os Tribunais.

Ministro **Joaquim Barbosa**



### A remição da pena pela leitura

Fonte: Plataforma JUS BRASIL

\* Texto escrito por Suélen Pereira Coutinho do Nascimento, advogada em São Paulo

Este instituto originou-se no Estado do Paraná, com a publicação da Lei Estadual nº 17.329/2012, que foi criada com amparo no artigo 126, “caput”, da [Lei de Execução Penal](#) – Lei 7.210/84, que assim dispõe: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”.

O argumento utilizado para tal concessão foi o fato de que o estudo está estreitamente ligado à leitura, e ela tem função de construir o conhecimento e de propiciar a cultura. Além de diminuir consideravelmente a ociosidade dos presos e possuir caráter ressocializador. Alguns chegam até a afirmar que a leitura diminui a reincidência criminal. A remição é um instituto penal favorável ao preso, permitindo que ele conquiste a sua liberdade de forma mais rápida do que cumprindo sua pena no tempo total em que foi condenado. A [Lei de Execução Penal](#) trata da remição em seu artigo 126, como apontado anteriormente. Assim, se o apenado trabalhar três dias, terá direito de remir um dia de pena e caso ele acumule doze horas de frequência escolar no período mínimo de três dias, poderá remir um dia de pena. Cabe ressaltar que antes da vigência da Lei nº 12.433/11, que alterou a [Lei de Execução Penal](#), não havia previsão expressa da remição por estudo. No entanto, como a matéria é de grande relevância para toda a sociedade e também para os apenados, surgiu a necessidade de aplicar este instituto no sistema penitenciário. A remição da pena pela leitura consiste em conceder ao apenado a redução de quatro dias de sua pena total, caso ele pratique a leitura de obra clássica, literária ou filosófica no período de trinta dias.

A leitura deve ser monitorada por profissionais da educação, e ao final do período de leitura, o apenado deverá confeccionar uma resenha ou um relatório. E, caso alcance a média imposta para aprovação, fará jus à remição de quatro dias de sua pena. É notório que a pena em si não cumpre seu caráter ressocializador, ou seja, ela não reintegra o indivíduo ao convívio social. Percebemos isso quando observamos que em nossa sociedade o apenado não tem oportunidades de trabalho, sendo rejeitado em todos os aspectos sociais. Com isso, a vida do apenado em sociedade se torna insuportável, e ele acaba optando por retornar à prática delitiva. Se a pena não cumpre sua função ressocializadora, e as medidas tomadas até o presente momento não surtiram efeitos positivos, indagamos se realmente a remição da pena pela leitura tem caráter positivo no que tange à reintegração do indivíduo com a sociedade.

A remição aqui apontada causa bastante repercussão no âmbito social, tendo em vista que o preso poderá ter a cada ano sua pena diminuída por no máximo 48 dias, e além disso poderá se beneficiar das outras remições, quais sejam: pelo estudo e pelo trabalho. Embora a remição pela leitura pareça justa, ela não se mostra tão justa quando remetemos nosso pensamento às vítimas que sofreram com o crime praticado e à sociedade. Mas, em contrapartida, não podemos nos esquecer dos Princípios que regem o Direito Penal Brasileiro e os direitos do preso.

Na verdade, parece que o Estado procura diminuir a superlotação das penitenciárias “criando” cada vez mais institutos (como o [indulto](#)), que alega ser sempre para beneficiar o apenado. No entanto, sabemos que as condições em que os presos se encontram são sub-humanas e as penitenciárias não suportam a demanda de vagas. A leitura é importante. É tão importante que deveria ser implantada aos presos sempre, mas não com a intenção de fazê-los remir a pena ou de ter qualquer outro benefício. Isso acaba banalizando a leitura e fazendo com que muitos presos leiam somente para diminuir a pena e não pelo prazer da leitura e do aprendizado.



## ANEXO C- INSTÂNCIA DO RELIGIOSO

# Pastoral Litúrgica

---

- [Página Principal](#)
- [A Paróquia](#)
  - [Atendimento Paroquial](#)
  - [Nossa Senhora da Glória](#)
  - [Nossa Senhora de Lourdes](#)
  - [São Joaquim e Santana](#)
- [A Santa Missa](#)
  - [A celebração parte por parte](#)
  - [As partes da Missa](#)
  - [Cores Litúrgicas](#)
  - [Objetos Litúrgicos](#)
  - [Oração Eucarística](#)
  - [Posições do Corpo](#)
- [Adoração ao Santíssimo Sacramnto](#)
- [Agenda](#)
- [Ano Litúrgico](#)
  - [Calendário das Festas Móveis](#)
  - [Celebração do Calendário Litúrgico - 2011](#)
  - [Cálculo do Ano Litúrgico](#)
  - [EVANGELHO DE SÃO MARCOS](#)
  - [Festa Móvel e Tempos do Ano Litúrgico 2010/2011](#)
  - [O significado da Quarta-feira de Cinzas](#)
  - [REPERTÓRIO PARA OS DOMINGOS DA QUARESMA - ANO B - 2012](#)
  - [Tempo Litúrgico](#)
- [As Equipes](#)
  - [Acolhida](#)
  - [Animador](#)
  - [Canto](#)
  - [Coroinha](#)
  - [Leitores](#)

[Ministério do Leitor >](#)

## O Serviço do Leitor na Liturgia

Algumas sugestões para exercer bem o ministério de leitor nas celebrações litúrgicas.

### 1. PREPARAR A LEITURA

#### A. CONHECER E COMPREENDER O TEXTO

Compreender o sentido do texto, captar a sua estrutura, as suas articulações, os seus pontos mais altos, a sua vivacidade.

- Quem fala no texto? A quem fala? Sobre quê? Com que finalidade?
- De que gênero de texto se trata? Um relato? Uma exortação? Um diálogo? Uma oração? Uma censura?
- O que sentem as personagens que aparecem no texto?
- Há palavras difíceis de compreender? Que significam?
- O texto é divisível em partes? Onde começa e acaba cada parte?

#### B. PREPARAR UMA LEITURA EXPRESSIVA

Ver que entoação se deve dar a cada frase, quais são as frases que se devem ressaltar, onde estão os pontos e as vírgulas, qual a pontuação do texto.

- Quais as palavras mais importantes e as expressões ou frases principais que importa sublinhar?
- Onde fazer pausa, breve ou prolongada?
- Onde evitar a pausa?
- Qual o tom de voz (ou tons de voz) adequado ao texto?
- Qual o ritmo (as acentuações, os encadeamentos) e o movimento (acelerado, rápido, espaçado, lento) que se deve usar, no texto ou nas partes?

#### C. LER O TEXTO EM VOZ ALTA

- Ler o texto antes, em voz alta e várias vezes, com exercícios parcelares e com o texto completo.
- Identificar as armadilhas fonéticas, em que palavras se poderá tropeçar, etc.

- [MESC](#)
- [Salmista](#)
- [As Leituras de Domingo](#)
- [Biografia](#)
  - [Padre Antonio Munari dos Santos](#)
- [Bíblia Sagrada](#)
  - [Antigo Testamento](#)
  - [Novo Testamento](#)
  - [Ouça a Bíblia em Hebraico](#)
  - [Ouça a Bíblia em Português](#)
- [Capelinha de N. S. de Fátima](#)
- [Cardeais Brasileiros](#)
  - [Dom Frei Cláudio Hummes](#)
  - [Dom Geraldo Majella Agnelo](#)
  - [Dom João Braz de Aviz](#)
  - [Dom Odilo Pedro Scherer](#)
  - [Dom Raymundo Damasceno Assis](#)
- [Cartas Apostólicas](#)
  - [Carta Apostólica Porta Fidei, de Bento XVI, sobre o Ano da Fé](#)
  - [Carta Apostólica sobre a Sagrada Liturgia](#)
  - [Ministeria Quaedam](#)
- [Catecismo](#)
- [CATEQUESE 2015 - INSCRIÇÕES ABERTAS](#)
- [Catequisar](#)
  - [Comungando na Santa Missa](#)
  - [Confissão, Alívio da Alma e Reaproximação com Deus](#)
  - [Maduros na Fé?](#)
  - [O Advento e seu significado](#)
  - [O SENTIDO DA FESTA DE CRISTO REI](#)
  - [O sentido do Tempo Comum](#)
  - [Primeiro Domingo do Advento: o dia certo para montar a decoração de Natal](#)
  - [Qual o significado da Coroa do Advento?](#)

- Articular e pronunciar bem cada palavra e cada sílaba; não negligenciar as consoantes.

- Não deixar cair demasiado o tom de voz, mesmo nos pontos finais; o verdadeiro ponto final está no fim do texto.

## 2. TAREFA DO LEITOR: EXPRESSAR OS SENTIMENTOS DO AUTOR E DAS PERSONAGENS

- A celebração litúrgica atualizar a palavra. O texto escrito torna-se palavra viva hoje, naquele lugar e para aquela assembleia. "Deus fala hoje ao seu povo". É importante conhecer o texto e também conhecer o contexto da celebração.

- Não se trata de dramatizar, ou melhor, dito, de criar uma ilusão, mas de reproduzir ou tornar vivos um texto e um acontecimento. Não se trata de atrair a atenção para a pessoa do leitor, mas para a palavra e ação divinas.

- O leitor tem a responsabilidade de, usando os seus dotes oratórios, a sua técnica refinada e a sua arte de dizer, promover o encontro vital e a comunhão entre Deus que fala e os ouvintes.

## 3. EXAMINAR ALGUNS PORMENORES ANTES DA CELEBRAÇÃO

- O Leccionário está no ambão (não uma revista ou jornal, ou folhetos)? Está aberto na página própria?

- O microfone está ligado? O volume, o tom e a altura estão corretos? Evite-se o seu ajuste durante a celebração, mediante o sopro ou os dois toques de dedos da praxe, ou outros ruídos perturbadores.

- A que distância deve estar a boca para que a voz seja audível e expressiva?

## 4. SABER DESLOCAR-SE PARA O AMBÃO

- Situar-se, desde o começo da celebração, num lugar não muito afastado do ambão. Saber se há lugares previstos para os leitores. Tentar não vir de um lugar distante da igreja.

- Não avançar para o ambão antes de estar concluído o que precede cada leitura (oração, canto, admoção). Não aproximar-se do ambão quando se está a dizer ou a cantar outra coisa.

- Caminhar com um passo normal, sem ostentação nem precipitação, sem rigidez nem displicência, mas com uma digna e ritmada naturalidade.

## 5. POSTURA

- Quando estiver diante do ambão, deve ter em conta a posição do corpo. Não se trata de adaptar posturas rígidas, nem demasiadas descontraídas.

- Pés bem assentes, levemente afastados e firmes. Não balancear-se, nem cruzar os pés, nem estar apoiado apenas num pé, com pés cruzados ou um à frente e outro atrás.

- [Como rezar o Santo Rosário digital](#)
- [Espaço Litúrgico](#)
- [Evangelificação](#)
  - [Artigos Religiosos](#)
  - [Livros](#)
  - [Mensagens de Otimismo](#)
- [Fale conosco](#)
- [Galeria de Fotos](#)
- [IGMR](#)
- [Links Recomendados](#)
- [Localização](#)
- [Mensagem do Papa](#)
- [Mensagens](#)
  - [O milagre eucarístico de Lanciano](#)
  - [Onde Quermos Chegar?](#)
  - [Origem do Dia dos Pais](#)
  - [Otimismo](#)
  - [Power Point](#)
- [MESC](#)
  - [História de São Tarcisio](#)
  - [Oração do Mesc](#)
  - [Ser Ministro é...](#)
- [Meus Vídeos](#)
- [Minhas Orações](#)
  - [A Santo Antônio](#)
  - [Oração a Nossa Senhora da Glória](#)
  - [Oração a Nossa Senhora de Lourdes](#)
  - [Oração a Nossa Senhora dos Homens](#)
  - [Oração a Sant'Ana](#)
  - [Oração a Santa Catarina](#)
  - [Oração a Santa Filomena](#)
  - [Oração a Santo Agostinho](#)
  - [Oração a São Joaquim](#)
  - [Oração ao Beato João Paulo II](#)
  - [Oração Hebraica do Século VI a.c](#)
  - [São Benedito](#)
- [Ministério do Leitor](#)
  - [O Serviço do Leitor na Liturgia](#)
- [Notícias](#)
  - [Ano da Fé](#)

- Não debruçado sobre o ambão, nem com os braços cruzados ou as mãos nos bolsos. Os braços poderão manter-se pendentes ao longo do corpo, ou dobrados para permitir um leve e discreto apoio das mãos na orla central do ambão (evitando tocar o Leccionário a fim de não o danificar com a adiposidade corporal).  
 - Colocar-se à distância adequada do microfone para que se ouça bem. Por causa da distância, frequentemente, ouve-se mal. Não começar, portanto, enquanto o microfone não estiver ajustado à sua medida (que deverá ser feito antes: a medida adequada costuma ser a um palmo da boca e na direção da mesma). E lembrar-se que os estampidos que acontecem ou os ruídos que se fazem diante do microfone são ampliados...

## 6. APRESENTAÇÃO

- Não trajar algo que possa distrair ou ofender os presentes, seja por ostentação, seja por desleixo, pouco conveniente ou ridículo (camisetas de anúncios, vestuário desalinhado ou sujo, penteados estranhos...).

- Ter critério e apresentar-se como pessoa educada e normal.

## 7. ANTES DE COMEÇAR

- Esperar que toda a assembleia esteja sentada e tranquila e se tenha criado um ambiente de silêncio e escuta.

- Respirar calma e profundamente.

- Guardar uma breve pausa para olhar a assembleia, a fim de registrar na mente, para estabelecer com ela contato direto antes de iniciar a proclamação e pedir a sua atenção, pois é para ela que se dirige.

## 8. TÍTULO

- Ler só o título bíblico. Nunca se leia "Primeira Leitura" ou "Salmo responsorial", ou a frase a vermelho que precede a leitura.

- Não deve ser o leitor a ler também a introdução à leitura ou o comentário que a antecede.

- Após a leitura do título, faça-se uma pausa para destacar o texto que vai ser proclamado.

## 9. LER COM A CABEÇA LEVANTADA

- A cabeça deve estar direita, no prolongamento do corpo.

- Procurar ler com a cabeça levantada.

- Com a cabeça levantada, a assembleia contata um rosto e o leitor exprime um texto dirigido à assembleia e não devolvido ao livro.

- O olhar deverá manter o contacto com a assembleia sem ser necessário os constantes e perturbantes exercícios de levantar e baixar a cabeça.

- Ao longo da leitura, com naturalidade, olhar também de vez em quando para a assembleia. Estas olhadelas, no meio da leitura, não se têm que impor como um propósito, o que seria artificial. Mas se sair naturalmente, poderá ser útil, especialmente nas frases mais

- [Arquidiocese realiza encontro de liturgia](#)
- [Carta Pastoral - Paróquia, torna-te o que tú és](#)
- [Cristãos esperam pelo Menino Jesus](#)
- [Dom Gil Antônio Moreira](#)
- [Dom Julio Akamine fala sobre edição não autorizada da Bíblia](#)
- [Dom Murilo S. R. Krieger, scj - Fala do Ano da Fé](#)
- [Feliz Natal em vários Idiomas](#)
- [Hoje nasceu nosso Salvador](#)
- [Igreja faz memória dos Fiéis Defuntos e celebra a esperança na vida eterna](#)
- [Mensagem de Natal às Paróquias Dom Tarcísio Scaramussa](#)
- [N S da Conceição Aparecida](#)
- [Papa Bento 16 renunciará ao seu Pontificado](#)
- [Pastoral da Saúde](#)
- [Preparação para o xx Congresso Nacional do ECC](#)
- [Primeiro Terço dos Homens e das Mulheres](#)
- [Rrflexão: A Missão de ser Missiomário](#)
- [Seminário Nacional de Liturgia recorda 50 anos do Vaticano 2º](#)
- [TERÇO DOS HOMENS](#)
- [VAI À MISSA OU VAI À PRAIA?](#)
- [Vaticano divulgou a Carta Apostólica](#)
- [O Bispo](#)
  - [Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer](#)
  - [Dom Edmar Peron](#)
  - [Dom Julio Endi Akamine](#)
  - [Dom Milton Kenan Junior](#)

relevantes: ajuda a acentuá-las, a criar um clima comunitário, e a ler mais devagar.

- Com a cabeça levantada, a própria voz ganha em clareza e volume. O tom de voz será mais alto e, portanto, mais fácil de captar.

- Se o ambão é baixo, será sempre melhor sustentar o livro nas mãos, levantando-o, que baixar a cabeça.

## 10. LER DEVAGAR

- O ouvinte não é um gravador, mas uma mente humana que requer tempo para sentir, reagir, ouvir, entender, coordenar e assimilar. Geralmente, lê-se depressa e não se fazem as pausas adequadas, como pede o texto lido. A pontuação oral nem sempre coincide com a pontuação escrita. A leitura rápida pode cortar o contacto com a assembleia.

- Saber que há sempre tendência para ler demasiado depressa. Colocar-se no lugar dos ouvintes que descobrem o texto.

- Saber fazer pausas. Um silêncio longo para o leitor, e curto para o ouvinte.

- O principal defeito dos leitores, costuma ser ler depressa. Se lermos depressa, as pessoas, com algum esforço, poderão conseguir entender-nos, mas aquilo que lemos não entrará no seu interior. Recordemos: este continua a ser o principal defeito.

- Além de ler devagar, há que manter um tom geral de calma. Há que afastar o estilo do leitor que sobe à pressa, começa a leitura sem olhar as pessoas e, ao acabar, foge ainda mais depressa. Não deve ser assim: deve-se chegar ao ambão, respirar antes de começar a ler, lendo pausadamente, fazendo uma pausa no final, antes de dizer "Palavra do Senhor", escutar no ambão a resposta da assembleia e voltar ao lugar. Aprender a ler sem pressa, com apuro e segurança custa; por isso, é importante fazer os ensaios e provas que forem necessários: é a única maneira!

## 11. DURANTE A LEITURA

- Evitar apagar-se a cada frase ou, mais ainda, no fim do texto: a leitura exige uma continuidade. Não baixar o tom nos finais de frase. As últimas sílabas de cada frase têm que se ouvir tão bem como todas as restantes. Infelizmente, a tendência é para nestas sílabas se baixar o tom tornando-as ininteligíveis.

- Boa pronúncia.

- Vocalizar. Ou seja, remarcar cada sílaba, mover os lábios e a boca, não atropelar a leitura. Sem afetação nem teatro, mas recordando que se está "atuando" em público, e que o público tem que captar tudo bem. E uma atuação em público é distinta de uma conversa na rua.

- Evitar o tom cantante, falsamente atrativo; o tom teatral faz de cortina a Deus.

- [Dom Sérgio de Deus Borges](#)
- [Dom Tarcísio Scaramussa](#)
- [Dom Tomé Ferreira da Silva](#)
- [O Papa](#)
- [Pedido de Oração](#)
- [Vigília de Adoração](#)
- [Sitemap](#)

## **12. CONCLUIR A LEITURA**

- Antes de dizer "Palavra do Senhor", fazer uma pausa após a última frase.
- Dizer a aclamação olhando para a assembleia.
- Dizer só "Palavra do Senhor" e nada mais (p.e.: "Irmãos, esta é a Palavra do Senhor" ou outras expressões semelhantes). Trata-se de uma aclamação e não de uma explicação. Dizê-lo em tom de aclamação, e não de explicação catequética, ou de informação. Importa que se sinta o caráter de aclamação pela forma como é dito.
- Seria mais expressivo que esta aclamação fosse cantada (pelo leitor, primeiramente, ou, em caso de necessidade, por outrem). Não sendo cantada, deveria ser dita em tom de voz mais elevado (entenda-se, não necessariamente num volume mais forte).
- Não abandonar o ambão antes da resposta da assembleia.
- Deixar o Leccionário aberto na página do Salmo responsorial ou da 2ª Leitura, para que fique pronto para o leitor que se segue.
- Regressar ao lugar com calma e naturalidade, em passo normal e firme.

## **13. SALMO RESPONSORIAL**

- O salmo responsorial deve ser cantado, se possível por outro ministro: o salmista. Se tiver de ser recitado, seja outro ministro a fazê-lo, e não o leitor da primeira ou da segunda leitura.
- O refrão do salmo dever-se-ia cantar. Quando é recitado tem menos impacto.
- É pedagógico que a assembleia repita, depois de cada estrofe do salmo, uma frase cantada simples e expressiva, que resuma a atitude espiritual do salmo (e, por conseguinte, da primeira leitura) – o refrão.
- Não é necessário que o refrão coincida literalmente com o que está no Leccionário, mas que respeite o seu sentido.

Fontes:

- Josep Lligadas, O leitor e o animador, Paulinas, Lisboa 2000
- Secretariado Diocesano de Liturgia do Porto, artigos diversos

## ANEXO D- INSTÂNCIA DO ENSINO



O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, se exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça outras culturas, valores e modos de pensar de outras pessoas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento.

Busca-se criar condições necessárias - e apontar diretrizes - para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Estado em suas diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil, objetivando a promoção da cidadania e inclusão social, para uma nação com organização social mais justa.

São estabelecidos aqui, com a aprovação do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura do MinC, alguns objetivos que devem ser alcançados no curto, médio e longo prazos.

- a) Contribuir para a formação de leitores autônomos, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos;
- b) Assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços, instalações e equipamentos, bem como a formação e desenvolvimento de acervos, de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público nos municípios brasileiros;
- c) Fomentar a formação continuada e o intercâmbio de gestores públicos, professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, contribuindo para o compartilhamento de experiências, uso e aplicação de tecnologias sociais para a promoção da leitura e o acesso à informação;
- d) Incentivar e fomentar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias nacionais e internacionais;
- e) Apoiar e realizar pesquisas em âmbito nacional, regional e local, que identifiquem as práticas e capacidades de leitura, relacionando-as com indicadores sociais,

educacionais, culturais e econômicos, compreendendo a leitura como vetor estratégico para o desenvolvimento;

f) Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições;

g) Conceder prêmios de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;

h) Incentivar e fomentar a criação, manutenção, modernização e expansão permanente de bibliotecas e espaços de leitura e de convivência e promoção literária, considerando a acessibilidade e a diversidade física, geográfica, arquitetônica e cultural brasileira;

i) Identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas com vistas à qualificação das políticas públicas para a área;

j) Mapear, cadastrar e acompanhar continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura;

k) Incentivar e fomentar a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de livros e outras publicações nacionais em seus diferentes formatos e suportes, atendendo também as expressões da bibliodiversidade e memória brasileira, buscando o aumento de títulos editados e impressos no País;

l) Incentivar e fomentar a criação e manutenção de livrarias no País;

m) Fomentar a exportação de livros e o número de autores brasileiros traduzidos no exterior;

n) Incentivar e fomentar a criação, a implementação e a institucionalização dos planos estaduais e municipais do livro e leitura;

o) Incentivar e fomentar o debate sobre a utilização de cópias não restritivas (copyleft e creative commons), que garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de socialização e acesso à cultura escrita;

p) Assegurar o acesso à leitura e à informação a todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira;

q) Incentivar e fomentar a informatização de catálogos online, com vistas a dar visibilidade da bibliodiversidade, da produção editorial brasileira e ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do País, fomentando a cooperação entre elas e o estabelecimento de sistemas e redes de informação e leitura locais, territoriais e nacionais;

- r) Incentivar e fomentar a constituição de acervos que garantam a produção local, territorial e nacional, que preservem a memória e contribuam para o entendimento da diversidade cultural brasileira;
- s) Assegurar o acesso à leitura e à informação a todos os brasileiros, com especial atenção às minorias, grupos étnicos, tradicionais, entre outros, conforme a legislação brasileira;
- t) Incentivar e fomentar a produção e a distribuição de publicações de circulação gratuita, em diferentes suportes e/ou formatos em todo o território nacional.
- u) Apoiar eventos de promoção e circulação do livro e da leitura, como feiras de livros e eventos literários, por exemplo.
- v) Fomentar e apoiar a formação e qualificação profissional dos atores que compõem cadeia produtiva e criativa do livro.

Fonte: [http://cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL\\_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660](http://cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660)